



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares - Especialidade Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade

ALUNO: Aspirante GNR/CAV Gilberto Fernandes Fraústo Valente

ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Ricardo Jorge Amaral Bessa

LISBOA, AGOSTO DE 2010



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

**Mestrado em Ciências Militares - Especialidade Segurança
(GNR)**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**As Informações de Segurança Interna na Prevenção
e Combate da Criminalidade**

ALUNO: Aspirante GNR/CAV Gilberto Fernandes Fraústo Valente

ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Ricardo Jorge Amaral Bessa

LISBOA, AGOSTO DE 2010

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que estiveram sempre do meu lado.

AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) foram vários os contributos prestados por distintas entidades, pelo qual reservei esta página do TIA para exteriorizar os mais sinceros e espontâneos agradecimentos.

Começo por mostrar os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Capitão de Infantaria da GNR Ricardo Amaral Bessa, desde o primeiro contacto que estabeleci até ao fim do prazo de realização do TIA, sempre se ter mostrado com total disponibilidade para me ouvir, receber, apoiar e motivar nas situações mais complicadas.

Também quero deixar um profundo agradecimento ao Coronel da GNR Francisco Rodrigues, que sempre se mostrou aberto para me apoiar em qualquer momento, através do qual foi possível estabelecer alguns contactos para a realização das entrevistas. Na fase inicial do TIA mostrou-me os principais caminhos a seguir, ajudou-me imenso a traçar os principais objectivos e a clarificar as ideias, reconhecendo-o como uma excelente pessoa e como um excelente profissional.

O auxílio e orientação vinda do Major de Cavalaria da GNR Pedro Moleirinho, tornaram-se de facto um rumo a seguir e a aplicar na realização do TIA. Sempre me recebeu da melhor forma e com excelentes ideias para o trabalho, permitindo de certa forma um bom enriquecimento de todo o conteúdo do TIA.

Ao Major de Infantaria da GNR Armando Soares da Costa, que não só colaborou com a prestação de uma entrevista, como também me cedeu várias ideias fulcrais a assinalar no TIA. De facto mostrou-se bastante interessado em me apoiar no mundo das informações, e como tal aproveitou este espaço no TIA, para deixar os meus sinceros agradecimentos por tudo o que fez.

A todos os entrevistados, pela forma que me receberam e pela vontade que mostraram em contribuir para a realização das entrevistas.

Aos meus camaradas de curso, pelo esclarecimento de várias dúvidas durante a realização do TIA, pelo apoio e motivação que me deram durante estes últimos cinco anos de curso.

Aos meus pais e irmão, que sempre me apoiaram na educação, transmitindo-me os melhores valores que contribuíram não só para a minha formação profissional como também pessoal.

Um muito obrigado a todos.

RESUMO

O presente trabalho enquadra-se no domínio das Ciências Sociais e limita-se ao seguinte tema “ **As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade**”, assumindo como principal objectivo, analisar o modelo actual entre as Forças e Serviços de Segurança (FSS) para a partilha de informações.

O trabalho compreende uma estrutura bipartida, a primeira parte foca essencialmente a análise de trabalhos, documentos e livros sobre as informações em Portugal, englobando uma revisão da literatura. A segunda parte do trabalho tem como principal finalidade o registo de todo o trabalho de campo desenvolvido, englobando a análise e discussão de resultados. Compreende ainda toda a metodologia que foi utilizada na elaboração das entrevistas e a recolha das respostas, conduzindo para o término do trabalho, onde é feita uma análise de toda a investigação realizada, finalizando-se com as conclusões finais e recomendações para novas investigações.

As questões das entrevistas foram formuladas tendo em vista a obtenção de respostas às várias hipóteses iniciais, os entrevistados foram escolhidos de acordo com o conhecimento e experiência profissional na área das informações, além disso, procurou-se abranger no trabalho de campo as FSS mais relevantes nesta temática, com a finalidade de se ganhar um conhecimento mais alargado acerca da realidade das relações, na partilha de informações, segundo diferentes pontos de vista.

Finaliza-se frisando, de acordo com os dados obtidos da investigação, que no geral o modelo actual continua a ser aceite pelas FSS na partilha das informações e tem vindo a melhorar nos últimos tempos. Contudo, nem todos os procedimentos funcionam da melhor forma, existindo alguns pontos que deveriam ser alterados, algumas formas de actuar que devem ser adaptadas ao contexto actual, segundo as ideias chave cedidas pelos entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: INFORMAÇÕES; FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA; SEGURANÇA INTERNA; PREVENÇÃO E COMBATE DA CRIMINALIDADE.

ABSTRACT

The following production it's included in the domain of the Social Sciences and is restricted to the theme "The Internal Security intelligence on the Criminality Combat and prevention", being the main objective, to analyze the actual model between Security Forces and Services (SFS) towards the intelligence sharing.

The work is conceived in a dual structure, in the first phase it will focus upon work analyses, documents and books about the intelligence in Portugal, including a literature review. The records of all the developed field work, therefore including the result analyzes and discussion is the main goal the second part of this production. It includes all the methodology that was used in the interviews and consequent answers treatment, leading to the end of the work were an analyzes of the entire investigation, is done, presenting the final conclusions and recommendations to new investigations.

Concerning the interviews, they were formulated expecting the acquisition of clear answers to the different initial questions, the interviewees where selected according to the knowledge and professional experience in the intelligence area; besides that, we tried to include in the work matter, the more relevant SFS in this thematic, keeping in view to take knowledge of reality of the relations in the intelligence sharing, from different points of view.

According to the results of this investigation, I give the final touch, emphasizing that, usually the actual model is still accepted by the SFS in the sharing of intelligence which has been improved in the recent times. However, not all the proceedings have been developed in the best way, there are some areas that should be reexamined, some conducts must be adapted to the actual context, according the master ideas of the interviewees.

KEY-WORDS: INTELLIGENCE; SECURITY FORCES AND SERVICES; INTERNAL SECURITY; CRIMINALITY COMBAT AND PREVENTION.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
ÍNDICE DE FIGURAS.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	x
CAPÍTULO 1	1
INTRODUÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 DEFINIÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	2
1.4 JUSTIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO TEMA NA ACTUALIDADE	3
1.5 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	4
1.6 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO	4
1.7 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	4
1.8 HIPÓTESES	5
1.9 CONCLUSÃO.....	5
 I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
CAPÍTULO 2	6
A HISTÓRIA DAS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL	6
2.1 INTRODUÇÃO	6
2.2 AS INFORMAÇÕES – SÚMULA HISTÓRICA	6
2.3 ESPECIALISTAS MILITARES E PENSADORES	7
2.4 AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL.....	8
2.5 AS INFORMAÇÕES	12
2.5.1 NOTÍCIAS E SUAS ORIGENS	12
2.5.2 ORIGEM DAS INFORMAÇÕES.....	13
2.5.3 NÍVEIS DAS INFORMAÇÕES	14
2.5.4 DIFERENÇA ENTRE INFORMAÇÃO E INFORMAÇÕES.....	15
2.6 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA (SIRP).....	16
CAPÍTULO 3	19
POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	19

3.1	INTRODUÇÃO	19
3.2	EQUADRAMENTO GERAL	19
3.3	TIPOS DE POLICIAMENTO	20
3.4	CONCLUSÃO	21
II PARTE - PRÁTICA.....		22
CAPÍTULO 4		22
METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA		22
4.1	INTRODUÇÃO	22
4.2	MÉTODOS DE ABORDAGEM.....	22
4.3	METODOLOGIA APLICADA	24
4.4	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA.....	25
4.5	HIPÓTESES	26
4.6	CONCLUSÃO	26
CAPÍTULO 5		28
TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS		28
5.1	INTRODUÇÃO	28
5.2	TRABALHO DE CAMPO	29
5.3	ANÁLISE E TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS.....	30
5.3.1	ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADO - DIRECTOR-GERAL DO SIS	30
5.3.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS - FSS	33
CAPÍTULO 6		43
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		43
6.1	INTRODUÇÃO	43
6.2	VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	44
6.3	REFLEXÕES FINAIS.....	46
6.4	RECOMENDAÇÕES	47
6.5	LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	48
6.6	PROPOSTA PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		49
APÊNDICES.....		52
APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTA – DIRECTOR GERAL DO SIS		53
APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA - GNR		59
APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA - PJ.....		64
APÊNDICE D – GUIÃO DE ENTREVISTA - PSP		69
APÊNDICE E – GUIÃO DE ENTREVISTA – SEF		74
APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA – ASAE		78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1: Organograma SIRP	17
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro A.1: Grelha de Entrevista – SIS.....	57
Quadro B.1: Grelha de Entrevista – GNR.....	62
Quadro C.1: Grelha de Entrevista – PJ.....	67
Quadro D.1: Grelha de Entrevista – PSP.....	72
Quadro E.1: Grelha de Entrevista – SEF.....	77
Quadro F.1: Grelha de Entrevista – ASAE.....	81
Quadro N.1: Resumo da Resposta n.º1 (SIS).....	114
Quadro N.2: Resumo da Resposta n.º2 (SIS).....	114
Quadro N.3: Resumo da Resposta n.º3 (SIS).....	114
Quadro N.4: Resumo da Resposta n.º4 (SIS).....	114
Quadro N.5: Resumo da Resposta n.º5 (SIS).....	115
Quadro N.6: Resumo da Resposta n.º6 (SIS).....	115
Quadro N.7: Resumo da Resposta n.º7 (SIS).....	115
Quadro N.8: Resumo da Resposta n.º8 (SIS).....	115
Quadro N.9: Resumo da Resposta n.º9 (SIS).....	115
Quadro N.10: Resumo da Resposta n.º10 (SIS).....	116
Quadro O.1: Resumo da Resposta n.º1 (FSS).....	116
Quadro O.2: Resumo da Resposta n.º2 (FSS).....	117
Quadro O.3: Resumo da Resposta n.º3 (FSS).....	118
Quadro O.4: Resumo da Resposta n.º4 (FSS).....	118
Quadro O.5: Resumo da Resposta n.º5 (FSS).....	119
Quadro O.6: Resumo da Resposta n.º6 (FSS).....	120
Quadro O.7: Resumo da Resposta n.º7 (FSS).....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. º:	Artigo
ASAE:	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
Asp:	Aspirante
CITI:	Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas
Cmdt Ter:	Comandante Territorial
Ed.:	Edição
EG:	Escola da Guarda
Exm.:	Excelentíssimo
FSS:	Forças e Serviços de Segurança
GNR:	Guarda Nacional Republicana
H:	Hipóteses
I:	Insuficiente
IG:	Inspecção da Guarda
MAI:	Ministério da Administração Interna
N:	Neutro
Nº:	Número
P.:	Página
PIDE:	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PJ:	Polícia Judiciária
PSP:	Polícia de Segurança Pública
PVDE:	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
S:	Suficiente
SEF:	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SI:	Sistema de Informações
SIED:	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIRP:	Sistema de Informações Republica Portuguesa
SIS:	Serviço de Informações de Segurança
SIOP:	Sistema Integrado de Informações Operacionais
TIA:	Trabalho de Investigação aplicada

“A amplitude e o valor da informação, hoje, numa sociedade globalizante, têm impacto aos seus diversos níveis – económico, político, cultural, social e também militar.”

José Dinis

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

Mais uma etapa do curso, esta que implica a realização do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com a duração de dez (10) semanas que decorrem na Escola da Guarda (EG) e que surge como resposta ao processo de Bolonha, no âmbito do Mestrado em Ciências Militares na Especialidade Segurança, no Curso de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Constituindo-se como a fase mais importante da formação, com objectivos específicos, visa desenvolver capacidades de iniciativa, criatividade, autonomia e decisão, bem como, aplicar o hábito de investigação e de reflexão individual, estudar e desenvolver um assunto de reconhecido e interesse para a GNR, para adquirir as competências necessárias à resolução de problemas de índole prática.¹ Assinala-se assim uma fase da formação insubstituível, muito rica, como uma mais-valia na formação do aluno, facultando adicionalmente um espírito e uma visão crítica na área das informações de segurança interna.

Neste capítulo são várias as partes constituintes: começa-se pelo enquadramento e fundamentação do tema em análise. Após isso, apresenta-se o problema inicial da investigação, os principais objectivos e as hipóteses consideradas para a realização da investigação de campo.

1.2 ENQUADRAMENTO

A realidade da sociedade actual é bastante complexa, As Forças e Serviços de Segurança (FSS) devem reconhecer esse tipo de complexidade, estar conscientes do que é a sociedade, da forma como funciona interna e externamente, para tentar saber o que a sociedade espera das FS, na certeza de que o profissionalismo estará cada vez mais patente em todas as actividades, bem como, que o cumprimento legal seja sempre respeitado.

¹ De acordo com as normas específicas do Tirocínio para Oficiais da GNR – Armas.

Surge então um problema, a adaptação das FSS ao evoluir da sociedade e a dinâmica necessária para o trabalho em equipa, uma equipa que é constituída exclusivamente pelas FSS.

Por sua vez, todo o trabalho só se desenvolve se na generalidade existir uma fácil cooperação entre todas as FSS, com o auxílio e acesso a dados, dos quais, depois de trabalhados, se obtêm as informações. Desta forma, todo o empenho na realização e tarefas das FSS será melhorado.

É neste contexto que se chega ao tema do trabalho, que foca as informações de segurança interna, como uma “chave” que vai permitir a abertura da porta para as FSS no futuro, conseguindo as FSS prosseguir todas as suas actividades e o sucesso das mesmas, para isso considera-se mais do que fundamental a partilha de informações bem como a fácil circulação de informações entre as FSS.

Nos dias de hoje, face aos meios que temos à nossa disposição, conjugados com a formação que as FSS têm vindo a desenvolver, deixa de ser admissível que existam informações, que uma força tenha em sua posse e que estas demorem mais do que o tempo oportuno a serem cedidas para uma outra força que terá competência em determinada situação. Devem tornar-se os procedimentos mais rápidos e facilitar o acesso às informações.

1.3 DEFINIÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Este trabalho subordina-se ao tema “ As informações de Segurança Interna na prevenção e combate da criminalidade.” Na escolha do referido tema, existiu interesse e curiosidade em explorar áreas reservadas na nossa sociedade, ou até mesmo, com algum grau de confidencialidade, devido ao trabalho que se tem vindo a desenvolver, sendo que todo esse trabalho tem como finalidade a prevenção e o combate da criminalidade, permitindo o auxílio do poder político para governar e juntamente com a actuação das FSS.

Pretende-se então averiguar a eficácia do modelo aplicado, desde a recolha no terreno, passando pelo processamento das informações militares e de segurança, que durante um espaço de tempo tendem a ser confidenciais/secretas e que finalmente são entregues às autoridades competentes para intervirem, implicando a passagem para uma outra fase, que é a actuação dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC). Procura-se proceder a uma análise do sistema, para averiguar se o combate e prevenção da criminalidade está a ser efectuada da forma mais adequada, rápida e segura, contribuindo para a intervenção justa dos OPC e a obtenção de resultados positivos. Por outro lado, pretende-se compreender como funcionam e se articulam os vários componentes constituintes do Sistema de Informações da República Portuguesa, assim como se ligam com os OPC (mais especificamente com a Guarda

Nacional Republicana (GNR)), contribuindo para o mesmo objectivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

De facto o objecto de estudo não é um conceito pacífico e fácil de identificar ou definir, “ na pesquisa (qualitativa ou quantitativa), a definição do objecto é um momento difícil que se prolonga no tempo” (Guerra, 2010: p.36).

1.4 JUSTIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO TEMA NA ACTUALIDADE

Ao escolher este tema para o desenvolvimento do TIA, procurou-se encontrar um melhor conhecimento da realidade com que as FSS se deparam actualmente.

Pertencendo à GNR e tendo já algum conhecimento como funcionam as FSS em Portugal, deparamo-nos frequentemente com observações e comentários insatisfatórios, quando alguém faz uma análise superficial de toda a estrutura implementada. É de assinalar que nem tudo é observado pela negativa, é reconhecido cada vez mais que todas as FSS estão a melhorar e a tentar adaptar-se. Todos procuram corrigir as falhas existentes, todos procuram uma excelente cooperação entre as FSS, contudo ainda não é evidente a presença dessa excelente cooperação. No entanto, tem sido importante e é de assinalar o esforço que tem sido feito, constatando-se que existe uma significativa melhoria nestes últimos anos.

Segundo Almeida (2010) afirma-se a existência de problemas respeitantes à “partilha da informação na investigação criminal.” O autor referenciou ainda que “hoje em dia é voz corrente entre os profissionais das forças e serviços de segurança (FSS) que muita da informação partilhada, tem de ser negociada.” Considerando que o processo “deveria (...) ser natural e fluido é, muitas vezes, objecto de uma (às vezes difícil) negociação entre profissionais que - à partida - devem estar a trabalhar para um mesmo objectivo.” Procurou-se então desenvolver uma investigação, de forma a analisar e confrontar a relação que se mantém, em todo o processo, para a partilha das informações de segurança interna.

Na escolha do tema que subjaz à realização deste TIA, foi tida em consideração a sua pertinência na sociedade actual e, inevitavelmente, na organização à qual o autor pertence, a GNR. O tema é oportuno, na medida em que proporciona ao leitor o acesso a vários conceitos, critérios, processos e relações entre algumas FSS em Portugal. Além disso, também são abordados aspectos de elevada importância no sistema de segurança interna, conferindo alguma dinâmica ao estudo e interesse por quem se preocupa com a segurança.

1.5 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Foi assumido como principal objecto de estudo deste TIA, as relações que são estabelecidas entre as FSS, para uma partilha de informações com oportunidade temporal. Desta forma, o objecto geral foi analisar e caracterizar as relações e o modelo actualmente implementado na partilha de informações, com este intuito construiu-se o problema, com a seguinte pergunta: **“Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”**

1.6 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Face à abrangência que o tema permitiria, tornou-se fundamental restringir os objectivos de estudo, tendo em vista a realização de um trabalho mais claro e exequível. Dado todo o enquadramento legal e teórico do tema, foram definidos então os seguintes objectivos:

- ✓ Analisar as relações entre as FSS.
- ✓ Analisar a partilha de informações entre FSS.
- ✓ Conhecer a realidade actual das informações em Portugal.
- ✓ Observar possíveis falhas e alterações aos processos de partilha de informações.
- ✓ Construir possíveis soluções para o futuro de forma a melhorar o modelo.

1.7 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Atendendo ao tema inicialmente proposto, considerando a pergunta de partida e tendo em conta os objectivos traçados, de acordo com Guerra (2010) formularam-se as seguintes **perguntas de investigação**:

- Todas as FSS têm serviços específicos para trabalhar informações?
- Estes Serviços competem ou cooperam para a produção de informações?
- De que forma funciona a partilha de informações entre as FSS?
- A partilha de informações apresenta falhas?
- Prevê-se alguma alteração ao modelo actual das FSS?

1.8 HIPÓTESES

Para uma orientação de toda a investigação e tendo em conta o levantamento das perguntas, tornou-se necessária a formulação de hipóteses em complemento à investigação, através de leituras e à realização de “(...) entrevistas exploratórias² que contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargar ou rectificar o campo de investigação das leituras” (Quivy & Campenhoudt, 2008: p69). Como tal, durante a formulação das hipóteses procurou-se contactar com algumas personalidades especializadas no tema do TIA, para que fossem recolhidas ideias interessantes e se formulassem as seguintes hipóteses:

H1: Verificar se existe algum conflito na recolha de dados e produção de informações.

H2: As relações entre as FSS são cooperativas no contexto actual.

H3: Que procedimentos de base devem ser cumpridos na partilha de informações.

H4: A partilha de informações é oportuna.

H5: Existe interesse em promover o trabalho em conjunto, entre as FSS.

H6: Existe possibilidade no futuro de criar uma estrutura supra para as informações.

1.9 CONCLUSÃO

Todo o trabalho foi redigido com o apoio das orientações para redacção de trabalhos, fornecido pela Academia Militar (Academia Militar, 2008) e complementado com o que foi proposto por Sarmiento (2008), na elaboração de trabalhos científicos.

Toda a parte teórica se baseia na análise documental, de livros, revistas, trabalhos já realizados no âmbito deste tema e numa longa pesquisa na internet. Paralelamente estabeleceram-se também alguns contactos com diversas pessoas conhecedoras deste tema, permitindo acrescentar algumas ideias relevantes. Na parte prática, foram analisadas seis (6) entrevistas, realizadas ao Director-Geral do SIS, a um oficial da GNR, a um oficial da PSP, a um Inspector da PJ, a um Director do SEF e a um Inspector da ASAE.

Desta forma o trabalho encontra-se bipartido: uma primeira parte exclusivamente teórica (onde todo o texto escrito é baseado em análise de documentos), e uma segunda parte prática (que corresponde a todo o trabalho de campo desenvolvido e à análise do mesmo).

² Acrescente-se ainda que as entrevistas exploratórias economizam tempo de leitura na construção de hipóteses e proporcionam ao investigador informação e conhecimentos, que a ele, por si só, não lhe ocorreriam. (Quivy & Campenhoudt, 2008)

I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA DAS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

2.1 INTRODUÇÃO

Pretende-se relembrar a história das informações em Portugal, de uma forma sintética e baseada essencialmente numa grande obra, escrita pela pessoa que se consagrou o *Pai das informações* em Portugal, o General Pedro Alexandre Gomes Cardoso³ (Infopédia Porto: Porto Editora, 2010)

Ao longo deste capítulo, será feito o enquadramento teórico ao tema do trabalho, a começar pelos dados mais antigos até aos dos dias de hoje, onde as informações possuem serviços individualmente constituídos e complexos, desenvolvendo trabalhos confidenciais e de grande importância para o País. Este será o ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho e, como tal, neste capítulo pretende-se de uma forma sintética, reconstruir a história das informações em Portugal. Vai-se mostrar o quanto complexo foi criar e manter este tipo de serviços com o decorrer dos anos, consagrando-se então fundamentais para um bom funcionamento da política em Portugal e, como tal, continuam a ter importância para a segurança do País.

2.2 AS INFORMAÇÕES – SÚMULA HISTÓRICA

Na história do homem, desde que desenvolveu a capacidade de comunicar (para sobreviver, negociar, lutar, trabalhar, entre outras), sempre existiu uma necessidade de reter conhecimentos e informações.

Numa fase anterior, toda a comunicação se efectuava por simples gestos, sons e outros tipos de sinais padronizados nos grupos (como por exemplo sinais de fumo), sendo

³ [Http://www.infopedia.pt/\\$general-pedro-cardoso](http://www.infopedia.pt/$general-pedro-cardoso), consultado em 30 de Maio de 2010 pelas 23h00.

transmitidos de geração em geração. Posteriormente, com o início da linguagem verbal, passando pelos telégrafos, telefones fixos e telemóveis, até a uma fase mais recente, em que é possível, por exemplo, através da Internet e de outros dispositivos de alta tecnologia, proceder a uma videoconferência entre vários utilizadores, mesmo estando estes em locais geograficamente separados, não existem barreiras na comunicação entre as pessoas. Desta forma, toda a humanidade ficou mais próxima e com maior facilidade em transmitir e partilhar a informação.

2.3 ESPECIALISTAS MILITARES E PENSADORES

Num passado recente, apesar da distância temporal e cultural, os grandes pensadores e teorizadores da guerra e da estratégia, já reconheciam as potencialidades das informações, os meios utilizados e o secretismo necessário para manter o seu bom funcionamento. Foi o caso de Sun Tzu, que já afirmava que a chamada presciência ou “previsão não se alcança por meio de espíritos ou de deuses, nem por comparação de sucessos passados, nem por cálculos astrológicos. Tem de ser obtida através daqueles que conhecem a situação do inimigo” (Tzu, 2007: p.131). Desta forma, enfatizava o grande interesse nestas áreas e a necessidade em ter homens para este tipo de actividade: a espionagem, com a finalidade de reunir e ter conhecimento do inimigo,⁴ de forma a obter vantagem sobre a outra parte, no campo de batalha. Além desta teoria, Sun Tzu utilizou muitas outras que ainda hoje têm a sua importância e capacidade que os serviços de informações assumem. “É possível saber como vencer, mas impossível garantir a vitória” (Tzu, 2007: p.41). A espionagem seria uma das ferramentas fundamentais para a vitória e deveria estar disponível a qualquer momento, para poder “analisar os planos do inimigo...sondá-lo para conhecer os locais onde as suas forças abundam e onde escasseiam” (Tzu, 2007: p.56), só assim usufruindo da seguinte capacidade, “conhece o outro e conhece-te a ti mesmo” (Tzu, 2007: p.88), Sun Tzu criava uma enorme vantagem e domínio sob o adversário, evitando correr riscos desnecessários.

Nicolau Maquiavel⁵, um grande historiador, poeta e diplomata, também não deixou de parte a importância das informações. Considerou que existia uma necessidade de manter o príncipe sempre informado, “(...) os príncipes sensatos devem fazer, isto é, pensar nas desordens futuras, e não só nas presentes, e, servir-se de toda a habilidade para as evitar, pois certo é que prevendo-as à distância mais facilmente as remedeiam(...)” (Garcia, 2001), com o intuito de pensar e construir o futuro durante o presente e para assim ser, só existia uma forma, a de ter informações e conhecimentos para organizar o pensamento.

⁴ “Inimigo: Segundo o Exército Português (PDE 2_00 Informações e contra-informações, Março de 2009) refere-se a uma entidade, grupo ou força identificada como hostil às nossas forças e em que a aplicação da força está prevista. Existe declaração de guerra” (PDE 2_00 Informações)

⁵ Nicolau Maquiavel “é reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna, pelo fato de haver escrito sobre o Estado e o governo como realmente são e não como deveriam ser”, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Maquiavel

Outro grande pensador prussiano e grande estratega europeu, foi o General Carl von Clausewitz. Segundo as suas palavras, reconheciam-se as informações como uma peça fundamental no conhecimento do inimigo e do território. Seria então o ponto e o passo de partida, aliando-se à vantagem de tomar as decisões mais adequadas, consoante as diferentes situações a enfrentar. Clausewitz afirmou que as informações correspondiam ao "(...) conjunto de conhecimentos relativos ao inimigo e ao seu país e, por consequência, a base sobre o qual se fundamentam as nossas próprias ideias e os nossos actos (...)" (Garcia, 2010), mais uma vez, o pensamento, o planeamento, a organização e as decisões são sempre baseadas na posse de informações.

2.4 AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

Passando então à análise da história das informações e dos serviços de informações em Portugal e à sua evolução, os nossos olhos viram-se obrigatoriamente para o pensamento de uma pessoa bastante importante nesta temática, o General Pedro Cardoso, que criou e tentou idealizar como deveria ser o serviço de informações em Portugal.

Sendo assim, as informações surgem em Território Português durante a “fundação da nacionalidade, com as ordens religiosas,”⁶ (Cardoso, 2004: p.283), constituído desde que começa a existir o conceito de informação, num interesse de todos aqueles que decidiam, que comandavam, que governavam, para fazê-lo da forma mais completa e adequada. Após algum tempo e já na época dos descobrimentos, as informações assumem um papel fundamental na descoberta do caminho marítimo para a Índia. Os marinheiros foram apoiados por um *Sistema de informações e de segredo*, segundo o general Pedro Cardoso, admitindo o mesmo que não existia qualquer tipo de estrutura criada e formalizada.

Sem esquecer um grande nome da história Portuguesa, Luís de Camões, no Canto VIII d'Os *Lusíadas* reconhece que existe algo importante para se avançar no desconhecido, considerando que havia necessidade de “*adivinhar os perigos e evitá-los...*”. Dessa forma, os chefes e personagens mais importantes daquela época, preocuparam-se em adquirir um sistema ou estrutura que servisse de apoio, informando atempadamente quem governava e quem decidia, de forma a evitar os diversos perigos ou “pseudo” perigos existentes.

Mais tarde surge D. Duarte, com mais um contributo para a criação de uma estrutura das informações em Portugal, pois deveria reconhecer “(...) sete partes, a saber: a apresentativa, a retentiva, a judicativa, a inventiva, a declarativa, a executiva e a perseverante, e que a um bom capitão pertenciam cinco coisas: diligência nos negócios,

⁶ “Ordens religiosas: cuja missão, em tempo normal, era de informação e vigilância e de primeira resistência na defensiva e de primeiro ataque na ofensiva, passando em tempo de guerra a um plano principal e constituindo nos combates a mais sólida força da hoste real.” (Cardoso, 2004: p.283).

fortaleza nos perigos, esperteza no agir, rapidez na execução e atenção ao que há-de vir” (Serrão, 2005: p.3), constituía então um alerta para aquilo de que não se tinha conhecimento e como tal, existia a preocupação de encontrar uma solução, uma forma, uma estrutura que permitisse pesquisar e recolher informações.

Por fim, numa época fundamental e marcante na história das informações em Portugal, D. João II considerado como o *Príncipe Perfeito*, conhecido por ser defensor de uma política de segredo, apostava ao mais alto nível na pesquisa de informações (através de homens enviados para viagens terrestres e marítimas) posteriormente protegendo toda a informação recolhida de outros países, aplicava técnicas de contra-informação e segredo. Tudo isto visava assegurar vantagem e domínio das rotas perante outros países que procuravam ter conhecimento das melhores rotas comerciais, pois nessa época, o conhecimento das rotas conferia soberania, riqueza e poder.

Porém as informações em Portugal não tiveram sempre um caminho contínuo e crescente, pode-se dizer que surgiram períodos de atraso para a evolução de um sistema de informações e um deles foi durante o reinado de D. Manuel. Nesta fase, quem governava não reconheceu a importância das informações e escolheu o caminho mais fácil, deixar à iniciativa pessoal, o que foi um fracasso para o País. Os problemas existentes não eram estudados devidamente e as suas soluções tardavam em aparecer. As decisões eram tardias, com os meios que nem sempre seriam os mais adequados, ou seja, a qualidade da governação do país correu elevados riscos por falta de informações, ficando esta época marcada pela interrupção da criação de um possível serviço de informações.

Além disso e numa outra época, Marquês de Pombal com apoio de D. José, pensou em criar um conjunto de condicionalismos no reinado, considerando que não existia qualquer tipo de estrutura ou serviço de informações, com capacidade para detectar indícios e actividades contra aos governantes. Conceberam preparativos militares e de outra natureza, os quais contribuíram para diminuir o perigo e ameaça aos limites terrestres e marítimos de Portugal.

Após a revolução de 1820:

“D. João VI regressou à Europa para jurar a constituição, extinguiu o Tribunal do Santo Ofício e decretou a abolição da censura prévia. Apesar das disposições constitucionais cautelares dos interesses do Estado, respeitando contudo os direitos individuais, nada se fez, para organizar um serviço de informações, continuando o país a ser manejado do estrangeiro.” (Cardoso, 2004: p.286).

Portanto, após estas medidas tomadas e nos anos seguintes, o país continuava sem um sistema individualizado de informações. Consequentemente as decisões tomadas pelos governantes continuavam sem qualquer tipo de apoio, o que implicava em determinadas situações, decidir de *olhos tapados*, sem ter certeza do que seria melhor para o país.

Reconhece-se que a implantação da república foi uma data marcante para as informações em Portugal:

“Depois da implantação da República, a legislação de 25 de Maio de 1911 instaurou em Portugal pela primeira vez, mas apenas nas Forças Armadas, uma estrutura diferenciada com a missão exclusiva de trabalhar informações, e a Constituição de 21 de Junho do mesmo ano atribuía, no seu artigo 9.º, ao Presidente da República, o dever de prover a tudo quanto fosse concernente à segurança interna e externa do Estado” (Cardoso, 2004: p.286).

Nesta fase já tinham sido criadas polícias: a polícia preventiva em 1898. Esta em 1907, durante a ditadura de Sidónio Pais, sofreu alterações respeitantes aos seus poderes, sendo criada a polícia política que posteriormente voltou a ser adaptada à realidade. Devido à instabilidade que se seguiu à guerra, tomou a designação de *Polícia de Segurança do Estado*, segundo o general Pedro Cardoso. A 28 de Maio de 1926 a revolução (Wikipedia, 2010)⁷ provocou mais alterações nas polícias que já existiam. Porém, foram criadas as *Polícias de Informações de Lisboa e Porto*, que deram origem à Direcção-Geral de Segurança, apesar disso existia muita repressão e sobre os serviços recaía uma imagem extremamente negativa, que continuou durante a ditadura de Salazar.

De acordo com CITI⁸, a grande preocupação de Salazar, logo após a Constituição de 1933, foi a de constituir, à imagem dos demais regimes fascistas europeus, um corpo especializado e centralizado de informação e repressão política. Assim nasceu a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), rebaptizada em 1945 de PIDE- Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Foi o elemento central do sistema repressivo, dependendo do ministério do interior, mas na prática, ao serviço do Presidente do Conselho. Foi a responsável por um regime de medo, delação e perseguição no quotidiano do Estado Novo, que permite classificá-lo de "regime policial"⁹.

Posteriormente foi criado um serviço de Centralização e Coordenação de Informações, por iniciativa do General Venâncio Deslandes¹⁰, em 1974, sendo o primeiro-ministro Vasco Gonçalves quem tentou estruturar um serviço de informações com a designação de *“Departamento Nacional de Informações”* (Cardoso 2004: p.289). Não se conseguiram obter os resultados desejados, devido essencialmente à falta de homens preparados para entrar

⁷ “Foi um pronunciamento militar de cariz nacionalista e antiparlamentar que pôs termo à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional.” Da livre tradução do autor.

⁸ CITI (Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas), Universidade Nova de Lisboa.

⁹ Podia deter cidadãos sem culpa formada, sem mandato nem fiscalização judicial, por períodos até seis meses. As "confissões" que extraía aos prisioneiros, normalmente sob sevícias e torturas, faziam fé em tribunal e serviam de prova (quando chegavam a tribunal).

¹⁰ “Estes serviços, que foram inicialmente criados em Angola e Moçambique e só mais tarde na Guiné, tinham como missão reunir, estudar e difundir informações que interessassem à política, à administração e à defesa das respectivas províncias e prestarem eficiente apoio às várias equipas governativas que administravam aquelas províncias.” (Cardoso 2004: p.288).

no Departamento. A 23 de Maio de 1975, mais alterações e ajustes, cria-se então o Serviço Director e Coordenador de Informações, com uma duração muito curta sendo extinto ainda nesse mesmo ano. General Ramalho Eanes, decide então criar uma equipa de homens, com a finalidade de analisar e estudar toda a legislação, para se poder criar definitivamente um serviço de Informações. Ramalho Eanes estava sensibilizado para a ideia de que sem o mesmo serviço, a política e o bem governar seriam extremamente difíceis de executar, sentia-se necessidade de um serviço para apoiar a política e proteger o País, segundo o que foi escrito pelo General Pedro Cardoso.

Actualmente em Portugal, as informações comportam um serviço individualizado e estruturado pela Lei Orgânica 4/2004, de 6 de Novembro. Pode-se assim dizer que existiu uma evolução desde a sua criação formal em 1984. Essa evolução ocorre no período de tempo compreendido entre a criação dos serviços pela lei 84 até aos dias de hoje. As sucessivas alterações foram provocadas por uma série de leis, desde a lei nº 30/84, de 5 de Setembro que criou o serviço, após isso foi alterada pelas Leis nºs. 4/95, de 21 de Fevereiro, 15/96, de 30 de Abril, 75-A/97, de 22 de Julho e finalmente pela Lei Orgânica 4/2004, de 6 de Novembro, que alterou toda a estrutura do SIRP e a coordenação de toda a actividade dos serviços de informações, colocando-os desta forma na directa dependência do Primeiro-Ministro. O SIRP¹¹ passou a comportar dois serviços de informações, juridicamente autónomos: o Serviço de informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), sendo as informações militares da competência das estruturas próprias das Forças Armadas.

A informação é algo cada vez mais importante na nossa sociedade, e como a sociedade está numa constante mudança, a forma de obter e ter acesso às informações deverá acompanhar essas alterações e adaptar-se da melhor forma. Por outro lado, temos de admitir que só é reconhecido quem tem conhecimento e para o ter deverá conseguir aceder às informações o mais rápido possível. Para que isso aconteça, cada vez mais se pensa na forma de produção e aquisição das informações, no desenvolvimento de métodos e técnicas cada vez mais eficientes e eficazes, acompanhando sempre a evolução da humanidade.

Portanto, após a reunião de diversos documentos e trabalhos já elaborados, verifica-se que as informações, são um mundo complexo, têm uma história longa e com épocas que contribuíram para a sua evolução ou atraso, estando presentes também em tempos passados, nos quais as informações foram de tal importância, que podem ter contribuído, não só para o bem-estar dos Portugueses, como também para a existência de Portugal, ao longo dos tempos e de toda a sua história.

¹¹ Retirado do Site do SIS.

2.5 AS INFORMAÇÕES

Segundo o Almirante Lacoste¹² «saber e compreender para poder, poder para impedir ou para se impor, o aparelho do Estado não poderá sobreviver hoje se não aperfeiçoar os seus sistemas de aquisição e tratamento da informação, de todas as informações, quer as que são abertas quer as que são secretas» (Pierre e THUAL, 2002 : p.13).

De acordo com este pensamento, as informações tomam um valor importantíssimo e imprescindível, não só para a segurança interna como também para o bom funcionamento do Estado. Deste modo, todo o processo de produção de informações, desde a recolha até à sua posse, deverá constituir uma preocupação constante. É preciso ter o máximo de cuidado com as informações e ter sempre presente que as mesmas conferem poder e vantagem perante a outra parte. Sendo positivo a posse dessa informação, deve evitar-se ao máximo qualquer tipo de fuga. Aplicando-se essa norma às Forças de Segurança, quer dizer que, quando as Forças de segurança têm em sua posse informações respeitantes a determinada situação, é possível o acesso e conhecimento das acções e reacções que os adversários (Adv) estão a desenvolver ou pretendem desenvolver. Logo existe a oportunidade das Forças de segurança actuarem mais na prevenção do que na repressão. Será então possível prevenir e aplicar os meios e medidas de segurança, mais rapidamente e antes de se consumar qualquer acto ilícito, pela parte dos adversários. Basta existir o conhecimento que é proporcionado pela posse de informações.

Segundo o Exército Português (2009) “as informações nunca podem ser consideradas certezas absolutas, mas apenas estimativas”, isto porque na generalidade das situações, não se consegue obter, recolher e reunir a totalidade da informação desejada, podendo surgir campos que se tornam confusos, conduzindo para novas incógnitas/dúvidas, para as quais não se consegue formular uma explicação fundamentada e baseada em provas ou factos. Por isso a posse de informações para a actuação das forças de segurança numa determinada situação, é uma excelente ferramenta, mas por vezes insuficiente, pois na realidade algumas situações com que as Forças se deparam, são diferentes das situações que estavam à espera de encontrar.

2.5.1 NOTÍCIAS E SUAS ORIGENS

Notícia é “informação sobre facto novo ou recente, novidade, relato sobre um acontecimento actual e de interesse público, dar a conhecer, informar” (Dicionários da Língua Portuguesa 2009: p.512).

¹² O Almirante Pierre LACOSTE foi o Director Geral da Segurança Exterior de França, de 1982 a 1985.

“Entende-se por notícia todo o dado não processado de qualquer natureza (facto, documento ou material) que pode ser usado na produção de informações. É um comunicado sobre o estado da situação que existe, ou que existiu, num determinado momento ou espaço. É de natureza indiscutível e pode estar relacionada com acontecimentos do passado ou do presente, sendo históricos ou actuais (...) as origens de notícias são as fontes (pessoas, coisas ou acções) de que provêm todas as notícias (...) uma origem pode possuir notícias adquiridas aleatoriamente, como a que pode ser obtida em resultado da audição accidental de uma qualquer conversa de café, ou pelo contrário como resultado da resposta a uma necessidade de informação, como é o caso das imagens colhidas pela câmara de vídeo de uma aeronave não-tripulada (UAV – *Unmanned Aerial Vehicle*), num voo pré-programado” (Exército Português, 2009: p.26 e 31).

Reconhece-se a notícia, como sendo um dado que foi recolhido ou fornecido, mas que ainda não foi trabalhado, estudado e analisado. Encontra-se apenas no seu estado simples, é necessário ser analisada e relacionada com outras notícias, de forma a constituir uma ideia, um pensamento lógico conduzido com determinado sentido. Desse conjunto de notícias, após terem sido trabalhadas, surgem então as informações, de acordo com o regulamento de Campanha do exército “notícia, por si só é um facto ou série de factos. Quando relacionada com outras já existentes e considerada à luz de experiências anteriores, dará origem a um novo conjunto de factos, os quais são denominados por informações” (Exército Português, 2009: p. 27).

2.5.2 ORIGEM DAS INFORMAÇÕES

Quanto às informações, estas tem origens a partir das notícias e como tal existe uma relação entre ambas, mas são distintas. Segundo o manual do exército as informações são “resultado de um processo subjectivo de opinião, não são inequívocas e são abertas a discussão” (Exército Português, 2009: p.27). Além disso, o processo de produção de informações, implica a existência de uma análise e confrontação entre várias notícias, para se apurar o grau de veracidade e constituírem uma base para a construção de informações, de forma a evitar falhas e a ter informações incorrectas.

Porém todas as informações produzidas necessitam de serem controladas, respeitarem determinadas regras jurídicas, liberdades e garantias dos cidadãos. Isto evita, de certa forma, o descontrolo e enquadra a produção de informações, na medida do mais justo possível. Além da parte legal também existe um enquadramento histórico e cultural que delimita a produção de informações, “Outros limites advêm da sua própria natureza, das capacidades objectivas dos organismos que, de forma sistemática, se dedicam a essa actividade, bem como do enquadramento histórico e cultural da sociedade em que se integram” (Carvalho, 2007 *apud* Moleirinho, 2009: p.73).

De certa forma, todo este controlo reflecte um pouco o que se passou em tempos passados, em que os serviços apenas respeitavam um princípio, o da produção de informações, interessando a quantidade e não a qualidade. Não se respeitavam as liberdades e garantias dos cidadãos e se fosse necessário, utilizavam-se todos os meios permitidos e não permitidos para a produção de informações.

Neste trabalho pretende-se ver toda a dinâmica das informações. Nesta área os principais serviços responsáveis são o SIS e o SIED, no entanto todas as FSS tem um papel fundamental na produção de informações, nas diferentes áreas da sociedade, e cada vez mais, pelo que “o monopólio atribuído aos serviços de informações em matéria de informações de segurança não obsta a que os órgãos de polícia criminal produzam informações prospectivas instrumentais da investigação criminal” (Pereira, 2005 *apud* Moleirinho, 2009: p.81)

2.5.3 NÍVEIS DAS INFORMAÇÕES

Importa conhecer a existência dos níveis das informações, pois torna-se mais fácil de compreender toda a actividade que é desenvolvida pelos Serviços de Informações, como também pelas Forças de Segurança. Apesar da relação que ambos estabelecem, as competências são diferentes e as necessidades de informação também o são, sendo que os serviços trabalham num patamar de informação superior ao das Forças de Segurança.

Então as Informações de acordo com o Regulamento do Exército assumem os diferentes níveis:

- **“Informações Estratégicas.** Informações estratégicas são informações necessárias à formulação de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional. Este é o mais alto nível de informações, derivado das notícias recolhidas em resposta às necessidades colocadas pelos governos nacionais, cobrindo todo o espectro de assuntos militares, diplomáticos, políticos e económicos, nacional e internacional;
- **Informações Operacionais.** Informações operacionais são informações necessárias para o planeamento e condução de campanhas ao nível operacional. Mais especificamente, são as informações necessárias ao planeamento, execução e apoio a campanhas e operações, por parte do Quartel-General Conjunto, no âmbito da Área de Operações Conjuntas (JOA – Joint Operational Area). São informações que são produzidas no âmbito da Área de Interesse (AOI - Area of Interest) do Comandante da Força Conjunta;
- **Informações Táticas.** Informações táticas são as informações necessárias ao planeamento e condução de operações táticas. São informações usadas ao nível dos quartéis-generais das unidades de baixos escalões e são produzidas nas áreas destas unidades” (Exército Português, 2009: p.28 e 29).

O SIS aborda as informações a nível estratégico, procurando estudar e analisar numa determinada zona ou num determinado intervalo de tempo, a origem dos factos, a origem da criminalidade, ou seja, tenta compreender as causas e consequências de um determinado acontecimento com dimensões significativas, o que implica a abordagem da situação não no particular mas sim no geral e num ambiente mais complexo.

Quanto às Forças de Segurança, preocupam-se com outro tipo de Informações, as Informações táticas e portanto movimentam-se num patamar abaixo. Esta é a necessidade de informações das Forças de Segurança, recolher vários dados/notícias que permitam a fácil identificação do autor do crime, por exemplo. Ou a viatura que utiliza, os amigos mais próximos, os locais que costumam ser frequentados. Em suma um conjunto de dados que reunidos, analisados e confrontados, permitam conhecer o sujeito ou um pequeno grupo, que está a ter ou desenvolver uma actividade criminosa. Tudo isto com um objectivo de pensar e planear, da forma mais segura, toda a intervenção policial, evitando riscos desnecessários e paralelamente preservar todos os meios de provas existentes. Só assim se consegue extrair um resultado positivo da conjugação de todos estes factores. Neste caso, a situação é mais específica e diz respeito a situações particulares, que já se consumaram respeitantes ao passado, ou a situações do presente ou ainda de um futuro muito próximo.

2.5.4 DIFERENÇA ENTRE INFORMAÇÃO E INFORMAÇÕES

“A informação é, como se sabe, o conjunto dos dados colocados num contexto relacionados com o espaço, o tempo, o cenário da acção” (Bispo, 2004: p.78). Logo considera-se que informação é um elemento disperso, é uma notícia com diversas origens, como por exemplo de pessoas, documentos, ou simplesmente do espaço/ambiente onde se praticaram as acções, ficando no local vestígios, bens, entre outras contribuindo para a obtenção de dados.

Informações são um conceito diferente, “produtos e processos, em termos gerais (...) consistem na análise da informação no sentido da obtenção de conhecimento, constituem-se como patamar acima da informação”, ou seja, são um conjunto de dados/notícias, que recolhidos, reunidos, confrontados e que, portanto, já foram alvo de um processo de tratamento e análise, no qual existe uma escolha entre o que é de interesse e o que não é de interesse.

É normal confundirem-se ambos os termos, contudo ambos são diferentes e é necessário separar de forma clara, em que a informação é uma simples notícia que pode ser procurada, recolhida, fornecida e as informações, um conjunto de notícias tratadas por acção humana, permitindo “conhecer o outro e o ambiente onde a acção se irá desenvolver” (Bispo, 2004: p.78)

2.6 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA (SIRP)

Actualmente em Portugal, existe um serviço de informações designado por Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)¹³, regulamentado pela lei nº 30/84, de 5 de Setembro. Desde de 1984, data da sua criação, surgiram diversos diplomas com alterações à lei nº 30/84, sendo criada mais recentemente a lei Orgânica 4/2004, de 6 de Novembro¹⁴, que perdura nos dias de hoje e que define toda a constituição do sistema, do qual fazem parte órgãos de coordenação, de consulta e de fiscalização.

Com a Lei 4/2004, estabeleceu-se fundamentalmente uma directa dependência entre o Serviço de Informações e o Primeiro-Ministro, o que implicou existência de uma maior preocupação política pelos Serviços e pelo trabalho que desenvolvem, recaindo sob os políticos a direcção estratégica e responsabilidade dos Serviços de Informações. Paralelamente à Lei 4/2004 foram previstos dois serviços de informações, juridicamente autónomos: o Serviço de informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED). Em suma e de forma esquematizada, é apresentado o organograma do SIRP.

¹³ Consultado a página oficial na Internet do SIRP, a 24 de Maio de 2010

¹⁴ Lei define e cria os seguintes órgãos de coordenação, consulta e de fiscalização:

- O Primeiro-Ministro, que controla, tutela e orienta a acção dos serviços de informações, preside ao Conselho Superior de Informações, nomeia e exonera o Secretário-Geral do SIRP, bem como os Directores dos serviços de informações, e mantém especialmente informado o Presidente da República;
- O Conselho Superior de Informações, que coadjuva o Primeiro-Ministro e é assessorado pelo Secretário-Geral do SIRP, sendo integrado por dois Deputados eleitos para o cargo pela Assembleia da República;
- O Secretário-Geral do SIRP, colocado na directa dependência do Primeiro-Ministro, cujo cargo é equiparado a Secretário de Estado, sendo a sua nomeação precedida de audição em comissão parlamentar da Assembleia da República;
- O Conselho de Fiscalização do SIRP, composto por três elementos eleitos pela Assembleia da República;
- A Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP, constituída por três magistrados do Ministério Público designados pelo Procurador-Geral da República



Figura 2.1: SIRP/Organograma.
(Fonte: SIRP, 2010)

“A actividade dos funcionários e agentes de serviços de informações é uma das mais nobres quando colocada ao serviço do Estado de direito democrático. Responsáveis, afinal, pela tutela dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e pela defesa da própria ordem constitucional democrática, num plano prospectivo de elevada complexidade, eles não aspiram sequer – ou não podem razoavelmente aspirar – ao reconhecimento público” (Pereira, 2005 apud Moleirinho, 2009: p.73).

Para melhor clarificar o funcionamento do SIS que “pode produzir informações preventivas ou de segurança, desde que no âmbito das suas atribuições estatutárias” (Torres, 2005 apud Moleirinho, 2009: p.82) além disso as Forças e Serviços de Segurança têm competência também para “produzir qualquer tipo de informação, desde que revistam uma natureza instrumental e se insiram no âmbito das suas atribuições estatutárias, destinando-se portanto a consumo interno.” (Torres, 2005 apud Moleirinho, 2009: p.82).

Rui Pereira (actual Ministro da Administração Interna), considerou que a distância que separa as informações produzidas pelos Serviços de Informações das informações produzidas pelas Forças Policiais é muito próxima, existindo uma relação próxima e directa entre ambas as partes.

“Aparentemente, não faz muito sentido relacionar as informações com a investigação criminal (...) Constituiria um lamentável equívoco (...) supor que não existe relação alguma entre informações e investigação criminal. Na verdade, tendo por objectivo precípua a preservação da incolumidade do Estado português e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, as informações são, em larga medida, instrumentais da investigação criminal. As informações que interessam aos serviços de informações podem desencadear processos judiciais respeitantes a crimes contra o Estado de direito, a crimes de sabotagem e a crimes de tráfico de pessoas, drogas e armas (...) Assim, poderemos dizer que as informações de segurança, em especial, constituem uma fase prévia da própria prevenção criminal (...). As informações de segurança estão para a investigação criminal como os crimes de perigo para os crimes de dano – constituem antecipação da tutela que é

proporcionada pela intervenção formal do direito penal” (Pereira, 2005 apud Moleirinho, 2009: p.82 e 83).

No fundo as diferenças entre serviços e forças de segurança são muito poucas, além disso é defendido cada vez mais a sua actuação em conjunto e portanto devem prezar pela boa cooperação, tendo em conta que “as forças de segurança são quer uma fonte credível de notícias, quer as destinatárias frequentes do produto informativo dos serviços de informações” (Clemente, 2008 *apud* Moleirinho, 2009: p.84).

CAPÍTULO 3

POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se fazer uma breve abordagem ao policiamento de proximidade. Este tipo de policiamento que toda a GNR aplica a nível nacional, é algo de extremo valor, por vezes não se tem a devida noção do quão importante é ou poderá ser, quando devidamente aproveitado. De facto este tipo de policiamento, constitui uma excelente fonte para a produção de informações, através do contacto entre guardas e população de forma simples, rotineira e permanente.

É notória a necessidade de uma força de segurança, todos os dias presente nas ruas, contactar com as pessoas, observar, vigiar e controlar as pessoas e todo o meio onde se movimentam, isto é a “segurança diária (...) muitas vezes denominada policiamento de proximidade” (Alves, 2008: p.176).

Cada vez mais os comandantes da GNR (Cmdt Ter) apelam aos seus militares para uma aproximação da população, um apoio nas relações com as populações, uma relação de afectividade e de cooperação, com organizações e entidades da sociedade, porque, essencialmente, a segurança é do interesse de todos. Com estes laços criados e estabelecidos ao longo dos tempos, permitir-se-á “a prevenção como actividade primordial, para evitar que as transgressões e a delinquência cheguem a concretizar-se (...)” (Alves, 2008: p.177).

3.2 EQUADRAMENTO GERAL

O policiamento de proximidade foi mais um plano tendo em vista a satisfação das polícias como também das populações. No caso da GNR esta forma de actuação dos militares não é nada recente, de facto muito antes da ideia de proximidade ser definida e reconhecida pelas entidades ao mais alto nível, já se praticava no decorrer das actividades desenvolvidas pela GNR.

A GNR, devido às suas competências e ao dispositivo montado em todo o território nacional, tem um enorme contacto com a população. Por ocupar áreas fora de grandes meios urbanos, como Lisboa e Porto, esse contacto torna-se ainda mais próximo. No fundo a

realidade é que toda a população reconhece os militares e todos os militares, conhecem os habitantes do meio onde residem, apesar de se movimentarem entre outras zonas, criando uma ambiente de confiança entre ambos.

Com tudo isto é fácil de perceber o porquê do policiamento de proximidade, a importância que o mesmo tem assumido, como também a grande preocupação que os comandantes da GNR têm tomado, quando abordam este assunto. É reconhecido que a GNR tem um excelente dispositivo para desenvolver este tipo de actividade, não só possui homens como tem ao seu dispor todo o território nacional, pelo que a GNR é a que melhores condições reúne para aplicar o conceito de proximidade, e do mesmo retirar dados ou informações basilares, para a actuação não só da GNR, como em algumas situações, de outras FSS. Logo, a actuação da GNR passa a ter outro ponto de partida, passa a ser vista mais na sua acção preventiva do que na repressiva, criando-se uma imagem totalmente diferente daquela que tem acompanhado, ao longo dos tempos, a GNR: uma imagem negativa, pesada e dura, em que a GNR era vista como o meio pelo qual o estado reprimia a população, de várias formas, entre elas a utilização da força física. Através da “prevenção pode haver uma postura mais proactiva em oposição à simples reacção” (Moleirinho, 2009: p.23).

Por outro lado também é aceite um outro ponto importante para a segurança, neste caso em que existe uma relação entre informações e segurança, procurando-se primeiro utilizar a prevenção em vez da repressão. A prevenção, conceito integrante do título do presente trabalho, não pode passar despercebida, devendo ser-lhe atribuída uma importância visível de acordo com as palavras do autor, “Com efeito, é pela prevenção que se podem atacar os problemas na sua génese, evitando-se mesmo a sua futura eclosão (...) influenciando com maior profundidade o sentimento de segurança da comunidade” (Moleirinho, 2009: p.23)

3.3 TIPOS DE POLICIAMENTO

Consideram-se os seguintes tipos de policiamento: o policiamento reactivo e proactivo. O policiamento reactivo é “entendido como policiamento que se limitava, essencialmente, a actuar ou a reprimir quando as leis eram violadas, e pouco mais” (MAI, 1999: p.7). Isto tornou-se muito limitativo nos dias de hoje; de facto a criação das forças policiais assenta fundamentalmente nesta base, no entanto os tempos mudam, os cidadãos mudam, tudo é alterado, pelo que a GNR e as outras polícias terão que acompanhar essa evolução e tentar adaptar-se ao contexto actual, ganhando maior credibilidade e valor perante a sociedade.

Surge então o policiamento proactivo, “um policiamento de proximidade social, mais visível e eficiente, procurando melhorar a qualidade de vida do cidadão e melhorar por conseguinte, a aceitação das forças em cada comunidade local” (MAI, 1999: p.7). Isto vai de encontro ao

que foi referindo anteriormente e reforça a ideia de adaptação, com vista ao reconhecimento pela sociedade.

Existe uma preocupação constante em manter este tipo de policiamento, sendo reconhecido que não é tarefa fácil para as Forças de Segurança. É exigido das mesmas, um empenhamento planeado e de qualidade, utilizando vários recursos que nem sempre estão disponíveis. No caso dos militares da GNR, em algumas situações não existe efectivo suficiente e com capacidade para abranger todo o trabalho que lhe compete. No entanto, fica sempre presente a intenção de que a proactividade permite também a fácil obtenção de informações, o que implica uma dinâmica entre polícias e sociedade.

Logo, o policiamento proactivo assume-se como uma forma de trabalhar, que é reconhecida e valorizada pela sociedade, e portanto, é algo que deve continuar a ser cultivado. Além disso, o policiamento proactivo associa-se muito directamente com o policiamento de proximidade¹⁵ que permite a “actividade policial centrar-se em torno do cidadão, detentor do direito fundamental à segurança, constituindo esta uma forma de complemento do modelo tradicional de policiamento de cariz mais reactivo.” (Clemente, 2000 *apud* Moleirinho, 2009: p.7)

3.4 CONCLUSÃO

O Policiamento de proximidade assumiu uma grande importância desde que se começou a pensar, desenvolver e aplicar nas áreas da população mais carenciada, nomeadamente no caso da escola segura, dos programas de idosos, do policiamento das praias, entre outras. A GNR tem de ser vista como uma força com boas capacidades para este tipo de policiamento, de facto, ocupa cerca de 95% de todo o território (a área de acção) que está definida por lei. Através dos meios que dispõe, dos militares que a constituem (que em comparação com as outras FSS é muito superior).

¹⁵ Ministério da Administração Interna reconhece o “policiamento de proximidade é associado numa perspectiva tríplice ao “desenvolvimento da actividade policial tão perto quanto possível das populações”, à “visibilidade das Forças de Segurança” e à “sua efectiva capacidade para resolver os problemas concretos dos cidadãos acrescentando-se ainda ali que se trata de “uma actividade em que é fundamental a colaboração entre a comunidade e a Polícia com o objectivo de identificar e resolver os problemas da comunidade” (Moleirinho, 2009: p.7).

II PARTE - PRÁTICA

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

4.1 INTRODUÇÃO

Procura-se, neste trabalho, dar resposta ao problema inicial de partida, onde se optou por abordar apenas algumas FSS, por considerar que são as que têm maior importância no SI, para evitar uma enorme abrangência de conteúdos, e procurar ser mais claro e objectivo no estudo desenvolvido. Assume-se então a seguinte pergunta de partida: qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?

Neste capítulo trata-se a parte prática, a qual assume o principal papel de sustentar toda a parte teórica¹⁶. Neste caso foi feita através da execução de entrevistas¹⁷ que “permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy e Campenhoudt, 1992: p.192). Foi o melhor método de investigação a aplicar neste trabalho, pelo facto de ter uma amostra relativamente pequena, uma vez que é fundamental questionar pessoas chave, com conhecimentos importantíssimos e actuais na temática abordada.

4.2 MÉTODOS DE ABORDAGEM

No decorrer do trabalho, existe uma necessidade de apoiar toda a análise documental feita anteriormente, pretendendo-se uma fundamentação com origem em informação recolhida através de investigação de campo. “A investigação pode definir-se como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e selecção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmiento, 2008:

¹⁶De acordo com o que foi afirmado por Gay *in* Carmo e Ferreira (1998), uma investigação “ (...) conduzida com o propósito de aplicar ou testar a teoria e avaliar a sua utilidade na resolução de problemas (...) ” é identificado por ser um Trabalho de Investigação Aplicada.

¹⁷ Segundo Baraňano (2004: p93) “ a entrevista consiste no encontro entrevistador-entrevistado, onde o entrevistador coloca uma série de questões ou temas a que o entrevistado deverá responder ou desenvolver (...)”.

p.3). Por outro lado o trabalho de campo foi conduzido no sentido de aplicar entrevistas, com uma **pesquisa qualitativa**, de forma a procurar uma “diversidade nos entrevistados, a qual se relaciona com a garantia de que a utilização das entrevistas se faz tendo em conta a heterogeneidade dos sujeitos (ou fenómenos) que estamos a estudar” (Guerra, 2010, p.40), neste caso, pela escolha de algumas pessoas pertencentes às diversas FSS. Além disso foram criados quadros para se analisarem as respostas, sendo possível constituir “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista (...)” (Guerra, 2010, p.73). A temática do trabalho não pressupõe uma abordagem quantitativa, não se pretende medir nada em concreto ou obter resultados numéricos.

Antes de aplicar as entrevistas finais, foram abordados alguns oficiais da GNR, inspectores da PJ, entre outras pessoas a trabalhar no SIS, aos quais foram aplicadas **entrevistas exploratórias**¹⁸ retirando opiniões diferentes mas fundamentadas, consoante as várias experiências e conhecimentos que fruíam da realidade das informações.

Por fim, a todos os entrevistados, foi pedida autorização para fazer a entrevista; àqueles que aceitaram responder de forma presencial foi pedido para fazer a respectiva gravação da entrevista. Dos outros colaboradores neste trabalho, que não aceitaram a entrevista presencial e preferiram responder por e-mail, ficaram as respostas registadas conforme o e-mail recebido.

Foi construído um Guião¹⁹ de entrevista “para dar espaço às formas de narração do entrevistado (...) clarificação dos objectivos e dimensões de análise que a entrevista comporta (...) em função dos objectivos que decorrem da problematização” (Guerra, 2010 p.53). Foi construído um com dez questões e um outro com sete questões, ambas entrevistas semidirectivas, permitindo ao entrevistado responder de uma forma mais aberta, que “possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (Quivy e Campenhoudt, 1992:192 e 193), existindo nas respostas dadas, várias opiniões o que permiti melhor compreensão do evoluir da resposta. Contudo, existe sempre um controlo para evitar desvios e respostas fora da temática, em que “o investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar (...)” (Quivy e Campenhoudt, 1992: p.193). Sendo assim passo então a descrever os métodos utilizados no presente trabalho.

A **análise documental** foi o primeiro passo neste trabalho, não só para o levantamento do problema inicial, como também para formular as hipóteses. Posteriormente a construção do trabalho baseia-se também em análise a documentos, livros e trabalhos realizados dentro desta temática, tudo com a finalidade de criar um ponto de partida para a investigação, de

¹⁸ Segundo (Quivy e Campenhoudt, 1992: p.69) “(...) contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras.”

¹⁹ Ver apêndice A; B; C; D; E; F da p.53-83.

fazer o enquadramento, de relembrar e sintetizar a história das informações em Portugal, sabendo que a mesma é longa e diversificada.

O **método crítico** uma vez que se trata de assuntos ainda um pouco isolados e portanto fechados a estudos por parte de pessoas ou entidades externas, e para que possam passar dissimulados perante a sociedade e manter todo o trabalho que é realizado pelos serviços em secretismo, torna-se necessário tomar uma opinião crítica “que se baseia na observação crítica dos acontecimentos” (Sarmento, 2008: 4).

O **método sistemático** que irá basear-se “na interpretação dos acontecimentos” (Sarmento, 2008:4). Através da comparação entre várias situações já passadas, é possível retirar ideias, sejam elas positivas ou negativas, ou seja, pretende-se proceder a uma análise de forma a retirar pontos fulcrais para se fazer a análise das respostas.

O **método inquisitivo** “que é baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmento, 2008:4), este com enorme importância para a recolha de dados e crucial ao desenvolvimento da investigação. De início, pela abordagem a pessoas com conhecimentos na temática, através de conversas mais ou menos informais e, numa segunda fase, através de entrevistas semidirectivas a pessoas com elevada experiência de trabalho na área das informações.

4.3 METODOLOGIA APLICADA

Na generalidade a investigação teve início, desde que foi solicitado um tema para o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), através de contactos com algumas pessoas, paralelamente com uma pesquisa documental e pesquisas através da internet. Surgiu então o interesse pelas informações.

Quanto ao principal método aplicado na parte prática foram **entrevistas semidirectivas**²⁰, “o entrevistador apresenta o tema e as diferentes áreas que o entrevistado deve abordar e este tem liberdade quanto à ordem e à forma como irá introduzir as diferentes áreas do tema.” (Barañano, 2004: p.92). Todas deveriam ter sido presenciais, mas por motivos profissionais dos entrevistados²¹ não foi possível. Três (3) foram presenciais, cumprindo-se assim todas as regras da parte científica para a realização da entrevista. As restantes três

²⁰ “(...) o entrevistador só pode intervir para re-orientar a entrevista no caso do entrevistado se desviar do tema, ou para lhe lembrar que esqueceu alguma das áreas a abordar.” Tem como principal objectivo a “verificação de um domínio de investigação cuja a estrutura já se conhece” e “aprofundamento de um campo cujo os temas essenciais são conhecidos, mas que não se considera suficientemente explicado num certo aspecto” (Barañano, 2004: p.92).

²¹ Director-Geral do SIS Antero Luís, Major Soares da Costa Direcção de Informações da GNR, Alfredo Esberard Coordenador superior de Investigação Criminal Unidade Nacional de Contra-Terrorismo da PJ, Alexandre Coimbra Subintendente da PSP, António Nunes Inspector Geral da ASAE, Joaquim Pedro Oliveira Director Nacional Adjunto do SEF.

(3) entrevistas, foram respondidas por e-mail e, apesar de não terem sido presenciais, enriqueceram ainda mais este trabalho.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA

Todo o universo de análise para aplicação das entrevistas, teve em conta a escolha de pessoas que tenham tido recentemente contacto directo com os SIS ou que o tenham actualmente. Para a obtenção de respostas satisfatórias ao problema inicial que constitui o ponto de partida do trabalho, assume-se que o **universo ou população**²² em estudo corresponde a pessoas a quem sejam atribuídas funções de trabalho na área de informações. Todas devem pertencer a uma FSS diferente, independentemente de estar ou não em comissão no SIS. Além disso devem ter bons conhecimentos do funcionamento e da relação entre as suas Unidades e os SIS, serem possuidores de uma experiência de trabalho alargada na temática de partilha de informações e de preferência que ocupem funções actuais na área das informações.

Quanto à amostra foi definida tendo em conta alguns factores, como Carmo & Ferreira (1998) afirma a possibilidade de utilizarmos a **amostragem por conveniência**²³, pois é permitido ao investigador nos seus estudos, aplicar as entrevistas a um grupo de pessoas “(...) em função da conveniência da pesquisa (...)” (Barañano, 2004: p.91). Além disso também se optou pela **amostragem orientada**²⁴ um grupo de pessoas muito específico, com conhecimentos no tema do trabalho. A amostragem Bola de Neve também foi utilizada pela população ser “(...) constituída por casos dificilmente encontrados” (Barañano, 2004: p.91). Esta ideia também apoiada pelos argumentos de outros autores, como é o caso do seguinte autor afirma que afirma “...o critério que determina o valor da amostra passa a ser uma adequação aos objectivos da investigação.” Ruquoy (1997: p.103) ou “a amostra não se constitui por acaso, mas em função de características específicas que o investigador quer pesquisar” (Guerra, 2010 p.43). De facto e segundo as palavras de Guerra, numa pesquisa qualitativa não é fácil a definição da amostra, “a pesquisa qualitativa é muito maleável, o objecto evolui, a amostra pode alterar-se ao longo do percurso (...) é difícil definir uma amostra (...)” (Guerra, 2010 p.43).

²² “População ou universo é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição.” (Carmo & Ferreira, 1998: p.123)

²³ “Quando o investigador está interessado em estudar apenas determinados elementos pertencentes à população, de características bem recortadas.” (Carmo & Ferreira, 1998: p.200)

²⁴ Segundo Barañano (2004: p.91) são escolhidos pessoas “(...) especialistas na área de trabalho, e em função das características que esses elementos possuem relativamente aos objectivos da pesquisa.”

Portanto neste trabalho, a amostra à qual se vai aplicar as entrevistas, é constituída por seis (6) pessoas das várias FSS que tenham assumido recentemente ou que desempenham actualmente funções na área das informações, estabelecendo contacto directo ou indirecto com os SIS, “ não se procurando nem a representatividade estatística, nem as regularidades, mas antes uma representatividade social e a diversidade dos fenómenos” (Guerra, 2010 p.48).

4.5 HIPÓTESES

Portanto com estas hipóteses pretende-se criar um rumo para a investigação e auxiliar a questão inicial do trabalho “fornecendo à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que são formuladas, substitui nessa função a questão da pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente” (Quivy, 1998: p.119 e 120), que tinha como principal objectivo, orientar a investigação para um determinado assunto. Ou seja com a formulação das hipóteses será permitido traçar um caminho mais fácil para o investigador, em que “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui uma melhor forma de o conduzir com ordem e rigor...” (Quivy, 1998: p.119), com o intuito de construir os métodos a utilizar, que neste caso são as entrevistas.

Por fim e com base nos argumentos de Quivy respeitantes às hipóteses e sua finalidades, deve ter-se em conta que “as hipóteses traduzem o espírito de descoberta que caracterizam o trabalho científico...” (Quivy, 1998: p.119), pelo que se passa a descrever as hipóteses formuladas neste trabalho:

H1: Verifica-se algum conflito na recolha de dados ou produção de informações.

H2: As relações entre as FSS são cooperativas no contexto actual.

H3: Que procedimentos de base devem ser cumpridos na partilha de informações.

H4: A partilha de informações é oportuna.

H5: Existe interesse em promover o trabalho em conjunto, entre as FSS.

H6: Existe possibilidade, no futuro, de criar uma estrutura supra para as informações.

4.6 CONCLUSÃO

“Cada investigador tende frequentemente a desenvolver o seu próprio método em função do seu objecto de investigação, dos seus objectivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros factores contingentes” (Maroy, 1997: p.117).

Foram realizadas seis (6) entrevistas, onde se pretende analisar de que forma se relacionam as FSS (ver esta relação mais específica para a relação GNR-SIS), na permuta de informações, procurar saber se a mesma é rápida e fluente, podendo-se retirar proveitos dessa partilha de informações na actuação das FSS, na prevenção e combate da criminalidade. Confrontar e comparar as relações entre todas as FSS é o objectivo, com a finalidade de retirar opiniões para um melhoramento do modelo de partilha de informações de segurança implementado, caso existam pontos que devam ser alterados no contexto actual da sociedade Portuguesa.

CAPÍTULO 5

TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS

5.1 INTRODUÇÃO

Depois de aplicadas as entrevistas e recolhidas todas as suas respostas, entrou-se na fase de apresentar todos os dados, esquematizados em tabelas.

Decorre daí a criação de quadros para a apresentação das respostas e respectiva análise de conteúdo, terminando por fazer uma análise a todas as respostas obtidas, de forma a comparar e sintetizar as respostas e a criar breves conclusões da investigação de campo, constituindo “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, aos que disseram os entrevistados” (Guerra, 2010: p. 73).

As entrevistas serão separadas em dois grupos. Como as questões divergem procurou-se a existência da possibilidade de analisar mais precisamente as entrevistas. Apesar de terem alguns pontos comuns, na generalidade são diferentes, com o intuito de tornar o trabalho mais perceptível para o leitor, de compreender melhor o assunto em questão, como também os resultados extraídos das questões, cedidos por pessoas conhecedoras e sensibilizadas para as informações.

Sendo assim, pretende-se expor todos os resultados das seis (6) entrevistas realizadas, em que três (3) entrevistas foram presenciais e permitida a sua gravação, que foi o caso do Subintendente da PSP Alexandre Coimbra em comissão no SIS; do Major Soares da Costa, Chefe da Divisão de Contra-Inteligência e Segurança (Comando Geral da GNR – Comando Operacional – Direcção de Informações) e do Coordenador Superior de Investigação Criminal Unidade Nacional Contra-Terrorismo da PJ, Alfredo Esberard. As restantes três (3) entrevistas por motivos profissionais dos entrevistados, não existiu a oportunidade para serem presenciais e consequentemente, de efectuar a gravação da mesma. Pelo que as respostas foram obtidas através de e-mail, como foi o caso do Director-Geral do SIS, Antero Luís; do Inspector-Geral da ASAE, António Nunes; e do Director Nacional Adjunto do SEF, Joaquim Pedro Oliveira.

Ao longo da análise das entrevistas, apenas se pretende apresentar e frisar os pontos mais fulcrais das respostas, para criar um espaço de forma a equacionar as questões principais da investigação, no intuito de confirmar as hipóteses formuladas e chegar aos objectivos traçados, procurando uma resposta para o problema inicial deste trabalho.

5.2 TRABALHO DE CAMPO

Na aplicação das entrevistas²⁵, segundo Guerra, (2010 p.56 a 60) foi desenvolvido um Guião de Entrevista direccionado para o Director-Geral do SIS constituído por dez (10) questões²⁶ e um outro Guião com sete (7) questões devidamente adaptado²⁷, para aplicar a pessoas pertencentes às diferentes FSS com conhecimentos, funções directas ou indirectas, referentes às Informações de Segurança Interna, de forma a obter respostas com perspectivas diferentes e existir a possibilidade de confrontar as mesmas.

A entrevista ao Director-Geral do SIS, constituída por dez (10) questões, foi dividida em seis (6) blocos. Começou-se pela apresentação do entrevistador e validação da Entrevista, de seguida por tomar um breve contacto com a realidade do SIS e as principais actividades desenvolvidas no país, compreender as ligações existentes e solidificadas entre GNR e SIS, para uma melhor partilha de informações, tentar identificar e determinar as ameaças no contexto actual da sociedade Portuguesa com o intuito de analisar diferenças nas relações entre a FSS, procurar identificar e analisar especificamente a ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações, e por fim no último bloco verificar se o modelo e procedimentos implementados na partilha da informação estão adequados ao contexto actual e se o princípio da oportunidade temporal é respeitado.

As restantes cinco (5) entrevistas que foram aplicadas, eram todas constituídas por sete (7) questões respectivamente estruturadas e divididas em cinco (5) blocos diferentes. Iniciaram-se, de igual forma, pela apresentação do entrevistador e validação da Entrevista, questionou-se o entrevistado pela existência na sua instituição de serviço direccionado para a recolha; trataram-se os dados e posteriormente transmitiram-se as informações e o impacto que daí é gerado com as actividades dos SIS. Identificaram-se as formas utilizadas para estabelecer ligação entre as Forças de Segurança e alguns Serviços com o SIS, para partilha de informações, analisou-se a adequação do Modelo e Procedimentos/relação com tempo para a partilha de informações, finalmente e com uma questão de carácter mais aberto para finalizar a entrevista, procurou-se registar e cruzar as várias opiniões pessoais do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança a nível nacional.

²⁵ Todas as entrevistas foram aplicadas entre 8 de Junho a 12 de Julho.

²⁶ Ver apêndice A, p.65 a 70.

²⁷ Ver apêndice B; C; D; E; F, da p.71 a 95.

5.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS

Nesta fase serão resumidas as entrevistas em quadros, de forma a permitir uma análise mais objectiva e ordenada. As entrevistas estão divididas em dois (2) grupos, o primeiro a entrevista ao Director-Geral do SIS e o segundo as restantes entrevistas aplicadas às FSS que colaboraram com a sua intervenção para a realização da investigação.

5.3.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADO - DIRECTOR-GERAL DO SIS²⁸

Análise da Resposta n.º 1²⁹: Respeitante há primeira questão, procurou-se dar a conhecer e enquadrar o entrevistado dentro do conteúdo que se pretende abordar, preparando-o para as próximas questões da entrevista.

Tomaram-se como principais objectivos da questão, compreender a generalidade de todo o funcionamento actual do SIS e as principais áreas em que está a desenvolver investigações. Além disso, a questão foi pensada para também cruzar dois campos e verificar a existência de diferenças, uma a realidade correspondente à actividade do SIS e uma outra com a realidade do enquadramento legal, o que é estabelecido, atribuído e definido por lei. Verificou-se a não existência de diferenças, logo o SIS funciona dentro dos parâmetros legais.

Constatou-se a existência de um plano anual de actividades, considerado como o principal instrumento de gestão obrigatória para traçar objectivos a atingir. Este plano permite uma melhor adaptação ao contexto actual, e portanto, hoje pode constituir um tema alvo de preocupação, com a necessidade de abordar e recolher dados de forma a chegar às informações e tomar conhecimento prévio da ocorrência de algum fenómeno. Ou seja o SIS assume-se como um serviço de informações bastante flexível, com capacidade para se movimentar e alterar, sempre que necessário.

Análise da Resposta n.º 2³⁰: Foi possível verificar que ambos os Secretários-Gerais mantêm constantemente uma consulta de informações bilaterais, utilizando mecanismos específicos. Do lado do SIRP foi criado um elemento do SIS, para estar permanentemente presente no Gabinete Coordenador de Segurança, permitindo uma partilha de informações mais segura e rápida, dentro de todo o Sistema de Segurança Interna (SSI) em interacção com outras FSS.

²⁸ Ver apêndice G

²⁹ Ver apêndice N, Quadro N.1 p.114.

³⁰ Ver apêndice N, Quadro N.2 p.114.

É notória a existência de abertura entre os serviços e a cooperação que cada vez mais existe. Os objectivos de todos resumem-se na generalidade ao mesmo, a segurança. Portanto cada qual deve desenvolver as técnicas e os procedimentos que considerar mais viáveis, mas sempre mantendo o contacto com as outras FSS e nunca se isolar, apesar de as informações comportarem classificações de segurança (independentemente de ser no âmbito do segredo de justiça ou segredo de Estado).

Análise da Resposta n.º 3³¹: Conclui-se que existem e se tratam níveis de informações diferentes. Os OPC procuram e produzem informações em níveis inferiores, que são as informações táticas ou operacionais, como alguns referem. Portanto, os OPC investigam situações muito concretas com objectivos simples e definidos, tentando no fim saber responder quem fez, o quê, quando, como, porquê, e construir planos ou planejar a sua actuação. Quanto ao SIS, trabalha em níveis de informações situados em patamares superiores, e nesta fase fala-se das informações estratégicas, analisando não só uma situação em concreto como uma série de situações com a finalidade de encontrar respostas e explicações para os fenómenos.

Por conseguinte, nada é isolado e muito menos quando se fala nas FSS, ou de formas de combater e prevenir o crime. Em determinadas situações, o SIS pode ter acesso a informações pertinentes para os OPC, e estas sim interessam aos OPC e permitem, se passadas em tempo útil, contribuir para a prevenção do crime, numa fase anterior à consumação do mesmo.

De acordo com os argumentos, não faz sentido a criação de mais “antenas” e a presença das mesmas junto do SIS. As informações produzidas pelo SIS, quando do âmbito criminal se tratarem, são asseguradas pelo próprio SIS, que a partilha essa informação, seguindo os canais de permuta estabelecidos, não se prevendo a alteração desta forma de trabalhar.

Análise da Resposta n.º 4³²: Neste caso não só a lei o permite como também é afirmado pelo Director-Geral que os principais crimes e preocupações, que actualmente o SIS acompanha, com a finalidade de recolher o máximo de informação possível, de acordo com a resposta, o aproxima mais da PJ.

Constata-se que na generalidade a maioria das áreas de investigação do SIS, tocam nas mesmas áreas em que a PJ se movimenta. Logo faz todo o sentido que ambas as partes mantenham um contacto mais próximo, o que foi refutado pelo Director-Geral do SIS.

³¹ Ver apêndice N, Quadro N.3 p.114.

³² Ver apêndice N, Quadro N.4 p.114.

Análise da Resposta n.º 5³³ - De facto as relações estabelecidas entre o SIS e as restantes FSS, não assumem qualquer tipo de discriminação e portanto, não existem desigualdades nas mesmas no contexto actual.

É notória a preocupação da cooperação entre todas as FSS, aqui é revelado mais uma vez que o SIS procura não só manter boas relações, como promovê-las ao máximo, de forma a retirar tudo o que existe de útil nestes contactos. Principalmente a facilidade que existe no acesso às informações, sendo que muitas das vezes essas informações são classificadas, tornando-se por vezes difícil a partilha de informações.

Análise da Resposta n.º 6³⁴: A resposta não permitiu retirar pontos críticos que se poderiam esperar, no entanto e seguindo o raciocínio da análise da resposta anterior, esta vem reforçar a ideia que já tinha de facto surgido na resposta anterior.

O relacionamento é bom e não são reconhecidas falhas no mesmo; as partes procuram manter e promover os contactos, pois todos têm noção e reconhecem cada vez mais a necessidade de cooperação, aplicando-se aqui uma ideia muito vulgar de que “duas cabeças pensam melhor do que uma”.

Análise da Resposta n.º 7³⁵: Diferenciou a relação que é estabelecida com a GNR em dois patamares, um patamar superior dentro da GNR, e aqui fez referência ao General Comandante Geral da GNR Nelson Ferreira do Santos, com o qual se assume uma excelente relação profissional; e a um patamar inferior na direcção de informações da GNR, em que a relação é de excelente qualidade.

Desta forma aceita-se a existência de uma excelente cooperação entre ambas, conhecendo que as relações institucionais são de boa qualidade. É evidente que o auxílio que é prestado por qualquer dos lados, é sempre adequado quer em termos temporais quer em termos de contexto³⁶.

Análise da Resposta n.º 8³⁷: Quanto à resposta obtida foi muito limitada, pois no que concerne à GNR pouco se ficou a saber; soube-se que os contactos e relações são frequentes e de boa qualidade. Constatou-se a existência de reuniões semanais e portanto só se aplica nesta resposta, as relações formais entre a GNR e o SIS.

Os argumentos são poucos e objectivos, pelo que é clara apenas a existência de relações formais, o que leva a crer a falta de algo para complementar eventuais situações, que pelas

³³ Ver apêndice N, Quadro N.5 p.115.

³⁴ Ver apêndice N, Quadro N.6 p.115.

³⁵ Ver apêndice N, Quadro N.7 p.115.

³⁶ É mais uma das questões que carece de comparação, logo as respostas serão confrontadas com as respostas das outras entrevistas, uma vez que ambas as partes foram questionadas com a mesma questão.

³⁷ Ver apêndice N, Quadro N.8 p.115.

suas características poderão assumir elevado grau de importância, com pouco tempo para se realizar uma possível reunião formal para resolver o problema. Nesses casos, as relações informais são imprescindíveis, além disso permitem criar melhores condições para a partilha de informações, principalmente quando falamos de confiança entre pessoas.

Análise da Resposta n.º 9³⁸: No actual contexto, não se avizinham alterações ao modelo, em consequência de não se terem reconhecido falhas no mesmo. No que se refere ao princípio mais valioso no campo das informações, segundo algumas pessoas abordadas durante o decorrer deste trabalho, o princípio da oportunidade temporal, segundo o Director-Geral do SIS é cumprido ao rigor, durante a partilha de informações.

Reconheceu-se na generalidade, que os prazos são oportunos e que as informações não perdem qualquer tipo de valor, chegando sempre à GNR ou ao SIS consoante a sua origem, no momento adequado.

Análise da Resposta n.º 10³⁹: Segundo os argumentos do Director-Geral do SIS não existem pontos críticos no presente, apesar de em tempos passados terem existido. No entanto, o que é alvo de estudo é o presente e o futuro, ficando a certeza de que os mecanismos estão enquadrados e a funcionar correctamente, desviando a ideia de criar e definir novos mecanismos.

5.3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS - FSS

Análise da Resposta n.º 1⁴⁰: Esta questão foi pensada como sendo o ponto de partida para a entrevista. Pretendeu-se abordar os entrevistados com a intenção de os levar a falar da sua instituição, de como funciona e quais as estruturas que desenvolvem actividades na área das informações, de uma forma breve.

O **Major da GNR Soares da Costa**, começou por frisar a grande importância e urgência em aplicar o SIOP e mantê-lo a funcionar em perfeitas condições. No entanto, reconheceu que todo o projecto se encontra ainda atrasado, devido a uma série de problemas externos à GNR; problemas de carácter informático em que existe uma incapacidade informática no sistema, esperando-se que muito breve tudo esteja resolvido. Tudo isto com a plena consciência de que para a GNR, sem o SIOP, vai ser de muito difícil comunicar internamente na GNR e externamente com as outras FSS, daí a grande necessidade de

³⁸ Ver apêndice N, Quadro N.9 p.115.

³⁹ Ver apêndice N, Quadro N.10 p.116.

⁴⁰ Ver apêndice O, Quadro O.1 p.116.

implementar e activar este sistema a nível nacional. De facto, o SIIOP é fundamental para a partilha e cruzamento das informações.

Quanto à segunda parte da questão, esta foi negada, ou seja, não existe qualquer tipo de colisão na recolha e tratamento de dados, as competências estão bem definidas, tanto a GNR como o SIS trabalham segundo o que está estipulado. Além disso os níveis de informações que são trabalhados são diferentes, a GNR trata de informações táticas e o SIS de informações estratégicas, mas ambos concorrem para o mesmo fim, a segurança e bem-estar dos cidadãos. Terminou por dizer: “O SIIOP é indubitavelmente uma vantagem para a GNR e para o próprio SIS também o é, não directamente porque são situações completamente distintas, mas um complementa o outro”.

O **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard**, referiu a existência da unidade de informação e investigação criminal na PJ que tem como funções específicas a recolha, a análise e a introdução de dados no sistema integrado de informação criminal da PJ. Está unidade de forma alguma entra em campos ou áreas da competência do SIS e portanto o entrevistado também não assumiu a existência de colisão entre ambos os serviços em análise. A informação que os Serviços trabalham é diferente, porém, em algumas situações, a informação que a PJ recolhe, poderá interessar ao SIS numa perspectiva de efectuar um estudo devido ao aumento do tipo de criminalidade ou da criminalidade numa determinada zona, mas sempre com uma visão do geral e nunca com visão centrada numa situação específica, como faz a PJ.

Referiu também que, sempre que qualquer FSS tem contacto ou acesso a alguns dados ou informações da competência de uma outra FSS, toda essa informação ser-lhe-á imediatamente transmitida, pelo que se admite que o modelo existente actualmente é dinâmico e adequado à realidade Portuguesa. No final, terminou por lembrar que todas as FSS devem ter presente, sempre não só as suas competências, como também as competências das outras FSS, deve-se conhecer como todas trabalham, como actuam, de forma a funcionarem todas de acordo com o modelo de actuação das FSS em Portugal, reconhecendo que “a importância é que cada qual faça muito bem o que tem a fazer e se limite a fazer o que é seu e não fazer aquilo que compete a outras entidades”.

O **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra**, começou por fazer uma distinção semelhante aos outros entrevistados, “a PSP trabalha com informações Operacionais Táticas, o SIS desenvolve a sua missão no âmbito da produção de informações estratégicas, que são níveis completamente distintos”. Desta forma não existe qualquer tipo de colisão entre o Departamento de Informações Policiais da PSP com as actividades do SIS.

Por sua vez reconheceu que poderão surgir situações em que a PSP ou GNR recolham informações respeitantes ou de interesse para o SIS, nestas situações as informações serão

imediatamente transmitidas através dos fóruns da UCAT, do SIIC, e ainda através do próprio Gabinete Coordenador de Segurança e outros órgãos onde todas as FSS integram. Referiu também que no passado as FSS, por vezes, se movimentavam em áreas muito próximas das competências de outras FSS, o que levava em determinadas situações que “vários Serviços ou Forças andavam a trabalhar no mesmo assunto e por vezes isso ainda acontece, mas cada vez menos por força da estrutura”.

Finalizou com uma ideia focalizada na actuação de todas as FSS, “desde que exista a franqueza e honestidade por parte dos FSS na troca de informações evita-se ao máximo a colisão na recolha de informações”.

O **Director Nacional Adjunto do SEF Joaquim Pedro Oliveira**, começou por falar da Direcção Central de Investigação Pesquisa e Análise de Informação (DCIPAI), sendo o principal órgão através do qual se faz a partilha de informações. Não admite a possível colisão de actividades desenvolvidas pelo SEF e SIS, no entanto referiu que em situações que o SIS está a fazer um acompanhamento de assuntos da competência do SEF (imigração ilegal e/ou fraude documental) poderá existir alguma colisão. Não abordou uma outra parte da questão, as vantagens ou desvantagens resultantes dessa colisão e portanto não foi possível analisar na totalidade a resposta.

O **Inspector-Geral da ASAE António Nunes**, apenas respondeu de forma negativa confrontado com a primeira questão, verificando-se mais uma vez que ambos os serviços funcionam subordinados pela lei e respeitando a actuação e competência de todos.

Finalizando a análise global desta resposta, pode concluir-se que **a colisão de actividades** que poderia existir entre as FSS, na recolha e tratamento de dados para a sua transformação em informações, **não existe entre as FSS**. Todos funcionam conforme o respectivo quadro legal e tentam desenvolver um ambiente de cooperação entre as FSS. Apenas um entrevistado tocou no aspecto de poder existir alguma colisão, quando o SIS desenvolve investigações nas áreas de competência do SEF.

Análise da Resposta n.º 2⁴¹: Na segunda resposta, no geral, foi admitido pelos entrevistados a existência de uma boa ligação entre as FSS.

O **Major da GNR Soares da Costa** reforçou a resposta pelo facto de a GNR pertencer a um sistema de segurança interna, ao qual o SIS também pertence e portanto a relação torna-se mais reforçada e próxima. Admite que institucionalmente os canais estão criados e estabelecidos, com fáceis trocas de informações e de experiências entre ambos, no entanto isso, na sua opinião, não chega. Defendeu, mais tarde, quando confrontado com outras questões, dois aspectos importantíssimos no relacionamento entre as FSS, o formal e o informal.

⁴¹ Ver apêndice O, Quadro O.2 p.117.

O **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard**, afirma e reconhece, em algumas situações, que a relação com o SIS é francamente boa e vantajosa para ambas as partes.

Existe uma excelente colaboração entre a PJ e SIS, procurando sempre o contacto frequentemente e criando oportunidades para se aproximarem, para trocarem experiências ou informações reciprocamente, sempre que necessário e participando em vários “grupos de trabalho”. Existe sim, um defender da instituição, ou seja, é fácil de observar-se que quem pertence à PJ defende a PJ, quem pertence ao SIS defende o SIS, mas reconhece que isso é bom, até determinado patamar, e faz todo o sentido.

Terminou por realçar as condições a que ambas as partes estão submetidas, em que a PJ está limitada pelo segredo de justiça e o SIS limitado pelo segredo de estado, tornando a relação por vezes menos aberta entre PJ e SIS, mas a informação é partilhada com toda a qualidade e oportunidade. O que poderá existir e é menos desejável, é a falta de apoio pelas instituições e isso é transversal a todas as FSS em Portugal, na área da segurança e dentro das FSS. Se acontece alguma falha, ou se algo corre de forma menos desejável, a situação deixa de ser institucional e passa a ser pessoal, sendo que alguém tem de ser responsável pelo erro em questão.

O **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra**, começou por falar da evolução da relação entre PSP e SIS na partilha de informações. Tem sido notória a melhoria nos últimos cinco (5) anos, considerando que o SIS era um serviço muito fechado para o relacionamento externo, existindo apenas com a PSP uma relação institucional. Esta ideia dissipou-se e actualmente os seus dirigentes preocupam-se em manter um relacionamento constante com outras FSS, tendo em vista um excelente cruzamento e partilha de informações. Actualmente a relação é boa, os contactos funcionam da melhor forma e são oportunos, existindo uma preocupação não só para a produção de informações estratégicas mas também um reconhecimento pelo SIS de “que os destinatários dessas informações, além do poder político, são também as outras FSS e desta forma, a relação PSP e SIS melhorou muito.”

O **Director Nacional Adjunto do SEF Joaquim Pedro Oliveira**, considera que a relação com o SIS também é uma excelente relação, eficaz e eficiente, pois assume que “o SEF tem por hábito a rápida resposta a todos os pedidos de informação ou solicitações do SIS e este organismo envia regularmente para o SEF material (relatórios) de elevado interesse temático/estratégico”, verificando-se que nos assuntos que permitam o desenvolvimento de investigações ou acompanhamentos de ambos os serviços, a relação que é estabelecida é adequada para o bom desempenho das actividades.

Na relação ASAE e SIS o **Inspector-Geral da ASAE António Nunes** fez questão de reconhecer como “excelente”, não só com o SIS mas também “com todos os demais Forças e Serviços de Segurança no quadro do normativo legal previsto”.

Análise da Resposta n.º 3⁴²: O **Major da GNR Soares da Costa** reconhece que os canais que permitem a partilha de informações com o SIS e outras FSS são suficientes e de boa qualidade, face à realidade actual do país. Existem várias formas de comunicar e de estabelecer contacto, através de uma série de reuniões programadas ou que por algum motivo de maior preocupação se torne necessário, reúne-se para tomar medidas urgentes.

Por outro lado, volta a referir o aspecto dos métodos e ferramentas, fundamentais para o desempenho rentável de toda a actividade das informações, referindo indirectamente o indubitável que é a aplicação e utilização do SIIOP na GNR. Se este sistema não funcionar da forma que foi pensada e programada pelos seus utilizadores, a GNR vai perder imenso e este é mais um excelente canal de partilha, cruzamento e consulta de todas as informações que a GNR recolhe.

Terminou, focando o aspecto da existência de determinadas pessoas com características específicas e da preocupação que o comando da GNR tem revelado perante esse assunto. As pessoas que assumem funções de interligação entre o SIS e GNR e funções nas áreas das informações, devem ter apetências e características específicas para as mesmas, caso contrário a partilha de informação será muito incompleta.

O **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard** referiu que a unidade de coordenação anti-terrorista assume uma enorme importância, pelo que é a principal a agendar reuniões e contactos permanentemente com o SIS, existindo uma excelente forma de partilhar informações. Também fez referência ao grupo das terças-feiras que marca encontros de quinze em quinze dias, com o fim de juntar as várias FSS na mesma sala, para expor, falar, discutir e solucionar preocupações de segurança no país.

Fez uma outra referência ao facto de ainda sentir que existe falta de cultura de contactos entre SIS e PJ, pelo contacto que se tem estabelecido ser ainda muito recente, além disso também por verificar que tanto o SIS como a PJ, não conseguem, em algumas situações, reconhecer de forma clara como trabalha cada um deles, tudo isto cria um travão na partilha de informações e nem sempre é possível manter a melhor forma para se ceder toda a informação desejável.

O **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra**, abordou a questão focando três canais de permuta de informações entre PSP e SIS, o canal técnico entre SIS e oficial de ligação (permite a presença de um oficial permanentemente em comissão no SIS durante um

⁴² Ver apêndice O, Quadro O.3 p.118.

período), os departamentos do SIS que mantêm contacto com embaixadas e também com serviços congéneres, considerando-os estruturais para a fácil circulação de informações.

A nível do SEF, o **Director Nacional Adjunto do Joaquim Pedro Oliveira** referiu a existência de um canal que permite a circulação de informação de modo oficial entre direcções nacionais, sendo esta a forma utilizada para partilhar as informações entre SIS e SEF. Na ASAE a situação é oposta, neste momento não existe canal formal criado, de acordo com as palavras do **Inspector-Geral da ASAE António Nunes**.

De facto, depois de todas as FSS abordadas nestas entrevistas, constata-se a existência de uma ligação para a partilha de informações maior ou menor, consoante as necessidades e o tipo de actividades desenvolvidas. Sendo que para a GNR existem duas (2) condicionantes, o SIOP e a nomeação de pessoas específicas para a área das informações. Na PJ reconhece-se que SIS e PJ devem ter melhor conhecimento das actividades de ambos e devem tentar desenvolver uma cultura de contactos. Para a PSP e SEF o que está estabelecido é adequado e não sugerem alterações. A ASAE, de momento, não reconhece canais de partilha de informações, o que de facto poderia ser mais uma valia para todos, uma vez que a ASAE é um serviço que tem uma enorme capacidade de recolher informações no terreno, devido ao tipo de actividades e competências que assume.

Análise da Resposta n.º 4⁴³ – O Formal para controlar e registar documentos e o Informal para tornar a relação, portanto a partilha de informações, rápida e sem demoras desnecessárias. De acordo com as palavras do **Major da GNR Soares da Costa**, há necessidade de adaptação às novas tecnologias no que respeita à passagem de informação, sendo possível essa utilização no relacionamento informal, no relacionamento entre pessoas de confiança para transmitirem informações, conjugando-se com o relacionamento formal entre as instituições, criando-se um excelente equilíbrio para o relacionamento. Fez uma comparação com os Media, reconhecendo o difícil e até mesmo, o impossível que é fazer frente aos Media. De facto, em muitas situações, os Media tomam conhecimento das situações muito antes da GNR, além disso a forma de eles trabalharem é totalmente diferente, permitindo uma fácil deslocação ao local e uma passagem de informações entre eles muito rápida.

O **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard**, admite que a oportunidade temporal na passagem de informações não é a mais desejada. Tudo isto, segundo suas palavras, deve-se à forma de trabalhar e aos procedimentos que têm de ser cumpridos pelo SIS, devendo-se procurar melhor esses procedimentos principalmente quando as informações se destinam para os OPC actuarem.

⁴³ Ver apêndice O, Quadro O.4 p.118.

No entender do **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra** a oportunidade temporal, também na totalidade das situações, é ultrapassada, tudo devido a uma série de procedimentos e formas de trabalhar que tornam morosa a partilha de informações. No entanto, reconhece que, se for possível melhorar o canal informal, será colmatada esta falha, pois de facto o que muitas das vezes se passa é que através de um relacionamento informal entres pessoas, é partilhado tudo aquilo que é importante e tem interesse.

Para o **Director Nacional Adjunto do SEF Joaquim Pedro Oliveira**, a questão da oportunidade temporal não traz qualquer tipo de problema nem de preocupação. Afirma, de forma negativa, que não existe qualquer atraso no que diz respeito à partilha de informações, estas tanto da parte do SIS como da parte do SEF, são partilhadas e recebidas dentro do prazo útil e desejado.

O **Inspector-Geral da ASAE António Nunes**, afirmou que a oportunidade temporal é ultrapassada, no entanto, e face aos argumentos obtidos, tornou-se bastante limitativo para o entrevistado proceder à descrição das causas e consequências que advêm da ultrapassagem do tempo correcto para a partilha de informações.

No geral a oportunidade temporal não está a ser cumprida e o relacionamento informal tem sido a melhor solução para este problema, mas este requer uma excelente confiança entre as pessoas e um excelente relacionamento institucional.

Análise da Resposta n.º 5⁴⁴: O **Major da GNR Soares da Costa** assume como principal tarefa, pela parte do comando da GNR, a escolha e nomeação certa da pessoa para trabalhar na área das informações e muito mais importante, para manter contacto e relacionar-se com outras entidades. Só dessa forma será possível o desenvolver de bons laços entre as instituições e a criação de um ambiente de confiança entre as pessoas, permitindo uma partilha de informações de excelente qualidade. Para isso, há que apostar logo na formação dos militares da GNR e sensibilizá-los para a necessidade das informações, o que tem sido colocado de parte. Assumiu como já o tinha referido anteriormente, a necessidade e vantagem que existe quando se conjugam dois tipos de relacionamentos, formal e informal, pois ambos se complementam, evitando a perda de tempo e de informação na partilha da mesma.

Para o **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard** a forma de poder melhor a rentabilidade de ligação entre as FSS, é, de facto, o conhecimento que deve existir por todos, tendo em vista saber o que é que cada FSS faz, como trabalha e com que meios. Além disso também a sensibilidade e o à-vontade que já deveria existir entre todas as FSS, quando se deparam com uma situação em que devem passar a outra FSS por motivos de competência. Na realidade existe falta de experiência

⁴⁴ Ver apêndice O, Quadro O.5 p.119.

neste ponto, os procedimentos não estão treinados e nem sempre as situações têm o seu desenrolar da melhor forma, há uma necessidade de reunir e trabalhar em conjunto (as FSS). Isto, de acordo com os argumentos do entrevistado, não está treinado e provavelmente também não se procura melhorar a situação.

O **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra** teceu a sua argumentação, concordando que o ideal seria inserir toda a estrutura das informações numa plataforma tecnológica, só para efeitos de depositar, partilhar, cruzar e consultar informações do interesse de todas as FSS. Esta seria, sem dúvida, uma boa forma de activar os procedimentos das informações e evitar que as mesmas cheguem aos seus destinos tardiamente.

Tanto o **Director Nacional Adjunto do SEF Joaquim Pedro Oliveira** como o **Inspector-Geral da ASAE António Nunes** refutam a questão. No contexto, actual para ambos os serviços, não existem problemas no que respeita à oportunidade temporal e portanto também não sugerem correcções ou formas de melhorar a situação em causa.

Análise da Resposta n.º 6⁴⁵: O **Major da GNR Soares da Costa**, por um lado, admitiu a possibilidade da criação de uma estrutura supra para todo o tratamento de informações. Por outro, considera essa ideia pouco viável, sendo que seria muito pesado e extremamente difícil, a estrutura possuir as capacidades para conseguir gerir todo o tipo de informações produzidas pelas FSS.

De facto, gerir e organizar todas as informações da GNR já é uma tarefa extremamente problemática, fazer este tipo de trabalho para todas as informações de todas as FSS é algo não exequível. Por fim, referiu que essa estrutura no contexto actual até existe, não como estrutura, mas de uma outra forma, pelo que toda a actividade praticada pela estrutura se torna exequível, estando a falar-se do SIRP, para onde convergem, no fundo, todas as informações das FSS após serem filtradas e tratadas.

A Forma de ver do **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard** depara-se mais com o facto existirem necessidades diferentes sobre informação e segundo o actual quadro legal, todas as FSS tem áreas de informações diferenciadas, pelo que não faz sentido criar uma estrutura supra para tratamento de informações.

Porém, também reconhece que não existe respeito entre as FSS, principalmente na área das informações. Pois quando alguém tem acesso a um tipo de informação valiosa, apesar de não ser da sua competência, prefere muito mais tentar seguir para obter resultados do que ceder essa informação, ou seja e segundo o entrevistado “(...) é sempre muito mais interessante do ponto de vista profissional, um profissional dizer, eu consegui deter um indivíduo do que dizer, eu consegui a informação para que os outros detivessem”.

⁴⁵ Ver apêndice O, Quadro O.6 p.120.

A questão em causa, para o **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra**, também não faz sentido, sendo a resposta negativa à mesma. Colocar todas as informações num patamar superior no contexto actual de Portugal, é algo fora de questão. O entrevistado considera que isso iria retirar algumas das actividades das FSS. “Esvazia um pouco aquilo que é feito nas forças”, para além de se tornar numa estrutura muito problemática do posto de vista do funcionamento.

No entanto, considerou a possibilidade de criar uma base de dados comum para todas as FSS, mas só para alguns tipos de informações e de acordo com as necessidades de informações por parte das FSS. Com o objectivo de depositar para cruzar e aceder fácil e rapidamente às informações de interesse, isto de certa forma iria facilitar a actual tarefa que as FSS têm entre elas, para o cruzamento de informações.

O **Director Nacional Adjunto do SEF Joaquim Pedro Oliveira** também refuta a ideia da criação de uma estrutura supra para tratamento de informações, com base nos seus argumento, verifica-se que tal assunto está fora de questão como também é visto de forma negativa, só iria dificultar, atrapalhar a relação que existe entre SIS e SEF.

Por fim, e segundo as palavras do **Inspector-Geral da ASAE António Nunes** é admissível a existência de uma estrutura supra na área das informações. A situação actual é assumida como incompleta, pelo que uma forma de gerir melhor todas as informações, passa pela criação de uma estrutura supra com vista a que “toda a informação policial e operativa seja centralizada num organismo único”.

Análise da Resposta n.º 7⁴⁶: O **Major da GNR Soares da Costa**, caso no futuro se venha a criar uma estrutura supra FSS para o tratamento de informações, defende que a mesma deverá ter excelentes meios tecnológicos para possuir as capacidades de tratamento de todos os tipos de informações, e este será o ponto essencial a desenvolver. Já que é possível verificar, actualmente, na GNR, a grande vantagem e capacidades que os meios tecnológicos permitem no tratamento das informações e daí a grande preocupação pela implementação do SIOP.

Reconheceu também através da estrutura supra, a hipótese de poder existir um cruzamento de informação não só policial, informações também das finanças, da Segurança Social e do Ministério da Justiça, isto seria mais uma valia na área das informações.

De acordo com as palavras do **Coordenador Superior de Investigação Criminal da UNCT da PJ Alfredo Esberard** tudo pode e deve ser mudado, adaptado à realidade do presente. Aceitou a ideia da estrutura supra FSS mas com algumas condições, a principal seria a

⁴⁶ Ver apêndice O, Quadro O.7 p.120.

criação de patamares de informações. Tudo isto a procurar criar uma base de dados onde fosse possível depositar todas as informações, com limitações no seu acesso e de acordo com o princípio da necessidade de conhecer o destino a dar à informação. Assim após a informação ser disponibilizada no sistema, só poderiam aceder à mesma, as FSS que tivessem competência naquela área.

Da mesma forma se identifica o **Subintendente da PSP Alexandre Coimbra**, apesar de continuar a defender a ideia da criação do SAFE, é da opinião que as informações que fossem depositadas nessa estrutura supra FSS, teriam de ser disponibilizadas por patamares. Quer isto dizer, só teria acesso à mesma quem tivesse competência para investigar, isto com o propósito de controlar as informações e todo o seu valor.

Para o **Director Nacional Adjunto do SEF Joaquim Pedro Oliveira** a estrutura deveria funcionar, sustentada numa boa base informática, porque o tratamento de tanta e diferenciada informação seria uma tarefa bastante complexa.

Deveria proceder-se também à criação de equipas especializadas, consoante as várias tarefas a desenvolver, e seria então de apostar na parte da especialização dentro de uma estrutura polivalente. Por fim, de igual forma para os outros entrevistados, se deveria proceder ao controlo das informações, que neste caso, passariam pela definição de regras, deixando em aberto qual o tipo de regras.

Da parte do **Inspector-Geral da ASAE António Nunes** a resposta é de todo muito semelhante às respostas anteriores. Seria importante a componente informática no auxílio do trabalho a desenvolver e as regras, neste caso, definidas pelas FSS, para existir um controlo das informações. Dessa forma seria possível aceder e cruzar as informações rapidamente sempre respeitando o princípio da necessidade das informações.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 INTRODUÇÃO

Com este capítulo a principal finalidade é apresentar todos os dados recolhidos na investigação de campo. Pretende-se fazer uma última reflexão dos resultados do trabalho teórico e empírico e sucintamente apresentar todos os resultados que satisfaçam o problema inicial do trabalho, como também a o refutar ou o concordar com as hipóteses levantadas inicialmente.

De certa forma é extremamente ambicioso reflectir sob a relação entre cooperação e coordenação entre as FSS, pois ambos os conceitos tomam uma dimensão muito ampla, aplicando-se frequentemente no dia-a-dia. Em algumas situações, como é o caso da GNR e PSP, os referidos conceitos nem sempre são aplicados, como por exemplo no limite das áreas de competências da GNR e PSP. Se ocorrer alguma situação na área da GNR e próximo da área da PSP, caso a GNR não tenha no momento meios humanos ou materiais para abordar a situação, a PSP também não se desloca ao local e portanto a situação fica por resolver. Isto nos dias de hoje não faz sentido, todos trabalhamos para o mesmo, a segurança.

Para além disso, verifica-se na nossa sociedade a aplicação de cooperação e coordenação em entidades diferentes das FSS. Neste caso os conceitos assumem uma outra dinâmica, mais relacionada com o desenvolvimento, com o crescer da instituição, com o tornar-se competitivo e ter capacidade para enfrentar tempos de crise ou de regressão. No entanto o objectivo comum é realizar as tarefas e fazer o trabalho que deve ser feito, de forma mais rápida, da forma menos dispendiosa e com a melhor qualidade possível.

Logo dir-se-ia que, apesar de se falar muito de cooperação e coordenação, ainda não é fácil de aplicar os conceitos na realidade. Existe então uma necessidade de reflectir mais sobre estes assuntos e aplica-los na realidade.

Será ainda feito um resumo e confrontação dos resultados obtidos das entrevistas realizadas, seguindo-se a verificação da existência ou não das hipóteses formuladas, como também a apresentação de algumas reflexões finais e recomendações. Terminar-se-á com

a explanação das principais limitações no desenvolvimento do presente TIA e com algumas propostas significativas para futuras investigações dentro desta temática.

6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO⁴⁷

Foram enumeradas uma série de hipótese de investigação, que durante a realização deste trabalho se procurou que fossem seguidas, orientando na generalidade o Trabalho para o estudo dessas hipóteses.

Da mesma forma, com essas orientações, foi possível seguir um determinado rumo, tendo em vista a criação de uma estrutura organizada para o presente TIA e na tentativa de responder ao problema, e de comprovar toda a validade das hipóteses formuladas.

H1: Verifica-se algum conflito na recolha de dados e produção de informações.

Verifica-se que a hipótese foi totalmente refutada pelos entrevistados, de acordo com as respostas dadas à primeira questão da entrevista aplicada às FSS. São reconhecidas as competências e actividades que cada FSS desenvolve, nas áreas que lhes dizem respeito.

Situações em que alguma força desenvolva actividades em áreas que não sejam da sua competência, existem procedimentos definidos para que se passar de imediato as informações.

H2: As relações entre as FSS são cooperativas no contexto actual.

Esta hipótese foi totalmente validada por todos os entrevistados na resposta à questão n.º2 e pelo Director-Geral do SIS nas respostas às questões n.º2; n.º5 e n.º6. De facto o modelo de funcionamento entre as FSS abordado neste trabalho é francamente produtivo, as relações entre as FSS são boas e portanto é permitido afirmar que existe uma excelente cooperação entres as FSS, no âmbito das informações de Segurança Interna.

H3: Que procedimentos de base devem ser cumpridos na partilha de informações.

Para esta hipótese foi assumido por todos os entrevistados a existência de alguns procedimentos já implementados e outros que ainda não estão a ser utilizados. Então esta hipótese é vista como parcialmente validada, apresentando uma parte residual que corresponde aos procedimentos que ainda não estão implementados.

O Director-Geral do SIS concordou que os procedimentos são cumpridos, com as respostas às questões n.º2; n.º5 e n.º8, argumentando que as FSS se integram no Gabinete Coordenador de Segurança, desenvolvem reuniões frequentemente, as relações são próximas e têm-se criado grupos de trabalho específicos.

⁴⁷Consultar na p.5 deste trabalho.

Para os restantes entrevistados, nas respostas às questões n.º2; n.º3 e n.º4, defende-se a existência de uma conjugação das relações formais e informais, o recurso e confiança nas tecnologias e nos meios informáticos (o que ainda não se verifica). As reuniões agendadas e a presença de oficiais ou de pessoas (com personalidade e características específicas, o que por vezes não se verifica) nas FSS como representantes da FSS a que pertence, proporcionando uma excelente ligação.

H4: A partilha de informações é oportuna.

Verificou-se ser deveras complicado atribuir a validação ou refutação da hipótese n.º4, pelo facto de os entrevistados terem assumido uma posição neutra, pelo que se considera parcialmente validada.

Deste modo, para o Director-Geral do SIS, respondendo às questões n.º3; n.º9 e n.º10, foi admitindo que a oportunidade temporal é respeitada, negando a possível criação de mais “antenas” no SIS e portanto foi recusada qualquer tipo de alteração aos actuais mecanismos definidos.

A PJ e PSP tomaram uma posição neutra, em que há situações que a oportunidade temporal é respeitada e outras situações em que não o é. A GNR admite e concorda com a hipótese quando existem relações formais e informais entre as partes, mas quando existem apenas relações formais o factor tempo oportuno não é cumprido. SEF concordou e ASAE discordou.

H5: Existe interesse em promover o trabalho em conjunto, entre as FSS.

Hipótese totalmente validada pelos entrevistados. O SIS referiu que esta hipótese se aplica na realidade, segundo as respostas dadas às questões n.º2; n.º5; n.º6 e n.º7, como também foi reconhecido pelos entrevistados das restantes FSS abordadas neste trabalho, pelas respostas à questão n.º2.

O SIS falou da importância do Gabinete Coordenador de Segurança onde existem elementos das FSS. O SIS garante que as relações com todas as FSS não demonstram qualquer tipo de discriminação, com a nova lei de Segurança Interna e por fim, mais específico, as boas relações que estabelecem a todos os níveis com a GNR. Todos estes pontos permitem verificar a existência de um esforço para o trabalho em conjunto.

As restantes FSS assumiram a existência de uma relação de boa qualidade e de profissionalismo, devendo a mesma continuar, não só com o SIS, como também entre todas as FSS.

H6: Existe possibilidade no futuro de criar uma estrutura supra para as informações.

Hipótese totalmente refutada pelos entrevistados. Para o SIS não faz sentido, além disso afirma que face ao actual quadro das FSS não se afiguram alterações, segundo as respostas obtidas nas questões n.º8 e n.º9.

A GNR, PJ, PSP, SEF, na questão n.º6, negam a possibilidade da criação de uma estrutura supra FSS, na área das informações, por ser algo bastante difícil de se concretizar, o que levaria o Serviço a possuir um conjunto de actividades muito complexas, tornando-se numa estrutura muito pesada. No entanto, a ASAE concordou com a criação desse serviço, com vista a centralizar as actividades.

Para as mesmas FSS ainda foi assumido, na questão nº 7, que, se tal acontecesse, seria necessário a criação de patamares para o acesso a informações ou categorias de informações, a utilização e recurso das novas tecnologias e a definição e o respeito de regras bastante complexas.

6.3 REFLEXÕES FINAIS

Neste momento é possível apresentar algumas conclusões e tecer as principais recomendações acerca da investigação desenvolvida face ao problema proposto, **“Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”**

As informações, de facto, não são um conceito nada pacífico para todo o Sistema de Segurança Interna (SSI), as FSS devem continuar a promover a cooperação e a coordenação que ainda não existem na proporção desejada, porque no fundo, o caminho a seguir, leva-as ao mesmo destino, o da segurança de todos os cidadãos.

As tecnologias são uma ferramenta indispensável na actualidade, sentindo-se facilmente as dificuldades quando as mesmas funcionam mal ou simplesmente não existem. As informações perdem o seu valor e o trabalho feito pelas FSS, naturalmente, deixa de fazer sentido. Para a GNR é tempo de aplicar o SIOP, para as restantes Forças há necessidade de mudar a cultura e confiar nas tecnologias e meios informáticos para a partilha de informações. Todas devem optar por modelos semelhantes ou que permitam o acesso por todas as FSS.

Notório foi o aspecto de trabalhar em conjunto. Na realidade os entrevistados revelaram sempre falta de experiência neste campo. Como se costumava afirmar, as FSS não estão “traquejados para trabalhar em conjunto”, e deve-se evitar isto ao máximo.

Na área das informações, muito importante é o tipo de pessoas que estão afectas a estas actividades, as quais devem corresponder a determinadas características. Devem ser

peessoas dinâmicas e com excelentes capacidades de interagir independentemente do ambiente em que se inserem, das pessoas com quem se relacionam. Apostar na formação desse tipo de pessoas e sensibilizá-las para os cuidados a ter com as informações, desde o início da sua formação e da sua carreira profissional, é uma outra tarefa a promover.

As relações entre as FSS, não são reconhecidas pelos próprios profissionais, como sendo as mais adequadas, segundo a generalidade dos entrevistados. Por isso a partilha de informações poderá, em algumas situações, ficar desfavorecida, pois pode sofrer alguns ruídos na sua transmissão.

Há que fomentar uma cultura de informações entre todas as FSS e desenvolver mais confiança entre as mesmas. Só através da nomeação de pessoas com sensibilidade para as informações, da utilização de tecnologias adequadas e semelhantes, da cooperação e coordenação entre todos, se conseguirá fazer mais e melhor. Supõe-se que este deverá ser o futuro adequado para as informações em Portugal.

“A introdução de tecnologias de informação acontece a um ritmo cada vez mais alucinante, sendo rapidamente divulgadas e publicitadas. As tecnologias de informação têm um impacto nas componentes sociais, educativas, organizacionais e estruturais, o que interfere directamente nos perfis profissionais.” (Dias, 1994 apud Biscaia, 2008: p.14).

6.4 RECOMENDAÇÕES

Verificou-se que, de facto, as FSS reflectem diariamente neste assunto e por isso deve-se continuar por esse caminho, o da reflexão. Pois na realidade não existe nada que funcione na perfeição, mais cedo ou mais tarde há algo que falha, algo que não funciona como o previsto e como tal, há que levantar os problemas e discuti-los. Não faz sentido esconder ou colocar de parte os assuntos problemáticos, porque continuar a navegar com o mesmo navio, já velho, e em condições precárias, pode implicar não conseguir chegar ao melhor porto de destino.

Nota-se perfeitamente que, por serem assuntos delicados, pelo envolvimento de várias FSS, pela importância que assumem as informações, as pessoas não falam abertamente e portanto evitam expor-se com determinados argumentos.

Nos últimos anos têm-se dado grandes passos permitindo o aproximar das FSS, assumido pelos entrevistados. As FSS sentem e admitem uma maior proximidade e isso vê-se quando ocorrem grandes acontecimentos. No entanto, continuam a promover a sua evolução, tanto a nível nacional como assemelhando-se a outras realidades exteriores a Portugal, sendo que aqui poderá entrar uma outra componente muito importante, as decisões e alterações oriundas da Política.

6.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

“Defende-se aqui uma postura de pesquisa que advém já de alguma experiência de terreno e da coerência da construção teórica” (...) (Guerra, 2010: p.36), de facto, os conhecimentos nas áreas das informações são muito superficiais, o que, juntamente com a pouca experiência tida no mundo profissional, tornou algo difícil a tarefa de começar uma boa investigação e de a conduzir até ao fim.

Uma outra dificuldade, foi o facto de que foi necessário estabelecer contacto com as pessoas adequadas e que estas fossem conhecedoras da temática que foi proposto estudar. Foi significativa a forma como progrediu o trabalho, a partir momento de contacto com esse tipo de pessoas.

O limite de quarenta (40) páginas, continua a ser também um obstáculo, que já tem sido referido anteriormente e que volta a ser assinalado. Desta forma o trabalho fica algo condicionado, tornando-se impossível a apresentação de resultados na íntegra.

6.6 PROPOSTA PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

De grande interesse na área das informações, seria um estudo que abordasse a problemática da liderança e dos objectivos dos serviços de informações.

A realidade das situações nem sempre corresponde ao que nos mostram ou que nos dizem. Por vezes existe algo que se oculta, algo que é desviado em proveito de certos interesses. Isto é mais provável quando os serviços secretos estão directamente dependentes do poder político e não de pessoas internas do serviço. Por isso deve entender-se que a liderança deve ser a um nível inferior, que reconheça todas as actividades realizadas pelos serviços e que das mesmas se consiga retirar o máximo aproveitamento, sem nunca beneficiar ninguém, mas sim sempre em prol de todos.

“É imenso o prazer que se sente ao fazer uma investigação e qualquer pessoa que tenha a possibilidade de levar a cabo um trabalho deste tipo é, de facto, privilegiada.” (Phillips e Pugh, 1998 *apud* Barañano, 2004: p.1)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- AAVV (2009) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- ACADEMIA Militar (2008), *Orientação Para Redacção De Trabalhos*. Lisboa, Academia Militar.
- ALBARELLO, I. Digneffe, F. Hieenaux, J. Maroy, C. Ruquoy, D. Staint-Georges, P. (1997) (1.ª Ed) *Práticas e Métodos em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- ALVES, A. C. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa, Edição da Revista da GNR.
- BARAÑANO, A. M. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão, Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação*. Lisboa, Edições Sílabo.
- BISCAIA, José Alberto Oliva (2008). *A Eficácia do Sistema de Controlo Interno da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa, Academia Militar.
- BISPO, António Jesus (2004). *A função de informar, Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa, Prefácio.
- CARDOSO, Pedro (2004). *As Informações em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela (1998) *Metodologia da Investigação Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa, Universidade Aberta.
- DINIS, José António Henriques (2005). *Guerra de Informação – Perspectivas de segurança e competitividade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS (2009). *Informações, Contra-Informações e Segurança*.
- FORTIN, M.F., (2003). *O processo de investigação da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdos – Sentidos e formas de Uso*. Cascais: Príncípa.
- LACOSTE, Pierre e THUAL, François, *Services Secrets et Geopolitique*, Lavauzelle, 2002, 2ª Ed., p.13.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. (1999). *Policamento de Proximidade, Técnicas de Proximidade*. Gráfica Peres.
- MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*. Lisboa: Publicações Europa América, 1977, pp. 21-22.
- MOLEIRINHO, P. (2009). *Da Polícia de Proximidade ao Policamento Orientado Pelas Informações, Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

- MOREIRA, Adriano (2004). *Informações e segurança, Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa, Prefácio.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2008) (5ª Ed.). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Traduzido por João M. Marques, Maria A. Mendes, Maria Carvalho, Grávida, Lisboa.
- SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- SERRÃO, Gonçalo Nuno Correia Zambujo (2005). *Estudo comparativo entre sistemas de informações policiais – Portugal outros países*. Lisboa, Academia Militar.
- TZU, Sun (2007) (7ª Ed.). *A Arte da Guerra*. Traduzido por Luís Serrão, Almargem do Bispo, Coisas de Ler Edições.

Endereços Internet

Academia Militar, <http://www.academiamilitar.pt> endereço acedido entre Janeiro a Agosto de 2010.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, <http://www.asae.pt> endereço acedido a 6 de Junho de 2010.

Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas, http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/vilhena/pide_dgs.html, Universidade Nova de Lisboa, endereço acedido a 10 de Junho de 2010.

Exército Português, <http://www.exercito.pt> endereço acedido a 20 de Maio de 2010.

Guarda Nacional Republicana; www.gnr.pt endereço acedido durante o mês de Maio.

Inspecção Geral da Administração Interna, www.igai.pt endereço acedido a 4 de Junho de 2010.

Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora [www:<URL:http://www.infopedia.pt/\\$general-pedro-cardoso](http://www.infopedia.pt/$general-pedro-cardoso), endereço acedido a 24 de Maio de 2010.

Instituto de Estudos Superiores Militares, <http://www.iesm.mdn.gov.pt> endereço acedido a 26 e 27 de Maio de 2010.

Instituto de Defesa Nacional, <http://www.idn.gov.pt/index.php> endereço acedido a 26 e 27 de Maio de 2010.

Jornal Defesa e Relações Internacionais, <http://www.jornaldefesa.com.pt/> endereço acedido entre Junho e Julho de 2010.

ALMEIDA, Paulo Pereira (2010) *A inutilidade da PJ*, Jornal Defesa e Relações Internacionais, http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=811 endereço acedido a 27 de Julho de 2010.

Ministério da Administração Interna, www.mai.gov.pt endereço acedido 27 de Maio de 2010.

Ministério da Defesa Nacional, <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/> endereço acedido a 27 de Maio de 2010.

Polícia Judiciária, <http://www.policiajudiciaria.pt/> endereço acedido a 8 de Junho de 2010.

Polícia de Segurança Pública, www.psp.pt endereço acedido a 8 de Junho de 2010.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, <http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/page.aspx> endereço acedido a 8 de Junho de 2010.

Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, www.sied.pt endereço acedido entre Janeiro a Agosto de 2010

Serviço de Informações de Segurança, www.sis.pt endereço acedido entre Janeiro a Agosto de 2010.

GARCIA, Francisco Proença (2008). *A Transformação da Intelligence*, <http://blog.alexandrevalle.com/archives/284-A-TRANSFORMACO-DA-INTELLIGENCE-Francisco-Proenca-Garcia.html> endereço acedido a 20 de Maio de 2010.

GARCIA, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença (2001). *A importância das Informações e da Acção Psicológica na condução da guerra*, Revista Triplo V de Artes, Religiões e Ciências. http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/capitulo2/importancia_informacoes-notas.htm endereço acedido a 10 de Maio de 2010.

Wikipédia http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_28_de_Maio_de_1926, endereço acedido a 26 de Maio de 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTA – DIRECTOR GERAL DO SIS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares – GNR Cavalaria, subordinado ao tema “ As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”.

Reconhecendo a sua experiência neste tipo de conteúdos, a posse de conhecimentos referentes ao funcionamento de toda a estrutura do SIS e do contacto com a GNR, na área das informações, mais precisamente na ligação que é estabelecida com os Serviços de Informações de Segurança (SIS). Desta forma é extremamente positivo, existir a oportunidade de entrevistar determinadas pessoas que, como V.Ex.^a, tem tido contacto com assuntos respeitantes às informações em Portugal, durante já alguns anos e mais recentemente, desde de 13 de Outubro de 2005, quando assumiu as funções de Director-Geral do SIS. No fundo a entrevista tem um sentido fundamental, que é desenvolver uma base de apoio com a análise documental efectuada e registada ao longo do trabalho, para que seja possível obter dados, conhecimentos que permitam elaborar respostas, ao problema inicial do TIA.

Por um lado, no caso de V. Ex.^a aceitar colaborar com as respostas às questões da entrevista, passa a ser do seu conhecimento, que a entrevista aplicada são analisadas qualitativamente e servirá como suporte à componente prática do trabalho mencionado. Por outro lado, será possível garantir e satisfazer alguns interesses, ficando ao seu critério e se V. Ex.^a o entender, serão colocadas à sua disposição as análises resultantes das suas respostas respeitantes à presente entrevista, antes da exposição pública deste trabalho e o próprio Trabalho de Investigação Aplicada na íntegra depois da sua aprovação.

Gratos pela sua Colaboração

Atenciosamente

Gilberto Valente

Asp / GNR CAV

TEMA: “As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”

PROBLEMA: “Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e o combate da criminalidade?”

Dados do Entrevistado:

Nome: Antero Luís

Função: Director-Geral do SIS

Funções que desempenhou:

- ✓ Representante do Ministério Público na comarca de Alfândega da Fé;
- ✓ Juiz de direito nas comarcas de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Marco de Canaveses, como juiz de instrução criminal do círculo judicial de Bragança e como juiz de círculo auxiliar no círculo de Vila Nova de Gaia;
- ✓ Juiz presidente do círculo judicial de Faro, da 3.^a Vara Criminal de Lisboa, do 2.^o Juízo do Tribunal de Família do Porto e da 1.^a Vara Criminal do Porto em acumulação com juiz do Tribunal de Execução de Penas do Porto;
- ✓ Funções de secretário-geral da Associação Sindical dos Juizes Portugueses;
- ✓ Director-adjunto do Judicial Affairs UNTAET e membro do 1.^o Governo de Transição de Timor-Leste;
- ✓ Juiz internacional na UNTAET/UNMISSET para julgamento dos crimes graves;
- ✓ Assessor do Ministro da Justiça e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe;
- ✓ Membro e porta-voz do Conselho Superior da Magistratura;
- ✓ Juiz desembargador auxiliar do Tribunal da Relação do Porto.

1) Tema: “As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade.”

2) Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Gilberto Valente

3) Entrevistado: Director-Geral do SIS Antero Luís

4) Objectivos gerais:

- a) Tomar conhecimento na generalidade da estrutura do SIS e do seu funcionamento;
- b) Reconhecer o tipo de actividades desenvolvidas na actualidade;

- c) Confrontar o entrevistado com duas situações, caso se verifique. A actual situação e relação que existe entre a GNR e o SIS, tendo em conta aos meios disponíveis, e a que deveria existir para contribuir para uma maior eficácia na partilha de informação entre a GNR e o SIS;
- d) Recolher informações, respeitantes há existência e ao funcionamento, dos principais canais de permuta de informação entre a GNR e o SIS;
- e) Analisar a fluidez e facilidade que existe para a troca de informação entre a GNR e o SIS;
- f) Verificar no geral, se a temática das informações e o relacionamento com o GNR, são temas de interesse da parte do SIS, não só no presente como também no futuro;

5) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação e apresentação da Entrevista.

Bloco B: Breve contacto com a realidade do SIS e actividades desenvolvidas.

Bloco C: Ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações.

Bloco D: Determinar as ameaças actuais para Portugal e a força ou serviço de segurança, com o qual existe maior contacto.

Bloco E: Ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações.

Bloco F: Adequação do Modelo e Procedimentos/relação com tempo.

6) Estratégia:

Assumindo os objectivos gerais a alcançar do trabalho que se subordina ao tema referido anteriormente, foi preferível criar e conduzir a entrevista para o tipo semi-directiva.

Desta forma, pretendo estabelecer um espaço com liberdade para o entrevistado ceder as suas respostas, com hipótese para responder objectivamente e paralelamente expressar algumas opiniões ou falar de uma forma mais aberta. Contudo pretende-se na generalidade, que o entrevistador controle e oriente, do início ao fim toda a entrevista no sentido dos objectivos iniciais traçados.

De acordo com a entrevista, as questões encaixam em seis (6) blocos temáticos, sendo que toda a organização das questões, tem como principal finalidade permitir ao entrevistador proceder uma análise mais direccionada ao problema ou objectivo a que se propôs inicialmente, e do qual teve toda a origem o presente trabalho.

Quanto à escolha das pessoas sujeitas a serem entrevistadas, caso o aceitem, tiveram penso vários factores, dos quais é de realçar o reconhecimento das mesmas por se constituírem de certa forma, elementos-chave de conhecimento e experiência do dia-a-dia no assunto em estudo. Sendo assim, o contributo das pessoas a entrevistar será

fundamental para a continuação deste trabalho e terá uma importância fundamental na obtenção dos resultados.

Por fim e referente à entrevista, todos os grupos ou blocos temáticos abordados no decorrer da entrevista, como os principais objectivos a obter a partir das questões a colocar, encontram-se sintetizados na grelha de entrevista.

- Antes de iniciar a Entrevista e de ser confrontado com as questões, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista.

Foram colocadas algumas questões gerais respeitantes ao trabalho e curso da GNR.

- Permite que as respostas às questões da entrevista possam ser gravadas e utilizadas como fundamentação dos resultados do meu estudo e como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a desenvolver?

A entrevista foi não presencial e portanto não existiu oportunidade de ser gravada.

QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) As informações em Portugal estendem-se a todos os domínios vitais para a segurança do estado? Ou será que o SIS canaliza na generalidade, os seus meios para desenvolver trabalho principalmente no domínio da espionagem e do terrorismo?
- 2) Que mecanismos de cooperação estão estabelecidos entre os Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna e do Secretário-geral do SIRP, tendo em conta o segredo de justiça e o de estado?
- 3) Considerando a posse de informações como a principal ferramenta para os OPC actuarem, até que ponto se devem aumentar o número de “antenas” para obterem informação necessária, adequada e oportuna?
- 4) Na actualidade qual ou quais os tipos de criminalidade em que o SIS concentra maior atenção?
- 5) Tendo em conta esse tipo de criminalidade, poderá existir maior ou menor ligação, com uma força ou serviço de Segurança, não só na partilha, como também na obtenção das informações.
- 6) De que forma reconhece e avalia, a cooperação e a coordenação entre as forças e serviços de segurança com os Serviços de Informações de Segurança? Especificamente entre a GNR e o SIS?
- 7) Qual a relação institucional entre o SIS e a GNR?

- 8) Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos entre a GNR e o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?
- 9) Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?
- 10) No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações entre a GNR e o SIS, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis e que evitem a perda desse tempo?

Quadro A.1: Grelha de Entrevista SIS

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas	Notas
Bloco A: Apresentação e validação da Entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; - Criar e estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p>	- Referir o que se pretende na entrevista
Bloco B: Breve contacto com a realidade do SIS e actividades desenvolvidas.	<ul style="list-style-type: none"> -Tomar conhecimento do funcionamento actual do SIS e principais áreas em que está a desenvolver investigações; - Analisar de forma superficial algumas preocupações do SIS. 	<p>1- As informações em Portugal estendem-se a todos os domínios vitais para a segurança do estado? Ou será que o SIS canaliza na generalidade os seus meios, para desenvolver trabalho principalmente no domínio da espionagem e do terrorismo?</p> <p>3- Considerando a posse de informações como a principal ferramenta para os OPC actuarem, até que ponto se devem aumentar o número de “antenas” para obterem informação necessária, adequada e oportuna?</p>	-Referir que é necessário ter conhecimento no geral da estrutura do SIS e o seu funcionamento.
Bloco C: Ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações.	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar e conhecer, procedimentos e relações necessárias, que contribuem para o segredo de justiça. - Analisar a cooperação existente entre serviços e forças de segurança com o SIS. 	<p>2- Que mecanismos de cooperação estão estabelecidos entre os Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna e do Secretário-geral do SIRP, tendo em conta o segredo de justiça e o de estado?</p> <p>6- De que forma reconhece e avalia, a cooperação e a coordenação entre as forças e serviços de segurança com os Serviços de Informações de Segurança? Especificamente entre a GNR e o SIS?</p>	- Deve-se evitar expressar opiniões pessoais.
Bloco D: Determinar as ameaças actuais para Portugal e a força ou serviço de segurança, com o qual existe maior contacto.	<ul style="list-style-type: none"> - Ter conhecimento das principais preocupações do SIS, de forma a relacionar com a força ou serviço de segurança que tem competência para intervir. 	<p>4- Na actualidade qual ou quais os tipos de criminalidade em que o SIS concentra maior atenção?</p> <p>5- Tendo em conta esse tipo de criminalidade, poderá existir maior ou menor ligação, com uma força ou serviço de Segurança, não só na partilha, como também na obtenção das informações. Na sua opinião, constata-se estes factos? Qual é a força ou Serviço de Segurança que mantém uma relação próxima e continuada com o SIS?</p>	- Referir que a finalidade é obter dados, para analisar as relações do SIS com forças e serviços de segurança.

Bloco E: Ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações	<ul style="list-style-type: none">- Determinar e conhecer, quais os principais canais ou meios criados e estabelecidos, para uma ligação entre a GNR e o SIS- Verificar se ambas as partes reconhecem essa ligação e se a mesma é favorável para o desenvolvimento das suas funções.	<p>7- Qual a relação institucional entre o SIS e a GNR?</p> <p>8- Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos entre a GNR e o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?</p>	-Referir que existem reuniões. Interessa conhecer se existe outras formas de ligação.
Bloco F: Adequação do Modelo e Procedimentos/relação com tempo	<ul style="list-style-type: none">- Se o factor tempo é fundamental e quando se fala de segurança ainda o é mais, procura-se analisar se a partilha de informações é fácil e rápida.- Se o modelo e procedimentos adoptados estão a funcionar.	<p>9- Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?</p> <p>10- No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações entre a GNR e o SIS, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis e que evitem a perda desse tempo?</p>	- Referir que para a eficácia da actuação dos OPC, o tempo é um elemento de base para resultados positivos ou negativos

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA - GNR

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares – GNR Cavalaria, subordinado ao tema “ As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”.

Reconhecendo a sua experiência neste tipo de conteúdos, como os conhecimentos referentes ao funcionamento das estruturas na GNR, na área das informações, mais precisamente na ligação que é estabelecida com os Serviços de Informações de Segurança (SIS). Desta forma é extremamente positivo, existir a oportunidade de entrevistar determinadas pessoas, que como V.Ex.^a, tem tido contacto com assuntos respeitantes às informações em Portugal, desde alguns anos permitindo ter uma visão própria não só do presente, como também do futuro.

No fundo, a entrevista tem um sentido fundamentalmente, desenvolver uma relação de apoio com a análise documental efectuada e registada ao longo do trabalho, para que seja possível obter dados, informação que permita elaborar respostas ao problema inicial do TIA.

Por um lado, no caso de V. Ex.^a aceitar colaborar com as respostas às questões da entrevista, deverá ter o conhecimento, que a entrevista aplicada é analisada qualitativamente e servirá como suporte à componente prática do trabalho mencionado.

Por outro lado, será possível garantir e satisfazer alguns interesses, ficando ao seu critério e se V. Ex.^a o entender, será colocado à sua disposição as análises resultantes das suas respostas respeitantes à presente entrevista, antes da exposição pública deste trabalho e o próprio Trabalho de Investigação Aplicada na íntegra depois da sua aprovação.

Gratos pela sua Colaboração

Atenciosamente

Gilberto Valente

Asp / GNR CAV

TEMA: “As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”

PROBLEMA: “Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”

Dados do Entrevistado:

Nome: Armando José Soares da Costa

Idade: 46 Anos

Posto: Major

Função: Chefe da Divisão de Contra-Inteligência e Segurança (CG da GNR)

- Antes de iniciar a Entrevista e de ser confrontado com as questões, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

De momento não pretendo fazer questões.

- Permite que as respostas às questões da entrevista, sejam gravadas e utilizadas como fundamentação dos resultados do meu estudo e como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a desenvolver?

Sim, concordo com a gravação da entrevista.

QUESTÕES DA ENTREVISTA AO OFICIAL DA GNR

- 1) Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?
- 2) Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?
- 3) Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?
- 4) Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?
- 5) No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?
- 6) Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança (FSS), que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?

- 7) Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as FSS podiam aceder a essas informações?

GUIÃO DE ENTREVISTA AO MAJOR SOARES DA COSTA

1) Tema: “As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade.”

2) Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Gilberto Valente

3) Entrevistado: Major Soares da Costa

4) Objectivos gerais:

- a)** Confrontar o entrevistado com duas situações, caso se verifique. A actual situação e relação que existe entre a GNR e o SIS face aos meios disponíveis, e a que deveria existir para contribuir para uma maior eficácia na partilha de informação entre a GNR e o SIS;
- b)** Recolher informações, respeitantes há existência e ao funcionamento, dos principais canais de permuta de informação entre a GNR e o SIS;
- c)** Analisar a fluidez e facilidade que existe para a troca de informação entre a GNR e o SIS;
- d)** Verificar no geral, se a temática das informações e o relacionamento com o SIS, são assuntos importantes do interesse da GNR, não só no presente como também no futuro;

5) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação e apresentação da Entrevista.

Bloco B: Impacto da introdução do SIOP, nas áreas das informações.

Bloco C: Ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações.

Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo.

Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança.

6) Estratégia:

Assumindo os objectivos gerais a alcançar do trabalho que se subordina ao tema referido anteriormente, foi preferível criar e conduzir a entrevista para o tipo semi-directiva. Desta forma, pretendo estabelecer um espaço com liberdade para o entrevistado ceder as suas respostas, com hipótese para responder objectivamente e paralelamente expressar algumas opiniões ou falar de uma forma mais aberta. Contudo pretende-se na generalidade, que o entrevistador controle e oriente, do início ao fim toda a entrevista no sentido dos objectivos iniciais traçados.

De acordo com a entrevista, as questões encaixam em cinco (5) blocos temáticos, sendo que toda a organização das questões, tem como principal finalidade permitir ao

entrevistador proceder uma análise mais direccionada ao problema ou ao objectivo a que se propôs inicialmente, e do qual teve toda a origem o presente trabalho.

Quanto à escolha das pessoas sujeitas a serem entrevistadas, caso o aceitem, tiveram peso vários factores, dos quais é de realçar o reconhecimento das mesmas por se constituírem de certa forma elementos-chave de conhecimento e experiência do dia-a-dia no assunto em estudo. Sendo assim, o contributo das pessoas a entrevistar será muito significativo para a continuação deste trabalho e terá uma importância fundamental na obtenção dos resultados.

Por fim e referente à entrevista, todos os grupos ou blocos temáticos abordados no decorrer da entrevista, como os principais objectivos a obter a partir das questões a colocar, encontram-se sintetizados na grelha de entrevista.

Quadro B.1: Grelha de Entrevista – GNR

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas	Notas
Bloco A: Apresentação e validação da Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; - Criar e estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p>	- Referir o que se pretende na entrevista
Bloco B: Impacto da introdução do SIIOP, nas áreas das informações	<ul style="list-style-type: none"> -Tomar conhecimento da possível existência de funções semelhantes e competências, no que respeita na recolha e tratamento dos dados e notícias; - Como também, se a situação é alvo de preocupação e se está a ser procurada solução para a mesma. 	1- Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?	-Referir que o SIIOP, não está implementado na GNR a nível nacional, logo só se aplica em zonas de acção que já se encontre em pleno funcionamento.
Bloco C: Ligação entre GNR e SIS, para partilha de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar e conhecer, quais os principais canais ou meios criados e estabelecidos, para uma ligação entre a GNR e o SIS - Verificar se ambas as partes, reconhecem essa ligação e se a mesma é favorável para o desenvolvimento das suas funções. 	<p>2- Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?</p> <p>3- Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?</p>	- Referir que existem reuniões. Interessa conhecer se existe outra forma de ligação.
Bloco D: Adequação do Modelo e Procedimentos /relação com tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Se o factor tempo é fundamental e quando se fala de segurança ainda mais, procura-se analisar se a partilha de informações é fácil e rápida. - Se o modelo e procedimentos adoptados estão a funcionar 	<p>4- Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?</p> <p>5- No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?</p>	- Referir que para a eficácia da actuação dos OPC, tempo é um elemento de base para resultados positivos ou negativos
Bloco E: Análise	- Conhecer as dificuldades actuais e ouvir opiniões	6- Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços	- Referir que é necessária

peçoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança	peçoais que possam ser alvo de futuras investigações; - Por fim, tomar consciência se existem procedimentos desfavoráveis para a partilha de informações.	de Segurança, que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual? 7- Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as Forças e Serviços de Segurança podiam aceder a essas informações?	especialização, de forças e serviços nas diferentes áreas, contudo é possível a concentração de forças e serviços.
--	--	--	--

APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA - PJ

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares – GNR Cavalaria, subordinado ao tema “ As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”.

Reconhecendo a sua experiência neste tipo de conteúdos, como os conhecimentos referentes ao funcionamento das estruturas da Polícia Judiciária (PJ), na área das informações, mais precisamente na ligação que é estabelecida com os Serviços de Informações de Segurança (SIS). Desta forma é extremamente positivo, existir a oportunidade de entrevistar determinadas pessoas, que como V.Ex.^a, tem tido contacto com assuntos respeitantes às informações em Portugal, desde alguns anos permitindo ter uma visão própria não só do presente, como também do futuro.

Contudo esta entrevista, vai permitir fazer uma comparação com a ligação que existe entre PJ e SIS e a ligação entre GNR e SIS. Paralelamente a entrevista tem um sentido fundamentalmente, desenvolver uma relação de apoio com a análise documental efectuada e registada ao longo do trabalho, para que seja possível obter dados, informação que permita elaborar respostas ao problema inicial do TIA.

Por um lado, no caso de V. Ex.^a aceitar colaborar com as respostas às questões da entrevista, deverá ter o conhecimento, que a entrevista aplicada é analisada qualitativamente e servirá como suporte à componente prática do trabalho mencionado.

Por outro lado, será possível garantir e satisfazer alguns interesses, ficando ao seu critério e se V. Ex.^a o entender, será colocado à sua disposição as análises resultantes das suas respostas respeitantes à presente entrevista, antes da exposição pública deste trabalho e o próprio Trabalho de Investigação Aplicada na íntegra depois da sua aprovação.

Gratos pela sua Colaboração

Atenciosamente

Gilberto Valente

Asp / GNR CAV

TEMA: “As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”

PROBLEMA: “Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”

Dados do Entrevistado:

Nome: Alfredo Manuel Silva Esberard

Idade: 46 anos

Função: Coordenador Superior de Investigação Criminal Unidade Nacional Contra-Terrorismo da PJ

- Antes de iniciar a Entrevista e de ser confrontado com as questões, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Não pretendeu fazer questões.

- Autoriza que as respostas às questões da entrevista possam ser gravadas e utilizadas como fundamentação dos resultados do meu estudo e como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a desenvolver?

Autorizou a gravação de toda a entrevista.

QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?
- 2) Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?
- 3) Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?
- 4) Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?
- 5) No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?

6) Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança (FSS), que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?

7) Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as FSS podiam aceder a essas informações?

GUIÃO DE ENTREVISTA PJ

1) Tema: “As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade.”

2) Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Gilberto Valente

3) Entrevistado: Alfredo Manuel Silva Esberard

4) Objectivos gerais:

a) Confrontar o entrevistado com a actual situação, face aos meios disponíveis e às competências da PJ e do SIS, a relação que existe entre ambos;

b) Recolher informações, respeitantes há existência e ao funcionamento dos principais canais de permuta de informação entre a PJ e SIS;

c) Analisar a fluidez e facilidade que existe para a troca de informação entre a PJ e SIS;

d) Verificar no geral, se a temática das informações e o relacionamento com o SIS, são assuntos importantes do interesse da PJ, não só no presente como também no futuro.

5) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação e apresentação da Entrevista;

Bloco B: Impacto do Serviço Interno na recolha e tratamento de informações;

Bloco C: Ligação entre PJ e SIS, para partilha de informações;

Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo.

Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança.

6) Estratégia:

Assumindo os objectivos gerais a alcançar do trabalho que se subordina ao tema referido anteriormente, foi preferível criar e conduzir a entrevista para o tipo semi-directiva. Desta forma, pretendo estabelecer um espaço com liberdade para o entrevistado ceder as suas respostas, com hipótese para responder objectivamente e paralelamente expressar algumas opiniões ou falar de uma forma mais aberta. Contudo pretende-se na generalidade, que o

entrevistador controle e oriente, do início ao fim toda a entrevista no sentido dos objectivos iniciais traçados.

De acordo com a entrevista, as questões encaixam em cinco (5) blocos temáticos, sendo que toda a organização das questões, tem como principal finalidade permitir ao entrevistador proceder uma análise mais direccionada ao problema ou objectivo a que se propôs inicialmente, e do qual teve toda a origem o presente trabalho.

Quanto à escolha das pessoas sujeitas a serem entrevistadas, caso o aceitem, tiveram peso vários factores, dos quais é de realçar o reconhecimento das mesmas por se constituírem de certa forma, elementos-chave de conhecimento e experiência do dia-a-dia no assunto em estudo. Sendo assim, o contributo das pessoas a entrevistar será muito significativo para a continuação deste trabalho e terá uma importância fundamental na obtenção dos resultados.

Por fim e referente à entrevista, todos os grupos ou blocos temáticos abordados no decorrer da entrevista, como os principais objectivos a obter a partir das questões a colocar, encontram-se sintetizados na grelha de entrevista.

Quadro C.1: Grelha de Entrevista - PJ

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas	Notas
Bloco A: Apresentação e validação da Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; Criar e estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Referir o que se pretende na entrevista
Bloco B: Impacto do Serviço Interno na recolha e tratamento das Informações.	<ul style="list-style-type: none"> -Tomar conhecimento da possível existência de funções semelhantes e competências, no que respeita na recolha e tratamento dos dados/notícias; - Como também, se a situação é alvo de preocupação e se está a ser procurada solução para a mesma. 	<p>1- Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Procura-se verificar a existência de pequenas falhas nas competências dos Serviços.
Bloco C: Ligação entre PJ e SIS, para partilha de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar e conhecer, quais os principais canais ou meios criados e estabelecidos, para uma ligação entre a PJ e SIS - Verificar se ambas as partes, reconhecem essa ligação e se a mesma é favorável para o 	<p>2- Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?</p> <p>3- Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Referir que existem reuniões. Interessa conhecer se existe outra forma de ligação.

	desenvolvimento das suas funções.		
Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Se o factor tempo é fundamental e quando se fala de segurança ainda mais, procura-se analisar se a partilha de informações é fácil e rápida. - Se o modelo e procedimentos adoptados estão a funcionar 	<p>4- Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?</p> <p>5- No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Referir que para a eficácia da actuação dos OPC, tempo é um elemento de base para resultados positivos ou negativos.
Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as dificuldades actuais e ouvir opiniões pessoais que possam ser alvo de futuras investigações; - Por fim, tomar consciência se existem procedimentos desfavoráveis para a partilha de informações. 	<p>6- Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança, que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?</p> <p>7- Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as Forças e Serviços de Segurança podiam aceder a essas informações?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Referir que é necessária especialização, de forças e serviços nas diferentes áreas, contudo em algumas situações, é possível a concentração de forças e serviços.

APÊNDICE D – GUIÃO DE ENTREVISTA - PSP

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares – GNR Cavalaria, subordinado ao tema “ As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”.

Reconhecendo a sua experiência neste tipo de conteúdos, como os conhecimentos referentes ao funcionamento das estruturas da Polícia de Segurança Pública (PSP), na área das informações, mais precisamente na ligação que é estabelecida com os Serviços de Informações de Segurança (SIS). Desta forma é extremamente positivo, existir a oportunidade de entrevistar determinadas pessoas, que como V.Ex.^a, tem tido contacto com assuntos respeitantes às informações em Portugal, desde alguns anos permitindo ter uma visão própria não só do presente, como também do futuro.

Contudo esta entrevista, vai permitir fazer uma comparação com a ligação que existe entre PSP e SIS e a ligação entre GNR e SIS. Paralelamente a entrevista tem um sentido fundamental, desenvolver uma relação de apoio com a análise documental efectuada e registada ao longo do trabalho, para que seja possível obter dados, informação que permita elaborar respostas ao problema inicial do TIA.

Por um lado, no caso de V. Ex.^a aceitar colaborar com as respostas às questões da entrevista, deverá ter o conhecimento, que a entrevista aplicada é analisada qualitativamente e servirá como suporte à componente prática do trabalho mencionado.

Por outro lado, será possível garantir e satisfazer alguns interesses, ficando ao seu critério e se V. Ex.^a o entender, será colocado à sua disposição as análises resultantes das suas respostas respeitantes à presente entrevista, antes da exposição pública deste trabalho e o próprio Trabalho de Investigação Aplicada na íntegra depois da sua aprovação.

Gratos pela sua Colaboração

Atenciosamente

Gilberto Valente

Asp / GNR CAV

TEMA: “As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”

ROBLEMA: “Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”

Dados do Entrevistado:

Nome: Alexandre Alves Coimbra

Idade: 41 Anos

Posto: Subintendente da PSP

Função: Director de Área de Apoio à Direcção do SIS

- Antes de iniciar a Entrevista e de ser confrontado com as questões, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Não pretendeu fazer questões.

- Autoriza que as respostas às questões da entrevista possam ser gravadas e utilizadas como fundamentação dos resultados do meu estudo e como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a desenvolver?

Sim, autorizou a gravação da entrevista presencial.

QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?
- 2) Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?
- 3) Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?
- 4) Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?
- 5) No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?
- 6) Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança (FSS), que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?

- 7) Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as FSS podiam aceder a essas informações?

GUIÃO DE ENTREVISTA

1) Tema: “As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade.”

2) Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Gilberto Valente

3) Entrevistado: Alexandre Alves Coimbra

4) Objectivos gerais:

- a) Confrontar o entrevistado com a actual situação, face aos meios disponíveis e às competências da PSP e do SIS, a relação que existe entre ambos;
- b) Recolher informações, respeitantes há existência e ao funcionamento dos principais canais de permuta de informação entre a PSP e SIS;
- c) Analisar a fluidez e facilidade que existe para a troca de informação entre a PSP e SIS;
- d) Verificar no geral, se a temática das informações e o relacionamento com o SIS, são assuntos importantes do interesse da PSP, não só no presente como também no futuro.

5) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação e apresentação da Entrevista.

Bloco B: O impacto do Serviço Interno da PSP, de recolha e tratamento de informações.

Bloco C: Ligação entre PSP e SIS, para partilha de informações.

Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo.

Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança.

6) Estratégia:

Assumindo os objectivos gerais a alcançar do trabalho que se subordina ao tema referido anteriormente, foi preferível criar e conduzir a entrevista para o tipo semi-directiva. Desta forma, pretendo estabelecer um espaço com liberdade para o entrevistado ceder as suas respostas, com hipótese para responder objectivamente e paralelamente expressar algumas opiniões ou falar de uma forma mais aberta. Contudo pretende-se na generalidade, que o entrevistador controle e oriente, do início ao fim toda a entrevista no sentido dos objectivos iniciais traçados.

De acordo com a entrevista, as questões encaixam em cinco (5) blocos temáticos, sendo que toda a organização das questões, tem como principal finalidade permitir ao

entrevistador proceder uma análise mais direccionada ao problema ou objectivo a que se propôs inicialmente, e do qual teve toda a origem o presente trabalho.

Quanto à escolha das pessoas sujeitas a serem entrevistadas, caso o aceitem, tiveram peso vários factores, dos quais é de realçar o reconhecimento das mesmas por se constituírem de certa forma, elementos-chave de conhecimento e experiência do dia-a-dia no assunto em estudo. Sendo assim, o contributo das pessoas a entrevistar será muito significativo para a continuação deste trabalho e terá uma importância fundamental na obtenção dos resultados.

Por fim e referente à entrevista, todos os grupos ou blocos temáticos abordados no decorrer da entrevista, como os principais objectivos a obter a partir das questões a colocar, encontram-se sintetizados na grelha de entrevista.

Quadro D.1: Grelha de Entrevista - PSP

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas	Notas
Bloco A: Apresentação e validação da Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; - Criar e estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p>	- Referir o que se pretende na entrevista
Bloco B: O impacto do Serviço Interno da PSP, de recolha e tratamento de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Tomar conhecimento da possível existência de funções semelhantes e competências, no que respeita na recolha e tratamento dos dados/notícias; - Como também, se a situação é alvo de preocupação e se está a ser procurada solução para a mesma. 	1- Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?	- Procura-se verificar a existência de pequenas falhas nas competências dos Serviços.
Bloco C: Ligação entre PSP e SIS, para partilha de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar e conhecer, quais os principais canais ou meios criados e estabelecidos, para uma ligação entre a PJ e SIS - Verificar se ambas as partes, reconhecem essa ligação e se a mesma é favorável para o desenvolvimento das suas funções. 	<p>2- Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?</p> <p>2- 3- Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?</p>	- Referir que existem reuniões. Interessa conhecer se existe outra forma de ligação.
Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Se o factor tempo é fundamental e quando se fala de segurança ainda mais, procura-se analisar se a partilha de informações é fácil e rápida. - Se o modelo e procedimentos adoptados estão a funcionar 	<p>4- Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?</p> <p>5- No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?</p>	- Referir que para a eficácia da actuação dos OPC, tempo é um elemento de base para resultados positivos ou negativos.
Bloco E: Análise pessoal do funcionamento	- Conhecer as dificuldades actuais e ouvir opiniões pessoais que possam ser alvo de futuras investigações;	6- Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança, que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema	- Referir que é necessária especialização, de forças e serviços

das Forças e Serviços de Segurança	- Por fim, tomar consciência se existem procedimentos desfavoráveis para a partilha de informações.	actual? 7- Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as Forças e Serviços de Segurança podiam aceder a essas informações?	nas diferentes áreas, contudo em algumas situações, é possível a concentração de forças e serviços.
------------------------------------	---	--	---

APÊNDICE E – GUIÃO DE ENTREVISTA – SEF

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares – GNR Cavalaria, subordinado ao tema “ As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”.

Reconhecendo a sua experiência neste tipo de conteúdos, com conhecimentos referentes ao funcionamento das estruturas do SEF, na área das informações, mais precisamente na ligação que é estabelecida com os Serviços de Informações de Segurança (SIS). Desta forma é extremamente positivo, existir a oportunidade de entrevistar determinadas pessoas, que como V.Ex.^a, tem tido contacto com assuntos respeitantes às informações em Portugal, desde alguns anos permitindo ter uma visão própria não só do presente, como também do futuro. No fundo a entrevista tem um sentido fundamentalmente, desenvolver uma relação de apoio, com a análise documental efectuada e registada ao longo do trabalho para que seja possível obter dados, informação que permita elaborar respostas ao problema inicial do TIA. Neste caso específico, pretendo tomar conhecimento da relação e dos canais de permuta de informações, criados e estabelecidos com o SIS e o SEF.

Por um lado, no caso de V. Ex.^a aceitar colaborar com as respostas às questões da entrevista, deverá ter o conhecimento, que a entrevista aplicada é analisada qualitativamente e servirá como suporte à componente prática do trabalho mencionado.

Por outro lado, será possível garantir e satisfazer alguns interesses, ficando ao seu critério e se V. Ex.^a o entender, será colocado à sua disposição as análises resultantes das suas respostas respeitantes à presente entrevista, antes da exposição pública deste trabalho e o próprio Trabalho de Investigação Aplicada na íntegra depois da sua aprovação.

Gratos pela sua Colaboração

Atenciosamente

Gilberto Valente

Asp / GNR CAV

TEMA: “As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”

PROBLEMA: “Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”

Dados do Entrevistado:

Nome: Joaquim Pedro Oliveira

Idade:

Função: Director Nacional Adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteira

- Antes de iniciar a Entrevista e de ser confrontado com as questões, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?
- Permite que as respostas às questões da entrevista, sejam gravadas e utilizadas como fundamentação dos resultados do meu estudo e como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a desenvolver?

Entrevista não presencial, respostas às questões foram enviadas por e-mail.

QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?
- 2) Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?
- 3) Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?
- 4) Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?
- 5) No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?
- 6) Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança (FSS), que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?
- 7) Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as FSS podiam aceder a essas informações?

GUIÃO DE ENTREVISTA

- 1) **Tema:** “As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade.”

2) Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Gilberto Valente

3) Entrevistado: Joaquim Pedro Oliveira

4) Objectivos gerais:

- a) Tomar conhecimento através do entrevistado, da actual situação e relação que existe entre o SEF e o SIS. Tendo em conta aos meios disponíveis e as competências de ambos;
- b) Recolher informações, respeitantes há existência e ao funcionamento, dos principais canais de permuta de informação entre a SEF e o SIS;
- c) Analisar a fluidez e facilidade que existe para a troca de informação entre a SEF e o SIS;
- d) Verificar no geral, se a temática das informações e o relacionamento com o SIS, são assuntos importantes do interesse da SEF, não só no presente como também no futuro.

5) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação e apresentação da Entrevista.

Bloco B: Impacto da Estrutura ou Serviço com funções de produção de informações.

Bloco C: Ligação entre SEF e SIS, para partilha de informações.

Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo.

Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança.

6) Estratégia:

Assumindo os objectivos gerais a alcançar do trabalho que se subordina ao tema referido anteriormente, foi preferível criar e conduzir a entrevista para o tipo semi-directiva. Desta forma, pretendo estabelecer um espaço com liberdade para o entrevistado ceder as suas respostas, com hipótese para responder objectivamente e paralelamente expressar algumas opiniões ou falar de uma forma mais aberta. Contudo pretende-se na generalidade, que o entrevistador controle e oriente, do início ao fim toda a entrevista no sentido dos objectivos iniciais traçados.

De acordo com a entrevista, as questões encaixam em cinco (5) blocos temáticos, sendo que toda a organização das questões, tem como principal finalidade permitir ao entrevistador proceder uma análise mais direccionada ao problema ou objectivo a que se propôs inicialmente, e do qual teve toda a origem o presente trabalho.

Quanto à escolha das pessoas sujeitas a serem entrevistadas, caso o aceitem, tiveram peso vários factores, dos quais é de realçar o reconhecimento das mesmas como, por se constituírem de certa forma elementos-chave de conhecimento e experiência do dia-a-dia no assunto em estudo. Sendo assim, o contributo das pessoas a entrevistar será muito

significativo para a continuação deste trabalho e terá uma importância fundamental na obtenção de resultados.

Por fim e referente à entrevista, todos os grupos ou blocos temáticos abordados no decorrer da entrevista, como os principais objectivos a obter a partir das questões a colocar, encontram-se sintetizados na grelha de entrevista.

Quadro E.1: Grelha de Entrevista - SEF

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas	Notas
Bloco A: Apresentação e validação da Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; - Criar e estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p>	- Referir o que se pretende na entrevista
Bloco B: Impacto da Estrutura ou Serviço que tem como funções a produção de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Tomar conhecimento da possível existência de funções semelhantes e competências, no que respeita na recolha e tratamento dos dados e notícias; - Como também, se a situação é alvo de preocupação e se está a ser procurada solução para a mesma. 	1- Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?	-Referir que se trata de informações numa perspectiva global, que envolvam a actuação de outras FSS.
Bloco C: Ligação entre SEF e SIS, para partilha de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar e conhecer, quais os principais canais ou meios criados e estabelecidos, para uma ligação entre a SEF e o SIS - Verificar se ambas as partes, reconhecem essa ligação e se a mesma é favorável para o desenvolvimento das suas funções. 	<p>2- Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?</p> <p>3- Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?</p>	- Referir que existem reuniões. Interessa conhecer se existe outra forma de ligação.
Bloco D: Adequação do Modelo e Procedimentos /relação com tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Se o factor tempo é fundamental e quando se fala de segurança ainda mais, procura-se analisar se a partilha de informações é fácil e rápida. - Se o modelo e procedimentos adoptados estão a funcionar 	<p>4- Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?</p> <p>5- No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?</p>	- Referir que para e eficácia da actuação dos OPC, tempo é um elemento de base para resultados positivos ou negativos
Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as dificuldades actuais e ouvir opiniões pessoais que possam ser alvo de futuras investigações; - Por fim, tomar consciência se existem procedimentos desfavoráveis para a partilha de informações. 	<p>6- Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança, que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?</p> <p>7- Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as Forças e Serviços de Segurança podiam aceder a essas informações?</p>	- Referir que é necessária especialização, de forças e serviços nas diferentes áreas, contudo é possível a concentração de forças e serviços.

APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA – ASAE

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares – GNR Cavalaria, subordinado ao tema “ As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”.

Reconhecendo a sua experiência neste tipo de conteúdos, com conhecimentos referentes ao funcionamento das estruturas da ASAE, na área das informações, mais precisamente na ligação que é estabelecida com os Serviços de Informações de Segurança (SIS). Desta forma é extremamente positivo, existir a oportunidade de entrevistar determinadas pessoas, que como V.Ex.^a, tem tido contacto com assuntos respeitantes às informações em Portugal, desde alguns anos permitindo ter uma visão própria não só do presente, como também do futuro. No fundo a entrevista tem um sentido fundamentalmente, desenvolver uma relação de apoio, com a análise documental efectuada e registada ao longo do trabalho para que seja possível obter dados, informação que permita elaborar respostas ao problema inicial do TIA. Neste caso específico, pretendo tomar conhecimento da relação e dos canais de permuta de informações, criados e estabelecidos com o SIS e ASAE.

Por um lado, no caso de V. Ex.^a aceitar colaborar com as respostas às questões da entrevista, deverá ter o conhecimento, que a entrevista aplicada é analisada qualitativamente e servirá como suporte à componente prática do trabalho mencionado.

Por outro lado, será possível garantir e satisfazer alguns interesses, ficando ao seu critério e se V. Ex.^a o entender, será colocado à sua disposição as análises resultantes das suas respostas respeitantes à presente entrevista, antes da exposição pública deste trabalho e o próprio Trabalho de Investigação Aplicada na íntegra depois da sua aprovação.

Gratos pela sua Colaboração

Atenciosamente

Gilberto Valente

Asp / GNR CAV

TEMA: “As Informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade”

PROBLEMA: “Qual a melhor forma, de estabelecer ligação para a partilha de informações, dentro do sistema de segurança Interna, de forma a melhorar a prevenção e combate da criminalidade?”

Dados do Entrevistado:

Nome: António Nunes

Idade: 57 Anos

Função: Inspector-Geral da ASAE

- Antes de iniciar a Entrevista e de ser confrontado com as questões, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Permite que as respostas às questões da entrevista possam ser gravadas e utilizadas como fundamentação dos resultados do meu estudo e como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a desenvolver?

Não aceitou a entrevista presencial e portanto as respostas não foram gravadas, pelo que as respostas foram enviadas por e-mail.

QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?
- 2) Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?
- 3) Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?
- 4) Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?
- 5) No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?
- 6) Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança (FSS), que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?
- 7) Assim sendo, como seriam recolhidas e tratadas as informações? E de que forma as FSS podiam aceder a essas informações?

GUIÃO DE ENTREVISTA

1) Tema: “As informações de Segurança Interna na Prevenção e Combate da Criminalidade.”

2) Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Gilberto Valente

3) Entrevistado: António Nunes

4) Objectivos gerais:

- a) Tomar conhecimento através do entrevistado, da actual situação e relação que existe entre a ASAE e o SIS. Tendo em conta aos meios disponíveis e as competências de ambos;
- b) Recolher informações, respeitantes há existência e ao funcionamento, dos principais canais de permuta de informação entre a ASAE e o SIS;
- c) Analisar a fluidez e facilidade que existe para a troca de informação entre a ASAE e o SIS;
- d) Verificar no geral, se a temática das informações e o relacionamento com o SIS, são assuntos importantes do interesse da ASAE, não só no presente como também no futuro.

5) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação e apresentação da Entrevista.

Bloco B: Impacto da Divisão de Pesquisa e Análise das Informações.

Bloco C: Ligação entre ASAE e SIS, para partilha de informações.

Bloco D: Adequação do Modelo e procedimentos Vs tempo.

Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança.

6) Estratégia:

Assumindo os objectivos gerais a alcançar do trabalho que se subordina ao tema referido anteriormente, foi preferível criar e conduzir a entrevista para o tipo semi-directiva. Desta forma, pretendo estabelecer um espaço com liberdade para o entrevistado ceder as suas respostas, com hipótese para responder objectivamente e paralelamente expressar algumas opiniões ou falar de uma forma mais aberta. Contudo pretende-se na generalidade, que o entrevistador controle e oriente, do início ao fim toda a entrevista no sentido dos objectivos iniciais traçados.

De acordo com a entrevista, as questões encaixam em cinco (5) blocos temáticos, sendo que toda a organização das questões, tem como principal finalidade permitir ao entrevistador proceder uma análise mais direccionada ao problema ou objectivo a que se propôs inicialmente, e do qual teve toda a origem o presente trabalho.

Quanto à escolha das pessoas sujeitas a serem entrevistadas, caso o aceitem, tiveram peso vários factores, dos quais é de realçar o reconhecimento das mesmas como, por se constituírem de certa forma elementos-chave de conhecimento e experiência do dia-a-dia no assunto em estudo. Sendo assim, o contributo das pessoas a entrevistar será muito significativo para a continuação deste trabalho e terá uma importância fundamental na obtenção de resultados.

Por fim e referente à entrevista, todos os grupos ou blocos temáticos abordados no decorrer da entrevista, como os principais objectivos a obter a partir das questões a colocar, encontram-se sintetizados na grelha de entrevista.

Quadro F.1: Grelha de Entrevista - ASAE

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas	Notas
Bloco A: Apresentação e validação da Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; - Criar e estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p>	- Referir o que se pretende na entrevista
Bloco B: Impacto da Divisão de Pesquisa e Análise das Informações	<ul style="list-style-type: none"> -Tomar conhecimento da possível existência de funções semelhantes e competências, no que respeita na recolha e tratamento dos dados e notícias; - Como também, se a situação é alvo de preocupação e se está a ser procurada solução para a mesma. 	1- Qual o Serviço interno que é afecto à produção de informações? As actividades desenvolvidas por esse serviço, não colidem em algumas situações com as actividades do SIS? Existem vantagens ou desvantagens daí decorrentes?	-Referir que não se trata apenas das informações na parte alimentar e económica. Em certas situações a ASAE consegue ter acesso a outro tipo de informações.
Bloco C: Ligação entre ASAE e SIS, para partilha de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar e conhecer, quais os principais canais ou meios criados e estabelecidos, para uma ligação entre a ASAE e o SIS - Verificar se ambas as partes, reconhecem essa ligação e se a mesma é favorável para o desenvolvimento das suas funções. 	<p>2- Qual a relação institucional estabelecida com o SIS?</p> <p>3- Quais são os principais canais de permuta de informações estabelecidos com o SIS? O que poderia tornar essa permuta mais produtiva?</p>	- Referir que existem reuniões. Interessa conhecer se existe outra forma de ligação.
Bloco D: Adequação do Modelo e Procedimentos /relação com tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Se o factor tempo é fundamental e quando se fala de segurança ainda mais, procura-se analisar se a partilha de informações é fácil e rápida. - Se o modelo e procedimentos adoptados estão a funcionar 	<p>4- Dado o enquadramento legal e os processos estabelecidos para a partilha de informações, a oportunidade temporal para essa partilha é superior ao que seria desejável?</p> <p>5- No caso de o tempo ser superior ao espectável, na partilha de informações, qual a forma ou meios a utilizar mais rentáveis de forma a evitar a perda de tempo?</p>	- Referir que para a eficácia da actuação dos OPC, tempo é um elemento de base para resultados positivos ou negativos
Bloco E: Análise pessoal do funcionamento das Forças e Serviços de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as dificuldades actuais e ouvir opiniões pessoais que possam ser alvo de futuras investigações; - Por fim, tomar consciência se existem procedimentos desfavoráveis para a partilha 	<p>6- Do seu ponto de vista, seria desejável que existisse uma estrutura, supra Forças e Serviços de Segurança, que tratasse toda a informação, de forma a impedir alguma entropia do sistema actual?</p> <p>7- Assim sendo, como seriam recolhidas e</p>	- Referir que é necessária especialização, de forças e serviços nas diferentes áreas, contudo é

	de informações.	tratadas as informações? E de que forma as Forças e Serviços de Segurança podiam aceder a essas informações?	possível a concentração de forças e serviços.
--	-----------------	--	---

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

APÊNDICE G – RESPOSTAS DA ENTREVISTA REALIZADA AO DIRECTOR-GERAL SIS

1. Ao SIS incumbe, para a realização das Finalidades do Sistema de Informações da República (SIRP) a “(...) produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna.”

Sendo que cada serviço só pode desenvolver as actividades de pesquisa e tratamento de informações respeitantes às suas atribuições específicas. No caso do SIS estas encontram-se adstritas à “produção de informações que a) contribuam para a salvaguarda da segurança interna e b) a prevenção b. 1 da sabotagem, b. 2 do terrorismo, b. 3 da espionagem e b. 4 a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.”

A priorização do trabalho no SIS resulta da definição que das mesmas é feita no instrumento de gestão obrigatório: O PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES. Nele são plasmadas as prioridades que resultam da análise do que, à data, se avalia como primeira ou segundas prioridades.

Estas são válidas após subsequente aprovação pelo Conselho Superior de Informações.

Importa frisar que esta ordenação de prioridades é realizada no âmbito das matérias insertas nas áreas temáticas de atribuições e não de entre as várias áreas temáticas, pelo que a resposta à sua primeira questão é necessariamente negativa.

2. De acordo com o estabelecido na Lei 53/2008, a vários níveis: ambos têm assento no órgão interministerial de consulta em matéria de segurança interna: O Conselho Superior de Segurança Interna; a nível do Gabinete Coordenador de Segurança, outro órgão do SSI, o SIRP tem colocado, em permanência, um oficial de informações do SIS. Todos os outros “mecanismos adequados de cooperação institucional de modo a garantir a partilha de informações, com observância dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado” têm seguido mecanismos de consulta bilateral

3. Aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) é prestada pelo SIS, em cumprimento de obrigação legal, toda a informação de segurança por ele produzida que possa configurar indícios de prática de ilícito criminal, pois, só aqui se justifica a intervenção de órgãos de polícia criminal configurando-se possível e necessária a investigação criminal: toda a acção prévia a estes indícios de prática de acto criminal enquadra-se no domínio da acção de pesquisa de informações de segurança: domínio onde a prática e os princípios de acção são distintos pelo que não se afigura justificar a presença de uma “antena” destes OPC junto do SIS.

4. O SIS presentemente conhece as seguintes prioridades:

- As organizações criminosas transnacionais naquilo que é a sua acção nos principais ambientes criminais e na projecção do crime violento;
- As zonas urbanas sensíveis, com particular atenção aos fenómenos de disseminação de violência grave e de resistência à autoridade do Estado;
- A violência social programada relativamente a acções graves de resistência à autoridade do Estado e de desobediência civil;
- Estruturas promotoras de branqueamento dos capitais, resultantes de actividades do crime organizado, a actuar em território nacional;
- Terrorismo islamita em três vertentes: extremismos, apoio logístico e financiamento;
- Actividades hostis dos Serviços de Informações em território nacional;
- Tráfico de Arma, Pessoas e Imigração Ilegal;
- Actividades de Procurement de países proliferantes;
- Terrorismo Separatista em duas vertentes: extremismos e apoio logístico;
- Fraudes Burlas de Grande Dimensão;
- Ciberameaça;
- Extremismos;
- Espionagem Económica e Industrial;
- Tráfico de estupefacientes;
- Terrorismo Separatista na vertente do financiamento e outros terrorismos.

5. As relações de cooperação e de colaboração que o SIS mantém com as FSS não conhecem nem uma discriminação positiva nem uma discriminação negativa. De facto, o

SIS desenvolve com todas, e de acordo com as suas competências específicas, contactos assíduos em diversas sedes. O SIS mantém com todas as FSS uma relação continuada e próxima seja por meio das equipas mistas, dos grupos especiais de trabalho, das reuniões das FSS, da UCAT.

6. O SIS avalia como muito positivas as relações com as FSS. A nova Lei de Segurança Interna permitiu enformar, de modo mais institucionalizado, os meios e os modos de estabelecer esses contactos. As relações com a GNR são muito positivas.

7. A relação institucional do SIS com a GNR é positiva. Quer a nível da estrutura máxima de Direcção, reconhecendo a Direcção do SIS no Comandante Geral da GNR, Tenente-General NELSON DOS SANTOS um interlocutor sempre disponível, quer ao nível das estruturas intermédias de Direcção – Direcções de Departamentos.

8. Os actuais canais de permuta de informações, para além dos sempre possíveis contactos bilaterais, são as reuniões semanais das forças e serviços de segurança; as equipas mistas, os Grupos de Trabalho, o UCAT. Perante o quadro actual não se afigura justificar alterações ao já existente.

9. A resposta dada cumpre, em regra, os prazos solicitados, pelo que não se afigura necessário o estabelecimento de novos mecanismos.

10. Ver resposta à questão 9.

APÊNDICE H – RESPOSTAS DA ENTREVISTA REALIZADA MAJOR DA GNR SOARES DA COSTA

1) O SIIOP é de grande importância para a GNR, é vital para a GNR. A GNR já não consegue subsistir neste contexto com o antigo sistema com que funcionou. Existe uma larga fatia de destacamentos que já estão a trabalhar nisto, estão a trabalhar de uma forma comprometida, não só não tem tido a capacidade técnica que o sistema já devia ter disponibilizado, como já passámos a fase “piloto”, estamos numa altura em que ou trabalhamos todos no sistema ou não trabalha ninguém.

O Sistema não está implementado a nível nacional, tem a ver com incapacidades tecnológicas, a plataforma está bem desenhada, está a funcionar, já foi merecedora de reparo, mas já ganhou prémios, quer dizer que foi bem pensada e bem estruturada, está neste momento a não desempenhar ou não está no nível que deveria estar por circunstâncias externas à guarda. Tem a ver com uma incapacidade informática, com a qualidade a capacidade da plataforma informática e tecnológica que suporta isto.

Acontece com alguma frequência o sistema vai abaixo, quando se está a tentar cativar as pessoas, a tentar envolve-las, nesta altura é quase desmotivante para as pessoas quando o sistema vai abaixo, pois obriga as pessoas a recorrer ao antigo sistema. Funciona como mecanismos de defesa, se isto me dá garantias volto para o anterior, porque ali guardo tudo. Pretende-se combater isso, portanto ambos os sistemas não convivem (por exemplo: como se passou com o Euro e o Escudo, em que existiu um período onde ambos se utilizavam, no nosso caso não pode ser utilizado os dois sistemas), é preciso de facto tomar uma decisão.

Para a guarda sem o SIIOP, vai ser de facto muito difícil comunicar internamente e externamente. Porque as plataformas foram desenvolvidas para se estabelecer estas ligações, a outros sistemas e outras forças, sem o SIIOP é muito complicado pensar-se qual vai ser o futuro da guarda, é muito importante para a guarda. Não é só uma questão de partilha de informação, tem a ver com a organização, com as rotinas pela parte operacional para implementar o SIIOP e sem o mesmo não se vai a lado nenhum. O SIIOP é fundamental no contexto actual para o desempenho da actividade operacional, tornou-se estruturante para o funcionamento da guarda e sem ele é muito difícil.

A Guarda não funciona autónomamente, está interdependente, inter-relaciona-se com uma série de estruturas, governamentais, policiais, forças congéneres, outros serviços e esta comunicação já não pode ser feita com base no documento escrito, tudo o que seja guardar informação, para poder cruzar dados, fazer análise, histórico, instruir processos...estamos numa fase híbrida, tem a ver com o momento de transição, mas é impossível voltar atrás.

Não colidem com as actividades do SIS, porque são situações completamente diferentes, há situações que são transversais, mas agora o SIIOP, entendo-o basicamente como uma ferramenta de trabalho, onde eu arrumo as minhas coisas, guardo de forma organizada, onde as vou buscar de forma organizada e posso cruzar informação, entre outras coisas, é aqui eventualmente que poderá ter a ver com o SIS, de como é que eu faço a gestão da minha informação, que automatismo é que eu crio, como optimizo, como é que eu acrescento valor a tudo aquilo que eu tenho.

A informação tem de ser transformada em conhecimento e a guarda é de facto um depositário de informação fantástica, devido à malha de território que nós temos, o dispositivo, a forma de angariar informação através do nosso patrulheiro, é fabulosa não existe uma outra força congénere, que tenha essa capacidade de beber informação, de beber notícias, dados, da população dos cidadãos pelo que devem de ser devidamente arrumados para poderem ser utilizados. Ideia no geral: Pretende-se com esta plataforma guardar a informação de forma organizada para uma consulta rápida e fácil.

Não colide, bem pelo contrário são circunstâncias independentes concorrentes na optimização daquilo que se pretende, o bem-estar e tranquilidade pública, não tem nada a ver um com o outro. O SIIOP para além de comportar a nossa informação e essa informação poder ajudar à operacionalidade à montagem e avaliação dos meios, também ajuda à parte da análise de informação, só que a nossa análise de informação é mais ligada à parte prática, policial, táctica, operativa, “qui çá” em um ou outro momento se faça alguma análise estratégica essa sim da competência do SIS, não há qualquer colidir.

O SIIOP ainda não está formalmente disponível para poder ser consultado pelo SIS, o projecto actual do SIIOP não é o original, deveria unir todas as forças... o SIIOP no fundo foi juntar, fundir as informações que as valências da Guarda precisam numa plataforma que pudesse ser utilizada com as devidas formas de acesso, as devidas credenciações, toda a guarda deveria ter acesso a isso o SIIOP tem estado a atrasar, devido a outras potencialidades que o sistema deveria comportar, que tem sido pedidas e provavelmente tem atrasado um pouco. Também as pessoas que estavam afectas a este projecto deveriam ter sido prioritariamente as mesmas, porque assim atrasavam a sua criação, porque quando entravam pessoas novas no projecto levantavam questões, dúvidas que já tinham sido levantadas, tinham as mesmas necessidades assim como com alterações no comando, em que o comandante queria ser “briefado” ou seja, perdia-se tempo com todas as alterações que surgiam.

O SIIOP é indubitavelmente uma vantagem para a GNR e para o próprio SIS também o é, não directamente porque são situações completamente distintas, mas um complementa o outro.

2) Em termos institucionais, fazemos parte de um sistema de segurança interna, de um sistema de investigação criminal, de um sistema de protecção civil e nestes sistemas interactuamos com eles institucionalmente. Formalmente os mecanismos estão criados, mas isto não chega, institucionalmente a relação existe e é boa. Contudo em certas situações, oficiais da GNR são convidados a participar em seminários no SIS, o que permite estabelecer uma melhor ligação.

3) São muitos, variados, diversos e com uma regularidade que eu considero mais do que suficiente, estou a falar da reunião que durante vários anos foi feita semanalmente, que tinha um carácter mais operativo do que actualmente por isso é que nessa altura essa reunião é quinzenal, às vezes mensal, tem muito a ver com o que está a passar com a ordem do dia, adquiriu também uma outra dimensão, mais um fórum de discussão, com alguma filosofia à mistura com algum entendimento estratégico, mas não deixa de ter o carácter cooperativo.

Esse canal de permuta não é tão necessário na componente operativa, pela GNR e PSP, sei que também o faz, todas as semanas manda para o SIS um relatório, que não é propriamente um somatório dos SITREP, RELIN mas também não é um documento consolidado, é um documento que é feito o mais online possível para dar conhecimento à tutela, ou seja, ao 1º Ministro via SIS.

Tudo isto de alguma forma sistematizada, com algum grau de veracidade, o que é que se está a passar a nível do dispositivo, é claro que depois muitos pontos tem que ser consolidados, pois é feito no dia-a-dia e é dentro do possível, consolidar, confirmar se aquele assalto envolveu 4 pessoas, se aquilo foi um assalto ou tentativa de assalto, para se poder corrigir, alterar, enquadradas melhor todas as situações.

O SIIOP tem de funcionar, porque situações como aconteceu no monte da Caparica, com a GNR no dia 28 de Junho 2010, agressões aos militares da GNR, suposto seria quase online ou muito próximo do tempo real, fossemos capazes de dizer quantas agressões já houve este ano, em que local, em que contexto, quantos feridos, essa informação só se consegue, se de facto existir um repositório padronizado onde a informação é carregada, organizada para uma fácil e rápida consulta.

Não havendo este sistema e só se utilizando de forma extravagante, para que todos os documentos entrem padronizados, é muito complicado organizar a informação. Como é que isso é ultrapassado quando se faz um relatório anual de segurança interna, quando o Sr. Ministro pede o que é que se está a passar relativamente ao “carjacking” ou o assalto às farmácias, fazemos para esses casos, para essas situações em particular, dependendo o que está em causa, cria-se um ficheiro em Excel ou noutro tipo de formato, o mais

adequado à situação e que é difundido pelo dispositivo, no suposto que o documento tem de ser preenchido muito rapidamente, a pessoa que vai escrever não deve escrever muito texto, já está tudo padronizado se é crime ou não, qual a idade do indivíduo, se era mais escuro ou mais claro, tudo isso vai para o dispositivo com um tempo de resposta minimamente aceitável.

Com estas novas práticas criminosas, estou a falar de tráfico de seres humanos, criminalidade organizada, imigração clandestina, branqueamento de capitais, estou a falar intencionalmente de assuntos que aparentemente não são da nossa competência mas que nós ficamos com elas, porque muitas das vezes é nossa a acção policial a primeira a constatar as situações, se essa matéria e se nós não percebemos o que é que está a acontecer e se não utilizarmos o método certo para que a possamos trabalhar, nunca vamos poder informar o SIS, o SEF a PJ, do que é que se está a passar. Daí a importância do SIIOP não só para nós, como também para as próprias Forças e Serviços de Segurança, porque mais uma vez a GNR tem os 20mil homens na actividade operacional, que permitem no terreno recolher muita informação, mais os contactos e famílias desses militares, é de facto uma excelente fonte de informação. A GNR tem uma capacidade de intuir o que se está a passar no terreno que mais nenhuma outra força não tem.

Voltando aos canais de permuta, temos as reuniões do SIS, as reuniões do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), que também se reúne com alguma frequência, não tanta quanto já se fez em tempo, porque neste momento temos lá pelo menos a tempo inteiro, um oficial de ligação, o que digamos que não só se percebe de uma forma muito mais profunda o que se está a passar, como evita muito estas reuniões de ir lá, deslocamentos e perda de tempo, é um dos sistemas a que nós pertencemos.

A reunião na Unidade Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT), que se realiza todas as 3^{as} na sede da PJ, que começou após o 11 de Setembro de 2001, pelo menos uma vez por semana, às 3^{as} reúnem-se lá as Forças Policiais que estão elencadas no plano Coordenador das Forças e Serviços de Segurança e cada uma diz de sua justiça, aquilo evidentemente que está dentro das suas competências, das suas atribuições, ou seja, aquilo que andam a fazer em determinada área. Neste caso, o assunto que se trata é terrorismo.

Como tornar os canais de permuta mais produtivos? Essencialmente os mecanismos estão previstos, os grupos de trabalhos estão criados, os oficiais de ligação estão nomeados, os pontos de contacto estão criados. Mas estes tipos de pessoas se não tiverem um determinado tipo de características, empatia, assertividade, dinâmica, experiência com expediente, existe uma série de requisitos, que são essenciais e específicos para este grupo de trabalho. Não interessa se um indivíduo tem muitos conhecimentos de informática ou se é um “expert” na legislação policial, mas se for intransigente, pouco flexível, pouco comunicador, se for pouco dado a sacar alguma informação, isto é, ter capacidade de contra

argumentação, com grande à vontade para falar de vários assuntos, boa bagagem cultural e deixar “um recado aqui para depois ir buscar outro ali”. De facto se as pessoas que estão a desempenhar esses papéis se não tiverem essas valências pessoais, isto é extremamente negativo, na minha opinião a melhor forma de melhorar esta permuta, tem muito a ver com as pessoas que estão apontadas para esses cargos. A pessoa pode ser um excelente profissional dentro da GNR, pode não o ser nos Serviços de Informações e isto vai comprometer a permuta de informações. É necessário existir confiança e isso só se cria, se de facto as pessoas se conhecem, se contactam já algum tempo.

Mas as pessoas devem permanecer nesses cargos muito tempo? Não devem, mas também não devem estar a rodar de 6 em 6 meses ou de ano a ano. Porque quando se começam a conhecer as pessoas, ganhar confiança e as pessoas começam a respeitar por aquilo que somos, por aquilo que representamos, quando as pessoas começam a baixar as barreiras de defesas que permitam uma excelente relação, as pessoas rodam, trocam de funções e isso é péssimo. Ficar muito tempo também é mau, perdem um pouco a noção do que estão a fazer, o que as instituições esperam dessas pessoas, apesar de existem pessoas e estruturas na GNR que tem essa preocupação, este indivíduo já está lá há 2 anos, já não está a desempenhar da melhor forma a sua função, há qualquer coisa não esta a funcionar, ou então, deixa ficar porque o indivíduo não é para substituir, porque está a dar conta do recado, a informação está a chegar, o tipo é um tipo bem visto porque predispõe, quando se pede alguma coisa, é um tipo de pessoa que de facto se consegue ter retorno.

Na partilha de informação por ser um assunto muito importante, porque quem tem informação tem poder, é necessário existir confiança, por isso para as pessoas que se movimentam nessas áreas, não basta ter competências técnicas, tem de ter valências pessoais. É necessário que a pessoa se sinta, tão à vontade na rua fardado e autuar uma pessoa, se for o caso para dirimir uma situação, como estar à civil e ter que se assumir como sendo um cidadão normal, que tem uma opinião perfeitamente normal e que se insere normalmente naquele contexto.

A GNR ainda não tem muito essa cultura, mas já se começa a perceber que existe uma preocupação do comando da GNR, em afectar a esta actividade as pessoas mais indicadas, mas é algo bastante recente, comparado com a Espanha ou Inglaterra, em que ambas as realidades são uma melhor por viverem noutro contexto, mas eles afectam a estas funções as pessoas certas. É necessário estar alguém em permanência lá, para desenvolver relacionamento pessoal que favorece a partilha de informações.

4) Que sim e que não. A partilha de informação se for baseada na relação pessoal, é rapidíssima e a componente temporal é fantástica quase online. Se for institucional, apesar

de relacionar pessoas mas de acordo com as regras estabelecidas, através de ofícios entre outros, isso demora o seu tempo.

O princípio da oportunidade, que para mim é dos mais importantes, neste contexto em que a velocidade da informação pode ser instantânea através da internet, se as coisas não forem oportunas, não me adianta nada saber que houve uma confusão na Costa da Caparica se eu não tomei conhecimento à 2h atrás. Esta partilha de informações e oportunidade temporal está actualmente dependente da componente pessoal.

Existe de facto as tais estruturas formais que de facto enquadram toda a actividade, mas se não existir este conhecimento pessoal, esta confiança para a permuta de informações não se ganha e em situações de partilha de informação, o relacionamento entre pessoas torna-se muito formal. Não é só receber, é preciso também saber dar, porque as instituições devem perceber que se estão a dar informações é um trunfo, se não disponibilizarmos esse trunfo, com oportunidade ou se alguém sabe que do outro lado não foi passada a informação e isto acontece, acaba por se criar um ambiente desconfortável para a partilha de informações.

Neste momento com os meios que temos disponíveis, com o telemóvel que está nos sítios mais inconcebíveis ligado 24h por dia, com a internet que tem capacidade para descarregar informação e fotografias, além da malha territorial da nossa competência e do número de militares difundidos por toda a área continental, não se consegue ser melhor para recolher dados e penso que temos condições para a GNR melhorar. Contudo em muitas das situações não conseguimos ser tão bons como os jornalistas, por circunstâncias que nós não conseguimos melhorar, porque muitas das vezes as pessoas contactam as agências televisivas muito antes que as Forças Policiais. Por vezes devido a situações mais ou menos graves, ou porque num local um vizinho está aos gritos com outro vizinho, e daí a televisão acaba por chegar ao local mais cedo que a Força Policial, não existe componente Policial que consiga mudar isto.

Só a seguir é que as pessoas vão ligar para a GNR, tirou-se aqui uma prioridade, muitas situações sabe-se primeiro pela comunicação social e só depois é que é reportado à GNR. Se nós não tivermos gente no local que tenham ainda a sua “antenas”, de forma a reportarem rapidamente o que se está a passar no local é extremamente difícil concorrer com os meios de comunicação.

Se for sustentada pela parte formal, respeitando todo um conjunto de formalismos e regras, temporalmente não resulta, quando chega a informação já se perdeu bastante tempo. Pelo canal formal as coisas chegam, só que chegam fora de horas, já não há oportunidade e em algumas situações ou em particulares eventos como a visita do Papa a Portugal, a informação chegar tarde é a mesma coisa que não chegar, só está é a dar trabalho. Como é que se organiza, como é que se sustenta um sistema que só funciona na base do

informalismo. É muito complicado, por telefonemas, por e-mail, não há sistema que funcione só com base em tanta informalidade, mas é preciso compreender e aceitar os dois planos, o informal que é para haver rapidez, para os meios serem logo accionados e depois o formal, para as coisas serem consolidadas para não haver desvios nem pessoas a actuarem fora dos limites.

5) Tem de facto a ver com a pessoa certa, com a pessoa que reúne as capacidades já referidas. De facto eu relaciono-me com as pessoas do SIS, do SIED, da PJ não só pela pessoa que eu sou, é obvio que é pelo cargo e funções que desempenho, mas é necessário manter uma boa relação pessoal e de confiança. No entanto quando estou a dar uma informação, tenho que saber a quem a estou a dar, ter confiança na outra pessoa sob pena de, eu dentro da minha instituição ser penalizado por estar a passar informação de uma forma completamente aberta, sem qualquer segurança, tudo isto quer no plano interno quer externamente, essa confiança tem de ser ganha.

Há certo tipo de informação na GNR, que é partilhada quase online, mesmo os Generais tendo conhecimento da situação, independentemente depois de se fazer o relatório. Devemos fazer a junção dos 2 campos, o informal para ser rápido e o formal para dar conhecimento dentro da instituição e ficar registado. As informações suportam e apoiam, todo o processo de tomada de decisão, não é devidamente enfatizada durante a formação, seja na Academia Militar ou no curso de Sargentos. Tem que se enfatizar às pessoas que dentro da GNR há uma estrutura uma actividade, que sustenta a componente policial, que no seu dia-a-dia a maneira como se desenvolve não tem muito a ver com aquela de comandante de posto, patrulheiro, entre outras. É diferente em que é necessário desenvolver nas pessoas durante a formação a sensibilidade para as informações, como também determinadas e especificas características para retirar bons resultados na recolha de informações. Pois as informações são uma outra ferramenta para toda a actividade policial.

6) Doutrinariamente falando faz todo o sentido, se existir de facto uma outra entidade supra que congregasse todas as informações, topicamente era o ideal, mas receio que esta estrutura conseguisse funcionar porque depois a pessoa que a dominasse, quer queira quer não, ficava com uma tal quantidade de informação que não é necessariamente poder, que se não existir uma estrutura que consiga gerir a informação, é possível ser muito complicado o desempenho de uma função destas.

Por outro lado, considero que essa estrutura já existe, pode não existir como estrutura, mas existe. Por isso é que existe um SIRP, porque a quantidade de informação que lá está,

chega das diversas estruturas policiais. Seria desejável com todas as implicações que isso tem, se já não é fácil dominar a informação, gerir a informação que vem da GNR, imagina o que é que é gerir a informação que vem da GNR, PSP, SEF, SIS, estamos a falar de informação de índole variada, mais táctica, mais operacional, mais estratégica. Devendo esta estrutura ficar a nível do 1º Ministro, porque a nível do ministério seria muito complicado, existiria sempre uma tentativa de privilegiar mais um ministério do que outro. Esta estrutura deveria ser capaz de destrinçar o que é que é informação, o que é investigação, o que é investigação criminal, parte estratégica, devido ao volume da informação teria que ser bem concebida para conseguir gerir toda essa informação. No fundo essa estrutura já existe, os concelhos exteriores de Segurança Interna...os fóruns, que de qualquer forma rodeiam ou estão adjacentes à figura do 1º Ministro, que depois são actuados em situação de crise ou de calamidade, no fundo esses fóruns já existem, não estão é a funcionar...de facto não existir essa estrutura é porque existe alguma razão. De facto estamos a dar o poder, ou a autoridade de uma pessoa destas, estaria quase ao nível do 1º Ministro, porque gere toda esta informação, passa a ter conhecimento muito alargado.

7) Para existir o referido Sistema, teria que ter a capacidade tecnológica de gerir todas as informações, ter técnicos muito bons não só no sentido policial como também de analistas e de estatísticos, face à grande quantidade de informação, é necessário saber trabalhar toda a informação. Ter uma componente de segurança tecnológica que nós não temos nos meios informáticos principalmente...há muita informação não policial, que o Ministério das Finanças tem, que a Segurança Social tem, que o Ministério da Justiça tem, que fazia todo o sentido essa estrutura de informações ter conhecimento, tudo dentro dos parâmetros legais, respeitando a protecção de dados, sendo tudo sufragado pela Assembleia da Republica. Não deixa de ser ambicionável.

APÊNDICE I – RESPOSTAS DA ENTREVISTA REALIZADA AO CSIC DA UNCT ALFREDO ESBERARD

ENTREVISTA AO COORDENADOR SUPERIOR DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL UNIDADE NACIONAL CONTRA-TERRORISMO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

ALFREDO ESBERARD

Funções que desempenhou:

- Coordenador de investigação criminal
- Coordenador de furto, tráfico e viciação de veículos
- Coordenador anti-corrupção
- Coordenador da direcção central do combate à corrupção de criminalidade económica e financeira
- Director na DCCB
- Coordenador superior da DCCB
- Oficial de ligação do gabinete coordenador de segurança.

1) Existe uma unidade específica na Polícia Judiciária (PJ) que é a unidade de informação e investigação criminal. Tem como funções a recolha, a análise e a introdução de dados no sistema integrado de informação criminal na PJ, o que faz centralizado no seu departamento em Lisboa e descentralizadamente em todas as unidades orgânicas territoriais da PJ, ou seja, falo localmente das unidades nacionais, das directoriais e nos departamentos de investigação criminal.

Todos eles têm uma estrutura adaptada em função do serviço, naturalmente onde toda a informação que resulta num processo é introduzida, de acordo com determinados parâmetros. É introduzida no sistema integrado de informação criminal.

Depois o tratamento dessa informação numa perspectiva de imediato, isto é para o processo em termos gerais, é feito em qualquer unidade também sem qualquer problema, quando o tratamento da informação exige maior complexidade, designadamente a necessidade de tratamento de informação do tipo “analyst book” é uma ferramenta de análise de informação, que faz correcções, fluxogramas, etc.

Esse trabalho em princípio é feito nas unidades nacionais e nas directorias, não quero dizer que localmente não possa ser feito, mas como exige coordenação mais apurada e até

algum traquejo acrescido normalmente nos departamentos de investigação criminal, pedem às directorias para fazer isso e portanto toda a informação recolhida em inquéritos é introduzida nesse sistema, é arquivada, é correlacionada em termos meramente informáticos a informação é introduzida campo a campo, mas no fundo vai fazer ligações a todos os campos que estejam relacionados.

Por exemplo, vamos introduzir uma viatura, faz associação a uma pessoa, mas se for interveniente num assalto faz associação a um determinado inquérito ou a uma determinada ocorrência, todo esse trabalho é assim feito (...) é a nossa base de dados que foi implementado há quase 20 anos, como o vosso Sistema Integrada de Informações Operacionais de Polícia (SIOP).

Versões mais rudimentares e adaptadas à época, portanto já está razoavelmente dotada de informação, mas estamos a falar apenas de informação criminal de processo, não colide com actividades do Serviço de Informações de Segurança (SIS), não porque o SIS, SIED, GNR, PSP, SEF, têm determinadas competências legais. As competências do SIS em matéria de informação, corresponderão em termos grosseiros a informações do tipo estratégico, enquanto a informação produzida pela GNR, PSP, PJ e SEF, serão informação do tipo tático.

A informação que o SIS necessita é para fazer extrapolações em termos de análise de tendências, riscos, etc., não tem um interesse muito relevante (não querendo dizer que não tem interesse) em termos das situações de facto isoladamente, mas apenas numa perspectiva de conjunto. Quer isto dizer, há por exemplo 10 assaltos, 1 assalto não interessa, 2 assaltos não interessa, o conjunto dos 10 assaltos para eles já interessarão numa perspectiva de retirar dali uma conclusão: o aumento de criminalidade, de um determinado tipo de criminalidade, de uma determinada zona, de determinado tipo de agentes, etc.

Essa mesma informação para as forças de segurança interessa na perspectiva tática, saber que carros é que estão envolvidos, as características dos indivíduos os “modus operandi”, como trabalham no sentido da identificação dos agentes e a sua perseguição no ponto de vista processual, o conteúdo, o trabalho realizado sobre a informação por forças e serviços de segurança são de tipo diferente, portanto não existe uma colisão entre o trabalho de uns e de outros.

Por outro lado, sempre que a informação recolhida pelas Forças de Segurança tiver ou disser respeito a áreas de competência do SIS, as forças de segurança estão obrigadas a transmitir esse tipo de informação, do mesmo modo, que as notícias recolhidas pelo SIS digam respeito a crimes em concreto, estão obrigadas a transmitir às forças de segurança competentes. Do ponto de vista do modelo, as coisas estão correctas e não me parece que possam resultar daqui dificuldades de maior.

Eu acho que o modelo existente é francamente vantajoso (...) o modelo construído em Portugal é um modelo que ainda tem muito presente o 25 de Abril e sobretudo o antes 25 de Abril, ou seja, ainda estamos historicamente muito próximos de factos que foram muito importantes em Portugal e portanto o modelo concebido é diferente daquilo que existe noutros países.

Em Inglaterra e face à importância que os Serviços de Informações (SI) tiveram no decurso da 2ª Guerra Mundial, levaram a que os SI tenham um poder enorme e tenham um âmbito de actuação muito grande, em que eles praticamente recolhem a informação e dão ordens à polícia para trabalhar, mas também os polícias não são como em Portugal (PSP, GNR, PJ, SEF), têm polícias quase tipo regionais ou condados, portanto o modelo inglês está muito adaptado à actual realidade Inglesa, de modo que o modelo Português está muito adaptado à realidade Portuguesa, não quer dizer que daqui a uns anos não se possa dizer, ok o fantasma da polícia política está afastado e o modelo pode ser reformulado, pode, tudo na vida pode ser mudado. Neste momento o modelo parece-me correcto, de acordo com esta lógica os SI fazem a recolha e o tratamento da informação com um conteúdo muito preciso e as polícias fazem o tratamento e a recolha de informação também para um conteúdo muito preciso.

Não existe colisão porque ambos trabalham (SI e PJ) informação de maneira diferente e com propósitos diferentes, por exemplo, diferente seria se a PJ na GNR ou na PSP começássemos a fazer análise de tendências, estamos à espera que daqui a 10 anos na zona de Lisboa vai ser assolada com criminalidade violenta grave, com armamento de calibre pesado, por cidadãos brasileiros, nós poderemos ter essas ideias e convicções, mas não nos cabe a nós, nem pouco mais ou menos, fazer uma extrapolação dessa. Esse tipo de extrapolação, ou caso estivéssemos alguma consistências deverá ser feito através de metodologias de tratamento de informação próprios do SIS, isto é um facto na medida que “cada qual deve vestir o seu fato”.

O modelo do ponto de vista conceptual está correcto, a importância é que cada qual faça muito bem o que tem a fazer e se limite a fazer o que é seu e não fazer o que são das outras entidades.

2) A PJ e o SIS colaboram na medida das suas competências, transmitindo informações reciprocamente sempre que tal venha a propósito e para além do mais são inúmeros os grupos de trabalho e de diversa ordem em que participam quer a PJ quer o SIS quer quase todos envolvidos noutras forças de segurança não é uma relação (...) não é uma relação negativa, obviamente existe na relação com o SIS como todas as forças e entre todas as forças e serviços naturalmente o puxar pelas respectivas camisolas, o que acho

que só fica bem, mas quanto à partilha da informação (por exemplo: a feita e é feito sempre que possível), o que existe nas situações que mais directamente dizem respeito ao SIS (...).

No caso do meu departamento, que lida com a realidade do Terrorismo, existe uma estrutura designada unidade de coordenação Anti-Terrorista que reúne periodicamente todas as semanas, e na qual participam o SIS, a GNR, PSP, PJ, SEF, Autoridade Marítima, para além do representante do Sistema de Segurança Interna, onde são partilhadas as informações relevantes do ponto de vista do Terrorismo e outras que afectem a segurança interna nos termos da lei. Essa informação em termos de rotina é partilhada semanalmente, em situações de urgência, como já tem acontecido e felizmente por situações ocorridas no estrangeiro, reunimos imediatamente. As pessoas contactam-se e reúnem-se, e mais, sempre que existe alguma informação relevante é comunicada telefonicamente, designadamente ao SIS.

São exemplos disto as situações mais recentes, relativamente à presença de elementos de ETA em Portugal, em que essa informação foi partilhada, por vezes existem aqui obviamente algumas limitações, que têm a ver com a natureza da informação que nós recebemos e as possibilidades que temos quanto à partilha, e de resto se coloca também relativamente ao SIS exactamente na mesma medida com variantes diferentes, nós estamos limitados pelo segredo de justiça, eles estão limitados designadamente pelo segredo de estado.

Mas não obstante, isso não tem impedido a partilha de informação relevante para (...) em ambos os sentidos, é evidente que estando nós limitados pelo segredo de justiça, natural que o SIS pense que nós ficamos com qualquer coisa na manga. Do mesmo modo que, estando eles limitados pelo segredo de estado, nós pensemos que eles ficaram com qualquer coisa na manga, mas ainda assim, eu acredito que as pessoas sejam profissionais, ou são profissionais, e que a informação é transmitida (...) com qualidade e com oportunidade o mais comum de acontecer regra geral, são ruídos na comunicação, até porque há um princípio que nos afecta a todos, enquanto responsáveis pelo aspecto da segurança no nosso país, se por ventura alguma coisa correr mal, as coisas deixam de ser institucionais para serem pessoais e ir-se-á à procura de quem falhou no meio de todo este ciclo.

3) A unidade de coordenação anti-terrorista é sem dúvida o principal, pelo facto de ser a matéria mais relevante, matéria de contacto mais relevante entre nós e eles e portanto, ter reuniões regulares, semanalmente. Portanto a partilha faz-se nesses termos, no entanto há obviamente outras matérias do tipo marginal, que também dão origem a esse tipo de trabalhos.

(considerou que não existe um canal de permuta de informação com carácter formal na sua unidade) Exemplo: grupo das terças-feiras, que reúne de 15 em 15 dias nas instalações do SIS, sobre aspectos muito gerais de âmbito muito alargado, isto é, não estamos limitados em razão da matéria, nem estamos propriamente muito limitados em termos de forma como ali nos apresentamos e conversamos. Nesse grupo das terças-feiras, pretende ser e tem sido, de alguma forma uma espécie de grupo de pensamento sobre a justiça e sobre a segurança, sobretudo a segurança é onde são levados temas que são discutidos e falados e são discutidos, tem-se feito algumas apresentações sobre matérias muito concretas, ocasionalmente são convidadas entidades externas a esse grupo para poderem também participar e onde são levados assuntos que depois são conversados entre todos.

Esse é um canal, por exemplo muito interessante por isto, não vamos falar de A, B, C, D ou E, como também não falamos do assalto 1, 2 ou 3, não falamos de coisas em concreto, mas falamos dos fenómenos e portanto discutimos fenómenos e transmitidos informação e experiência sobre fenómenos. Essa estrutura é uma estrutura que realiza bem estas possibilidades de transmissão de informação.

Tenho na ideia, de que já transmiti a colegas do SIS, que é a seguinte: os contactos com o SIS são mais recentes. Por muitas razões, se calhar não existir uma cultura de contacto entre as instituições, isto é, as pessoas que integram as instituições. Daí resultou um enorme desconhecimento. A minha sugestão é que seria muito importante, designadamente PJ e SIS, porque é assim que coloca a questão. O SIS conhece-se quanto basta, como nós trabalhamos, para saber quando nos abordamos determinada situação, como a abordamos e o que é que vamos à procura, aquilo que nos interessa, aquilo que desprezamos, o que fazemos com aquilo e quais são as molduras, as baias onde nos podemos movimentar.

E nós a mesma coisa relativamente ao SIS, de modo a que quando eu tiver de produzir uma informação para o SIS possa pensar, eu só me interessa o item 1,3 e 5, mas eu sei que para o SIS o 2 e o 4 também são importantes, mas eu tenho essa informação aqui e ia deitar fora porque não me interessa, mas tenho hipótese de a manter aqui e quando introduzo o item 1, 3 e 5, introduzo também o 2 e 4, porque sei que interessa a eles e mando enviar. É procurar ir ao encontro do meu destinatário da minha carta.

Do mesmo que o SIS quando produz algum tipo de informação saiba exactamente o que é que nós precisamos para trabalhar. Nós temos uma forma de abordagem das informações muito próxima à da GNR e da PSP, ou seja, fazemos aquelas perguntas da ordem: “o que é que fez? Como? Porquê? Com que meios? etc...” O SIS não tem uma abordagem desse modo e depois não tem a ideia que para nós uma informação anónima vale muito ou vale pouco, em função daquilo que é transmitida, anónima no sentido de não utilizarmos processualmente uma informação vinda do SIS, se for da GNR ou PSP não tem problemas,

naturalmente se for do SIS não chapamos aquilo no processo até porque tem classificação de segurança, e não pode ser utilizada.

Mas portanto mastigamos a informação e vamos rentabilizá-la como podemos, mas estamos logo limitados relativamente à fonte e a abordagem, porque eles fazem a abordagem do tipo estratégico e há elementos táticos, que poderão estar na posse deles mas que eles desprezam é o ponto 1,3, e 5, vista do outro lado em que eles dizem “isto não me interessa, que o gajo é o Manuel ou Filipe” ou que é um conjunto de indivíduos. Eles desprezam um conjunto de elementos, que para eles não lhes interessa, mas que são elementos fundamentais para nós.

É esse desconhecimento, que eu acho, que ainda de alguma forma podia ser trabalhado de outra maneira se nós conhecêssemos como eles trabalham, o que eles precisam para desenvolver as tarefas deles e do mesmo modo a PJ, GNR, PSP, para que quando forem eles a produzir, possa também vir directamente ao nosso encontro e saber já, há ali coisas que eles tem mas não podem dar, etc ou seja, conhecendo-nos sabemos já exactamente, como é que as coisas funcionam e portanto eventuais situações (...) eles estão a ficar com informações no bolso, saber já, não é exactamente assim, ou porque não tem e não quiseram pegar, por formação/deformação ou porque de facto é matéria que pura e simplesmente não lhe pegam, ou existe alguma limitação do ponto de vista legal, no sentido de transmitir ou às vezes de a recolher.

4) A questão que se coloca é esta, na GNR, na PSP, PJ a cadeia de informação/comando, não obstante ser de alguma forma burocrática, acaba por ser relativamente célebre no sentido...vou colocar o exemplo do lado da GNR, da nossa parte é a mesma coisa, acontece alguma coisa num determinado posto, a informação é elaborada e se for informação de conteúdo criminal, regra geral é canalizada de imediato telefonicamente para a PJ, tratando-se de um crime da competência da PJ. Contactando directamente e telefonicamente o departamento de investigação criminal mais próximo ou directoria ou o que for, dizem aconteceu isto, façam o favor querem cá vir, não querem vir, tratem disto.

O papel produzido é encaminhado para a PJ ou Ministério Público (MP), consoante se aplicar e sobe na cadeia. Vamos esquecer a informação do tipo operacional para pegar só no outro tipo de informação, que é produzida num posto mas que não carece de uma comunicação imediata no caso à PJ. Exemplo: sobe do posto para o destacamento, do destacamento para o comando, do comando vai para a direcção Nacional da PJ, poderá ser o Director Geral ou ser já directamente dirigido a uma determinada Unidade Orgânica e desce até há secções onde é trabalhada, ou seja, faz a subida e descida. Conseguimos

fazer todo este processo com razoável liberdade e até tirando as burocracias de todos, de uma forma razoável e expedita.

O que acontece no SIS, que é uma limitação relativamente a nós, a nossa informação não é classificada do ponto de vista da segurança em regra e não obstante, aquilo que normalmente vejo são classificações do tipo confidenciais, que não impedem a partilha de informações entre forças. Do mesmo modo a nossa informação produzida, nada obsta de acordo com esta lógica (a falar de informação mais do tipo especulativo do que informação processual) que comuniquemos ao SIS da mesma forma.

Agora da parte do SIS, os canais de comunicação são muito rigorosos, primeiro por causa da classificação, regra geral os documentos são de classificação secreta. Depois obrigam a uma lista de distribuição muito formal, ou seja, a nossa informação será remetida, ou é informação produzida que tenha interesse para nós, é remetida para o 1º Ministro, Secretários Gerais do SIRP, Ministros e Directores Nacionais. Portanto vem pelo canal de cima, ou seja, vai demorar muito até chegar às Unidades, é o procedimento deles, nós temos de ter isso em atenção, porque é uma coisa que não pode ser ultrapassada. É um procedimento deles e portanto as coisas são assim. No entanto temos tido exemplo de situações que nos são comunicadas directamente, como por exemplo: informam que está a acontecer isto, isto é do vosso interesse, façam o favor, metam-se cá, vamos conversar, etc. E isso tem sido feito, da nossa parte com eles também funciona assim, sendo que o nosso procedimento de comunicação não é tão complicado, no sentido das burocracias, não é tão complicado quanto o deles.

Relativamente à oportunidade temporal...há fenómenos, que não obstante o SIS aborda numa perspectiva estratégica, poderá importar às polícias numa perspectiva táctica. Eventualmente aqui ou ali, algum tipo de informação poderia ser, que aparecesse mais cedo e assim se calhar fazia-se a passagem do testemunho no terreno. Se for o caso obviamente de passagem de testemunho, ou de acompanhamento integrado entre ambos e isso só muito excepcionalmente é que tem acontecido.

Eu penso que é uma área também, em que se as Forças e Serviços se conhecessem melhor, poderiam estabelecer mecanismos mais próximos para que as coisas funcionassem. Nessa lógica, isto é, o SIS está a fazer o acompanhamento de determinado indivíduo, porque é suspeito de pertencer a uma célula de um grupo terrorista a trabalhar em Portugal, mas à medida que fazem o acompanhamento de toda a actividade do suspeito, constata-se que afinal não é nada disso que pensam, mas sim um traficante de droga. Regra geral, deixam cair a investigação quero dizer, param com a investigação. Vamos imaginar que não tem interesse, largam, produzem a informação e transmitem, seria mais naquela fase em que ainda ali estão, dizerem temos aqui esta situação, nós vamos deixar cair, abandonar, porque isto não é do nosso interesse, mas nesta fase podemos fazer a

passagem. Eventualmente eles tendo um informador que poderia continuar a trabalhar na situação, enquanto nós começávamos a substituí-los pouco a pouco, processando já toda a informação, mantendo todas as vigilâncias sem existir quebra do contacto com a situação em investigação.

Há muita forma de trabalhar no terreno que permitirá a passagem da informação de uns para outros, é importante nesse aspecto conhecermos a nossa actividade e a actividade dos outros, compreendermos que isto é o momento ideal, vamos deixar cair, largar, mas vamos passar a informação e que seja feito no momento e não mais tarde. Regra geral o que acontece nesse tipo de situações, é que existe um acompanhamento pelo SIS e depois há um buraco, uma interrupção que só depois a PJ eventualmente volta a pegar na situação. Mas pronto também temos de ter em conta, que o número de situações desse tipo é muito reduzido. Não quer dizer que não tenham existido e que não continuem a existir, mas os procedimentos poderiam ser afinados e assim seriam melhorados estes mecanismos de passagem de informação.

Relativamente à questão temporal, nós sabemos de facto que existem limitações da parte deles, mas pronto tudo bem, são mecanismos e procedimentos pelos quais, temos de viver e de alguma forma de nos adaptarmos.

5) É aquilo que lhe tenho estado a dizer (final da 4ª questão), entra um factor que não tem a ver com a PJ nem com o SIS, tem a ver com a PJ, SIS, GNR, PSP, todos os outros que é, nós ainda não estamos completamente traquejados para trabalharmos em conjunto. Acabam por ser, designadamente entre polícias regulares, situações em que uma polícia trabalha e depois às tantas constata que é da competência da outra e portanto faz a passagem (...) relativamente ao SIS são menos, contam-se pelos dedos (...) mas não estamos traquejados a fazer um acompanhamento no sentido, vocês aguentam isto e nós vamos começar a trabalhar convosco e à medida progressivamente que vocês vão saindo fora e nós vamos entrando. Este treino não está feito, não está feito. Há sempre aquela história, de que já vão conhecer os nossos gajos das vigilâncias, vão ficar a saber quem é que é o nosso informador, vão saber o que nós temos (...) vão saber que nós utilizamos aquela tecnologia. Todos nós a pegarmos numa situação destas, ficamos logo a saber quem são os informadores, todos nós conhecemos os carros das vigilâncias de toda a gente porque regra geral quando há situações importantes encontramos lá os quatro, (...) o que é certo é que de facto, o hábito de se fazerem passagens de trabalhar em conjunto ou dizer, não tenho capacidade para pegar nas vigilâncias, vocês tem condições para pegar nisso e fazer as vigilâncias? Nós passamos as fotografias e processamos isso tudo. Ok sim senhor, nós fazemos isso... Esta ideia não está implantada e se calhar nunca foi feita.

6) Não, não pelo seguinte. Se nós cumprirmos a lei, todos nós trabalhamos segmentos de informação diferenciados ou temos necessidades diferentes sobre informação ou a informação de que precisamos para trabalhar, não é exactamente a informação de que os outros precisam. Isto é, nós vamos lá (...) O SIS vai lá para conhecer, nós vamos lá para deter. Portanto desse ponto de vista não há uma conflitualidade de actuações.

Nós até podemos estar, a deter um determinado indivíduo e por de trás de nós, o SIS estar a acompanhar a situação e a ver porque a actividade deles não vai bulir com a nossa. Portanto nessa lógica não existe conflitualidade. Mas no ponto de vista, da actuação das forças de segurança existe. Porquê? Porque de certa forma é legítimo, neste sentido quem tem um pouco de informação, obviamente tenta ir um pouco mais além, para tentar fazer algo, obviamente dá gozo, do ponto de vista profissional e é sempre muito mais interessante do ponto de vista profissional, um profissional dizer, eu consegui deter um indivíduo do que dizer, eu consegui a informação para que os outros detivessem.

Portanto a tradição histórica entre as forças, não é de respeito pelas competências de cada qual, de onde a posse de informação e o facultar, permita a possibilidade de ir além daquilo que seria desejável do ponto de vista da passagem de actuação e a passagem para a intervenção de outra.

Portanto, não concordo, além de mais há uma coisa, foi tentada a criação do sistema integrado de informação criminal que foi concebido na PJ e também deveria ser alimentado pela GNR e pela PSP, que nunca o fizeram por vários motivos, isso nunca aconteceu e hoje optou-se por um modelo completamente diferente, exactamente pela GNR e PSP nunca manifestaram disponibilidade para facultar essa informação. Portanto de acordo com esta lógica, obviamente não se poderá querer que a PJ tenha uma manifestação que seja diferente que aquela que mais forças manifestaram num passado muito recente. Neste momento aquilo que acontece, cada qual produz a sua informação e irá ser criada a curto prazo um sistema “chapéu” que vai fazer o interface de todas as informações disponíveis nos diversos temas e irá responder pergunta resposta. Isto é, faz-se uma pergunta ao sistema sobre o António e a resposta, é o sistema lido a informação das quatro forças sabe “x” sobre o António. Sendo que tem que se colocar aqui limitações que, se for alguém da PSP ou da GNR, dará um nível da informação, se for alguém da PJ a fazer perguntas, dará outro nível da informação de acordo com as respectivas competências funcionais e orgânicas.

7) A recolha e o tratamento das informações, entre as forças de segurança não são muito diferentes, daquela que a pouco eu discorri, a propósito da PJ e SIS. Em todos os sentidos, isto é, se a PJ colher alguma informação e às vezes acontece, não é estatisticamente muito habitual, mas existe recebermos informação que é da competência

da GNR e a informação é transmitida mas de modo, numa quantidade muito relevante, a GNR e a PSP produzem informações da competência da PJ e transmitem-nas e portanto nada a reparar, a registar relativamente a essa questão.

Agora relativamente ao acesso, numa lógica de sistema integrado de informação criminal ou de sistema de interoperabilidade de sistemas de informação, das diversas forças de segurança, o princípio tem de ser sempre, da necessidade de conhecer e o destino a que se propõe. Isto é, não fará sentido que a PJ vá ao sistema procurar uma informação para realizar qualquer tarefa na área, por exemplo dos crimes ambientes que neste momento são da competência da GNR ou para agir relativamente a alguns aspectos da lei das armas, que não digam directamente respeito ao tráfico de armas, que é da competência da PSP, não faz sentido. Do mesmo modo que para a GNR e PSP, não fará sentido o acesso a informação focalizada para tarefas que sejam próprias, deve haver o princípio da necessidade de conhecer a informação e o seu respectivo destino. Que deve ser um conteúdo, deve ser regulado, previsto e digamos estabelecido. Sendo certo que uma coisa é certa, do ponto de vista da PJ, à PJ se chama um corpo superior de polícia, e se lhe atribui um conjunto de investigações criminais de ponto de vista da censura penal mais relevantes, do que são atribuídas aos demais órgãos de polícia criminal (OPC).

Para a PJ não é propriamente reservada a possibilidade de investigar para baixo, aliás o actual ministro enquanto docente universitário dizia a PJ pode do ponto de vista teórico investigar tudo, as forças de segurança é que não podem investigar as da PJ.

É um conceito que obviamente não tem de ser lido de uma forma absoluta, mas tem de ser lido enquanto princípio e transmitido esse princípio para a informação, quer dizer que, a PJ tem potencial de acesso a mais informação do que aquela que as forças (GNR e PSP) tem por parte da PJ, não é uma relação igual, não é mas deve ser uma relação conformada com as suas competências e necessidades de conhecer. Já relativamente aos Serviços Informações (SI), não perdendo de vista o objectivo desta entrevista, os SI têm acesso, não me parece que devam aceder à informação tratada por qualquer força de segurança, porque para todas as forças de segurança, é essencial referencia-las a um nome e parece-me duvidoso do ponto de vista, constitucional e legal que os SI possam tratar a informação referenciada a nomes. Agora o conjunto da informação produzida por nós GNR, PSP e PJ, para o SI deve ser acessível desde que expurgada daqueles elementos que são complicados do ponto de vista da competência do acesso.

Ou seja dando o salto, da informação meramente táctica, que mete o nome do individuo, o número do BI, a chapa da matrícula, o NIB, mas se disser, individuo com características tais, tipologia carro tal, saldo de conta tal, morada com estas (...) isto é, se fugir, se conseguir fazer a triagem em termos de limpar o acesso aos dados em concreto, mas torná-lo em categorias de informação, nesse aspecto não me parece que seja, que existem obstáculos

que acedam a esse nível de informação. De resto, o tanto quanto sei, o sistema de interoperabilidade de sistema de informação das forças que é avançar num primeiro momento apenas limitado às forças, mas que seguramente mais tarde, será também acessível aos SI terá de torneir esta dificuldade, isto é, expurgar a informação muito concreta e torná-la, informação por categorias e então a partir do momento que seja classificada por categorias, naturalmente a análise estatística que a GNR faz do ponto de vista operacional e até por implementação do seu dispositivo no terreno e pôr policiamento em determinadas áreas, resto à semelhança da PSP, a PJ no sentido da afectação de meios para a investigação de determinadas categorias de crimes e determinadas zonas em concreto onde exige uma actividade mais reforçada. Nós fazemos este tipo de informação, de trabalho, isto poderá pegar digamos nessas bases, que são as mesmas do que nós, produzir um relatório desses não precisamos de saber que os assaltos são praticados pelo Manuel, Francisco ou o António, poderão obviamente trabalhar esse mesmo tipo de informação para uma informação do tipo mais estratégico do que a nossa, que obviamente nós procuramos é resolver problemas do tipo tático. Os Serviços Informações trabalham mais numa lógica de fenómenos de droga, de homicídios, de toda a gente se começar a matar (...) enquanto o que nós o que queremos saber, é o Manuel, Francisco, o António. Os conceitos táticos e estratégicos, não são fáceis, não são pacíficos...

APÊNDICE J – RESPOSTAS DA ENTREVISTA REALIZADA AO SUBITENDENTE DA PSP ALEXANDRE COIMBRA

Funções que desempenhou:

- Subintendente da Polícia de Segurança Pública (PSP)
- 1998 Quando promovido a Comissário, desempenhou funções de analista na PSP
- Chefe da Divisão de Análise de Informações da PSP
- 2000 Fez um curso de Análise Operacional de Informações no Serviço de Informações de Segurança (SIS)
- 2001 Fez o curso de Técnico de Informações no SIS
- 2002-2004 Chefe de Gabinete do Director Nacional da PSP
- 2004-2008 Chefe de Divisão da Análise de Informações da PSP
- Desde de Julho de 2008 em Comissão no SIS, com a função de Director de Área de Apoio à Direcção do SIS

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1) Efectivamente existe um Serviço com funções de recolha, tratamento e processamento de informações, que é o Departamento de Informações Policiais (DIP). Este Departamento centra-se na recolha e análise de Informações de âmbito criminal, para coadjuvar todo o dispositivo da PSP, na área da investigação criminal.

É um Serviço que especificamente ajuda a investigação criminal da PSP, trabalha no âmbito das informações criminais, de informações no âmbito de processos e portanto existe desde logo uma grande diferença, entre o Departamento da PSP e aquilo que são as competências do SIS. A PSP trabalha com informações Operacionais Tácticas, o SIS desenvolve a sua missão no âmbito da produção de informações estratégicas, que são níveis completamente distintos.

A PSP trata de informações que lhes dizem respeito para o cumprimento da sua missão, ou seja, não entramos em campos como entra o SIS, designadamente na área da subversão, sabotagem, do próprio terrorismo, não entramos nesse campo e portanto não colidimos com o trabalho que é feito pelo SIS. O SIS produz informações estratégicas no sentido de

coadjuvar o poder político, no âmbito da política de Segurança Interna, para tomar determinado tipo de decisões estratégicas. A PSP prende-se muito com casos específicos, de informação operacional e portanto aí não há colisão.

Numa estrutura como Portugal tem e da forma como está implementado, como é o caso da GNR e da PSP com competências em todo o território nacional, podem ser recolhidas informações respeitantes a situações que estão a ser tratadas no SIS, ou que lhes digam respeito (...) existem fóruns UCAT, o SIIC, o próprio Gabinete Coordenador de Segurança e outros órgãos onde todas as Forças e Serviços de Segurança (FSS) fazem parte. Então essas informações chegando lá, são entregues a que tem competência e não há a hipótese de haver colisão, entre as FSS na parte da recolha e investigação e a partir do momento que sabemos que determinado Serviço está a desenvolver investigação, ou que determinada informação é da sua competência, é entregue a esse serviço e não existe mais nenhum serviço a entrar naquela investigação.

Poderá existir um acompanhamento no sentido de recolher determinados tipos de elementos que possa depois fornecer a quem entra na investigação. É claro que no passado já existiram situações em que vários Serviços ou Forças andavam a trabalhar no mesmo assunto e por vezes isso ainda acontece, mas cada vez menos por força da estrutura, de como as Forças e Serviços estão implementados, dos fóruns que existem e acima de tudo na actualidade com o conhecimento que as pessoas tem umas das outras, falam ao telefone, tem e-mail, trocam impressões, opiniões e portanto tentamos sempre obstar que isso aconteça e evitar que exista colisão. No fundo desde que exista a franqueza e honestidade por parte dos FSS na troca de informações evitam-se ao máximo a colisão na recolha de informações.

2) É uma relação francamente boa, eu penso que nestes últimos anos, 5 a 6 anos foi uma relação que progressivamente tem vindo a melhorar. Não pondo em questão todo o trabalho desenvolvido pelo SIS, eu penso que no passado este Serviço era muito fechado para o exterior, muito preso com as suas próprias competências, com o seu próprio trabalho, em que a partilha de informação chegava muito paulatinamente e portanto não existia uma abertura como existe hoje.

Além disso a relação era apenas institucional, pura e dura, e portanto as relações institucionais puras e duras não funcionam. Há que existir um entrosamento, uma relação mútua de confiança entre as instituições, para que as coisas possam funcionar, considero que nos últimos 6 anos a relação tem melhorado progressivamente. Existe uma maior sensibilidade por parte dos dirigentes do SIS, para um virar, uma abertura para o exterior, para o seu primordial papel, a produção de informações estratégicas em várias áreas e

portanto sabem que os destinatários dessas informações, além do poder político, são também as outras FSS e desta forma, a relação PSP e SIS melhorou muito.

3) Existe um canal, que chamar-lhe-ia um canal técnico entre SIS e pessoa ou oficial de ligação. Mas também existe um canal com os departamentos do SIS (departamentos do crime organizado, do terrorismo e da espionagem), mais um grande Departamento da Pesquisa, da Vigilância e área técnica, um Departamento de Relações Externas, Cooperação externa designadamente com embaixadas e com Serviços congêneres no estrangeiro, este é de grosso modo a estrutura do SIS.

Nestes Departamentos que eu falei, principalmente nos primeiros 3 Departamentos, existe também um contacto directo, entre pessoas de cada um dos Departamentos com pessoas da PSP. Desde logo esse canal directo, aberto, oficioso, não tanto oficial mas mais oficioso, em que estamos a trabalhar para um fim comum e existe portanto uma larga confiança, foram estabelecidos bons laços de confiança, que tem permitido que as coisas funcionem bem, o que paralelamente exista uma permuta de informação rápida.

Depois naturalmente que existem os canais oficiais, existem fóruns, a UCAT onde existe uma maior permuta de informações, por tratar de assuntos nas áreas do terrorismo, no entanto essa permuta poderia funcionar melhor. No passado existiram algumas situações, em que o SIS estava a acompanhar as situações e ainda não criam abrir essa informação, depois as informações chegavam por outro lado, portanto a permuta de informações não tinha funcionado da forma mais correcta, o que acabou por criar alguma instabilidade nas áreas das informações. Com o passar do tempo as coisas foram melhorando, essas unidades melhoraram em termos de trabalho.

O Gabinete Coordenador de Segurança que para além do seu papel de coordenação, vai permitindo alguma troca de experiências e de informações entre as várias FSS, permitindo mais um canal normal de permutas de informações. Este canal que eu chamar-lhe-ia normal, pela troca de toda a informação, em que toda a informação que é tratada, é produzido um relatório de acordo com o princípio da necessidade da informação.

No SIS ainda estamos a trabalhar um pouco com o mensageiro, portanto com o elemento que vai entregar o relatório em mão à direcção Nacional da PSP e depois chega ao departamento de informações, em que existe um técnico que trata de tudo o que vai do SIS, entra no sub-registo da PSP e depois vai a despacho ao Director Nacional ou Director Nacional adjunto na área das operações e depois há um despacho para o Departamento que importa aquela informação, que normalmente vai para as informações que depois de trata, essa informação é difunde para todo o dispositivo da PSP.

No SIS existem uma filosofia própria, que é fazer os relatórios em papel e entregar em mão. Neste ponto considero que poderíamos agilizar melhor esta questão. Quando estava como chefe da Divisão de Análise de Informações da PSP, sentia-se muitas das vezes que a informação chegava com pouco tempo de antecedência. Por vezes chegava na 6ª após as 17h referente a um assunto, que se iria passar no sábado, em que o horário de expediente/administrativo já tinha terminado, só estava lá o oficial de serviço para receber aquilo. Mais tarde reparávamos que esse relatório, tinha sido elaborado 2 ou 3 dias antes, mas por motivos de análise do relatório e de entrega feita por um estafeta, só após as 17h seria entregue, e desta forma perdia-se algum tempo e a informação não chegava em tempo útil ou chegava muito em cima da hora. Nós já tentámos corrigir isto, mais ainda é algo que temos ainda que trabalhar e melhorar.

O SIS tem um programa chamado SEAF que é implementado pelo Gabinete Nacional de Segurança, é um sistema informático onde toda a matéria que é classificada circula nesse sistema. Existe no sub-registo da GNR, no sub-registo da PSP, existe aqui no sub-registo do SIS, este é um sistema que permite que toda a matéria classificada e os relatórios produzidos no SIS, que são todos confidenciais ou de classificação superior, naturalmente possam e devam entrar/circular nesse sistema. Temos de abandonar a entrega de documentos em mão, apesar de existirem documentos muitos sensíveis, pelo que continuamos a ter aquela cultura de que só em mão é que o documento está seguro. Mas na verdade, é que o sistema SAFE é muito seguro e implementado pela Autoridade de Segurança, no entanto existem algumas qualidades técnicas que anda não estão disponíveis para que possamos trabalhar com isto a 100%, como há uma própria mentalidade aqui interna de não confiar muito no sistema, por se considerar que existem relatórios, de natureza específica que não possam entrar neste sistema. Portanto é um sistema externo ao SIS, PSP, implementado pela Autoridade de Segurança apesar, existir a garantia de que eles não tem acesso à informação, no entanto não existe ainda a confiança absoluta e por razões de segurança, é evitado ainda usar esse sistema e este é o passo que temos de dar.

Para as polícias a chegada e o conhecimento de determinada informação, implica a tomada de certas medidas no terreno, o que é necessário um apoio logística para implementar certo tipo de medidas. Assim e por vezes o chegar da informação à noite para ser implementado no outro dia de manhã, dificulta as tarefas, pois o tempo é manifestamente curto para se implementar uma série de recursos materiais e humanos que são necessários e aí eu acho que temos de corrigir este ponto. Por vezes as informações não chegam a tempo ou no tempo desejável.

Às 3ª de 15 em 15 dias, existe uma reunião que junta à mesa várias FSS. Há reuniões em que se fala, trocam-se experiências, estudam-se e analisam-se só informações no âmbito

dos bairros problemáticos, das chamadas zonas sensíveis dos grandes meios urbanos, é também um fórum muito importante e bastante útil.

Por vezes é-nos solicitado apoio em determinadas situações, como também a própria formação que o SIS dá a elementos da PSP e GNR em certas áreas técnicas.

As relações informais ou oficiosas, prendem-se muito com as pessoas que estão à frente das várias áreas, pessoas que foram sensibilizadas e estão conscientes para a necessidade de existir uma franca e mútua cooperação, portanto assente nessa confiança, numa qualidade humana e profissional das pessoas, sendo isso directamente proporcional à relação mais ou menos aberta entre as pessoas.

4) Existem alguns casos em que devemos procurar melhorar, as informações nem sempre chegam em tempo útil, em tempo necessário para as FSS se prepararem e implementar as medidas no terreno. Não é frequente, são casos muito pontuais e tem-se tentado corrigir.

É claro que o SIS no âmbito do seu trabalho, continuam a existir situações em que a informação chega através de uma fonte, inicia-se um trabalho de acompanhamento, no entanto essa informação também nos chegou na 6ª à tarde. Mas lá está, o que tem sido melhorado é o canal oficioso neste tipo de situações, em que as pessoas têm um canal aberto, permitindo falar umas com as outras de forma rápida.

Por vezes nós para aliviar a informação que ainda vai ser produzida, tratada, registada, em que ainda vai haver uma análise e um cruzar de informação com o que já existe sobre o assunto e por último produzir o relatório final, ainda demora algum tempo e se calhar não vai ser no tempo que é necessário para chegar ao outro lado, seja PSP, GNR ou outra Força de Segurança. Então o canal oficioso funciona, pega-se no telefone e avisa-se a outra parte, enquanto o SIS está a produzir as informações, vocês ficam já com o conhecimento da situação e daí o criar de uma proximidade com as pessoas. Os fóruns, as reuniões, a UCAT a SIIC, são exemplos de boas oportunidades para facilitarem o aproximar das pessoas e o desenvolver da confiança entre as mesmas, criando um à vontade para tratar de assuntos com classificação de segurança.

5) Eu penso que acima de tudo é criar um sistema tecnológico (...) o SAFE é uma solução, é um sistema tecnológico, informático seguro que permite portanto a partilha de dados de uma forma célebre, logo é otimizar esse meio. Cada vez mais tem sido utilizado e que permite que a informação está disponível e online. Sendo que a informação é muito sensível, as pessoas evitam de introduzir num sistema informático que é ligado à internet, logo existe essa desconfiança e portanto não utilizam tanto.

Penso que nós temos que procurar a solução, caminhar para a frente, ou através do SAFE ou de outro sistema supra que possa interligar FSS, só para transmissão de dados. Já temos o canal oficioso, o uso de telemóveis, mas que também não é um canal seguro e portanto temos de evitar isso, no entanto o SAFE ainda é um sistema que não trabalha em Windows e por isso tem algumas limitações, é um ambiente ainda desagradável e isso no fundo acaba por afastar as pessoas. Devemos procurar melhorar o sistema, de forma a criar condições para fazer chegar o mais rápido possível a informação a todas as FSS.

6) Existe o Sistema de Segurança Interna (SSI) que tem funções em alguns casos que a lei prevê, de coordenação operacional, de partilha de experiência, troca de informações.

Na minha opinião não me parece que seja rentável, as FSS tem as suas definições legais, devidamente estabelecidas, cada uma trabalha na sua área e portanto é responsável na sua área pela análise e produção de informações. Colocar tudo isto num patamar superior, não só esvazia um pouco aquilo que é feito nas forças, como seria uma estrutura muito pesada, uma estrutura que tratasse toda a informação que é reproduzida na PSP, GNR, PJ, SEF, SIS, SIED, Autoridade Marítima, ficava uma estrutura de tal maneira pesada, que eu penso que o objectivo inicial de tratar todas as informações não seria exequível.

Considero que determinado tipo de informação, devidamente seleccionada e de acordo com o princípio da necessidade de informação, que estivesse disponível numa base de dados central em que as FSS poderiam lá depositar e aceder às informações. O objectivo seria permitir o cruzamento de informação com diferentes origens, como também o acesso ou troca de informação de forma rápida. Em termos tecnológicos desejamos uma aplicação, uma base de dados, onde alguma informação fosse depositada por parte da FSS para haver um cruzamento dessa mesma informação, com bons níveis de segurança, do que propriamente criarmos uma estrutura para tratar toda a informação, o que não me parece ser exequível.

7) Sou um defensor do programa SAFE, apesar de essa ideia estar um pouco abandonada, no entanto nessa época ainda foi equacionada uma outra aplicação, uma base de dados devidamente adaptada. No Fundo aquilo deveria ser um software que estava ligado ao SAFE, ao SIIC e ao SIOP e esse software faria uma triagem da informação que era depositada, de acordo com o que era definido por quem geria essa aplicação, que supostamente e de forma igual devia ser a GNR, PJ, PSP. Tudo com a finalidade de quando se introduzia uma determinada informação, apenas seria partilhada se realmente tivesse conteúdo importante para as outras FSS e com o intuito de cruzar e aceder à informação, de forma rápida e imediata.

APÊNDICE L – RESPOSTAS DA ENTREVISTA REALIZADA AO DIRECTOR NACIONAL ADJUNTO JOAQUIM PEDRO OLIVEIRA

1) A vertente operacional do SEF encontra-se dividida por 3 áreas ou ramos de actividade: controlo de fronteira, fiscalização da permanência e actividades dos estrangeiros em território nacional e investigação criminal. Ainda que possa haver – e pontualmente há – contacto da parte de qualquer uma das unidades operacionais ligadas a estas diferentes missões com outras entidades/organismos numa perspectiva de circulação da informação com interesse operacional (o que facilmente se compreende, por exemplo, ao nível da direcções regionais), tal missão é normalmente exercida a um nível centralizado pela Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação (DCIPAI).

Normalmente isso não acontece, embora seja de admitir essa possibilidade quando o SIS estiver a trabalhar numa matéria da competência do SEF – imigração ilegal e/ou fraude documental, por exemplo.

2) Neste momento classificaria essa relação de “muito boa”, com um claro exemplo a partir das próprias direcções nacionais. Para além disso, o SEF tem por hábito a rápida resposta a todos os pedidos de informação ou solicitações do SIS e este organismo envia regularmente para o SEF material (relatórios) de elevado interesse temático/estratégico.

3) Normalmente a informação circula de modo oficial entre direcções nacionais. Contudo, é frequente o envolvimento de estruturas a outro nível, no caso do SEF através da DCIPAI, designadamente, de forma a agilizar contactos e inerentes procedimentos, para participação em reuniões ou eventos, etc.

4) Não se têm verificado problemas de maior neste processo – Cfr. Resposta à questão nº. 2.

5) Idem.

6) À luz do sistema existente no país, não contemplo como tal seria possível. No caso concreto da relação entre SEF e SIS, creio que só viria complicar. Ainda assim, em abstracto e como sistema ideal, estaríamos a falar de uma estrutura de tutela ou corpo superior de polícia aglutinador das actuais atribuições/competências de todas ou pelo

menos algumas das FSS, no âmbito da ou do qual seria criado um “braço” que exerceria aquelas funções.

7) Ver resposta à questão anterior. Neste caso, a recolha de informações teria sempre de ser feita com recurso às novas tecnologias (neste momento, via intranet, por exemplo), trabalhando em cascata de forma coordenada com equipas especializadas criadas especificamente para o efeito em cada uma das unidades de acordo com a respectiva vocação, em função da matéria. Essas equipas recolhiam a respectiva informação, de modo “sectorial” (de acordo com a missão específica de cada unidade onde tinha origem) e a informação “subia em bruto” – leia-se, com o tratamento adequado efectuado pela equipa especializada que a tivesse nas mãos – para o tal “braço”, onde era trabalhada numa perspectiva integrada e globalizante. O acesso, ainda que obedecendo a regras bem definidas, seria de igual modo processado pela mesma via e, dependendo dos casos, também “online” – através de linhas dedicadas/seguras criadas para efeito e acessíveis em qualquer ponto do globo.

APÊNDICE M – RESPOSTAS DA ENTREVISTA REALIZADA AO INSPECTOR-GERAL DA ASAE ANTÓNIO NUNES

- 1) Não. Não Coincide.
- 2) Excelente elo com todos os demais Forças e Serviços de Segurança no quadro do normativo legal previsto.
- 3) Não existem canais pré-estabelecidos.
- 4) Não.
- 5) Não se aplica.
- 6) SIM. Toda a informação policial e operativa devia ser centralizada num organismo único.
- 8) O sistema de permuta da informação deverá tornar-se, principalmente, num sistema de informação com base informática e reuniões jurídicas. O sistema informático devia estar acessível, com regras, por parte das FSS e pelos OPC's.

APÊNDICE N – QUADRO RESUMO DAS RESPOSTAS – DIRECTOR-GERAL DO SIS

Quadro N.1: Resumo da Resposta n.º1 (SIS)

	Afirmativo	Negativo	Resumo dos Argumentos
Questão n.º1		X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As actividades são: salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que possam alterar ou destruir o Estado de direito. ✓ É no plano anual de actividades que são plasmadas as prioridades do SIS. ✓ A ordenação de prioridades é realizada no âmbito das matérias insertas nas áreas temáticas de atribuições

Quadro N.2: Resumo da Resposta n.º2 (SIS)

	Suficiente	Insuficiente	Resumo dos Argumentos
Questão n.º2	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ De acordo com o estabelecido na Lei 53/2008, ambos têm assento no órgão interministerial de consulta em matéria de segurança interna. ✓ No Gabinete Coordenador de Segurança, outro órgão do SSI, o SIRP tem colocado, em permanência, um oficial de informações do SIS. ✓ Têm seguido mecanismos de consulta bilateral, na partilha de informações.

Quadro N.3: Resumo da Resposta n.º3 (SIS)

	Afirmativo	Negativo	Resumo dos Argumentos
Questão n.º3		X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todas as informações de segurança, produzida pelo SIS são prestadas aos OPC, sempre que contenham indícios de prática de ilícito criminal. ✓ Toda a acção prévia a estes indícios enquadra-se no domínio da acção de pesquisa de informações. ✓ Domínio onde a prática e os princípios de acção são distintos, pelo que não se afigura justificar a presença de uma “antena” destes OPC junto do SIS.

Quadro N.4: Resumo da Resposta n.º4 (SIS)

	Resumo dos Argumentos
Questão n.º4	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As organizações criminosas transnacionais; PJ ✓ As zonas urbanas sensíveis, com particular atenção aos fenómenos de disseminação de violência grave e de resistência à autoridade do Estado; ✓ A violência social programada relativamente a acções graves de resistência à autoridade do Estado e de desobediência civil; ✓ Estruturas promotoras de branqueamento dos capitais, resultantes de actividades do crime organizado, a actuar em território nacional; ✓ Terrorismo islamita em três vertentes: extremismos, apoio logístico e financiamento; ✓ Actividades hostis dos Serviços de Informações em território nacional; ✓ Tráfico de Armas, Pessoas e Imigração Ilegal; ✓ Actividades de Procurement de países proliferantes;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Terrorismo Separatista em duas vertentes: extremismos e apoio logístico; ✓ Fraudes Burlas de Grande Dimensão; ✓ Ciberameaça, Extremismos, Espionagem Económica e Industrial; ✓ Tráfico de estupefacientes; ✓ Terrorismo Separatista na vertente do financiamento e outros terrorismos.
--	--

Quadro N.5: Resumo da Resposta n.º5 (SIS)

	Afirmativo	Negativo	Resumo dos Argumentos
Questão n.º5		✗	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não existe discriminação nas relações de cooperação; ✓ SIS desenvolvem com todas as FSS contactos assíduos em diversas sedes; ✓ O SIS mantém com todas as FSS uma relação continuada e próxima.

Quadro N.6: Resumo da Resposta n.º6 (SIS)

	Positiva	Negativa	Resumo dos Argumentos
Questão n.º6	✗		<ul style="list-style-type: none"> ✓ A nova Lei de Segurança Interna permitiu enformar, de modo mais institucionalizado, os meios e os modos de estabelecer esses contactos; ✓ As relações com a GNR são muito positivas.

Quadro N.7: Resumo da Resposta n.º7 (SIS)

	Positiva	Negativa	Resumo dos Argumentos
Questão n.º7	✗		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhece a existência de uma excelente relação; ✓ Quer a nível da estrutura máxima de Direcção; ✓ Quer ao nível das estruturas intermédias de Direcções de Departamentos.

Quadro N.8: Resumo da Resposta n.º8 (SIS)

	Suficientes	Insuficientes	Resumo dos Argumentos
Questão n.º8	✗		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existem contactos bilaterais; ✓ Reuniões semanais das FSS, as equipas mistas, os Grupos de Trabalho, o UCAT; ✓ Perante o quadro actual não se afigura justificar alterações ao já existente.

Quadro N.9: Resumo da Resposta n.º9 (SIS)

	Afirmativo	Negativo	Resumo dos Argumentos
Questão n.º9		✗	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em regra os prazos são cumpridos; ✓ Não se afigura necessário o estabelecimento de novos mecanismos

Quadro N.10: Resumo da Resposta n.º10 (SIS)

	Afirmativo	Negativo	Resumo dos Argumentos
Questão n.º10		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os prazos são cumpridos; ✓ No contexto actual não é necessário o estabelecimento de novos mecanismos.

APÊNDICE O – QUADRO RESUMO DAS RESPOSTAS – GNR; PJ; PSP; SEF; ASAE.

Quadro O.1: Resumo da Resposta n.º1 (FSS)

	Afirmativo	Negativo	Resumo dos Argumentos
Questão n.º1 (GNR)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existe a necessidade de colocar toda a GNR a trabalhar com o SIIOP. ✓ Devido a alguns constrangimentos do SIIOP, os utilizadores tem voltado a utilizar o antigo sistema para depositarem informações. ✓ O SIIOP foi concebido para comunicar internamente e externamente. ✓ Não existe colisão com as actividades do SIS, porque são situações completamente diferentes. ✓ O SIIOP é visto como uma ferramenta de trabalho. ✓ Não existe colisão bem pelo contrário, são circunstâncias independentes concorrentes na optimização daquilo que se pretende, o bem-estar e tranquilidade pública.
Questão n.º1 (PJ)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existe a Unidade de Informação e Investigação Criminal com funções de recolha, análise e introdução de dados no sistema integrado de informação criminal na PJ. ✓ Este sistema apenas trata de informação criminal de processo, não colide com actividades do Serviço de Informações de Segurança (SIS). ✓ As competências do SIS em matéria de informação, corresponderão em termos grosseiros a informações do tipo estratégico, enquanto a informação produzida pela GNR, PSP, PJ e SEF, serão informação do tipo tático”. ✓ O trabalho realizado sobre a informação por forças e serviços de segurança são de tipo diferente, portanto não existe uma colisão entre o trabalho de uns e de outros. ✓ Sempre que a informação recolhida pelas Forças de Segurança tiver ou disser respeito a áreas de competência do SIS, as forças de segurança estão obrigadas a transmitir esse tipo de informação, e vice-versa. ✓ Não existe colisão porque ambos trabalham (SI e PJ) informação de maneira diferente e com propósitos diferentes.
Questão n.º1 (PSP)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Departamento de Informações Policiais (DIP) centra-se na recolha e análise de Informações de âmbito criminal, para coadjuvar todo o dispositivo da PSP, na área da investigação criminal. ✓ Trabalha no âmbito das informações criminais de informações no âmbito de processos e portanto existe desde logo uma grande diferença, entre o Departamento

			<p>da PSP e aquilo que são as competências do SIS.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Não entramos nos mesmos campos de investigação como entra o SIS e portanto não colidimos com o trabalho que é feito pelo SIS. ✓ No passado já existiram situações em que vários Serviços ou Forças andavam a trabalhar no mesmo assunto e por vezes isso ainda acontece, mas cada vez menos por força da estrutura.
Questão n.º1 (SEF)		X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação (DCIPAI) assume como principal papel o gerir de todas as informações produzidas pelo SEF. ✓ Normalmente não acontece qualquer tipo de colisão com as actividades do SIS. ✓ Admite-se essa possibilidade quando o SIS estiver a trabalhar numa matéria da competência do SEF – imigração ilegal e/ou fraude documental, por exemplo.
Questão n.1 (ASAE)		X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não coincide

Quadro O.2: Resumo da Resposta n.º2 (FSS)

	Positiva	Negativa	Resumo dos Argumentos
Questão n.º2 (GNR)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Interactuamos com eles institucionalmente. ✓ No contexto actual a relação existe e é boa. ✓ Oficiais da GNR convidados a participar em seminários no SIS.
Questão n.º2 (PJ)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ A PJ e o SIS colaboram na medida das suas competências, transmitindo informações reciprocamente sempre que tal venha a propósito. ✓ Referiu o aspecto das reuniões periódicas. ✓ Sempre que existe alguma informação relevante é comunicada telefonicamente. ✓ Admiti a existência de ruídos na comunicação.
Questão n.º2 (PSP)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ É uma relação francamente boa, que tem melhorado nos últimos 5 a 6 anos. ✓ No passado este Serviço era muito fechado para o exterior. ✓ No passado a relação era apenas institucional, pura e dura. ✓ No presente existe uma maior sensibilidade por parte dos dirigentes do SIS, uma abertura para o exterior.
Questão n.º4 (SEF)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Neste momento classificaria essa relação de “muito boa”. ✓ O SEF tem por hábito a rápida resposta a todos os pedidos pela parte do SIS. ✓ O SIS envia regularmente para o SEF relatórios.
Questão n.2 (ASAE)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ A relação é reconhecida por ser excelente com o SIS e com todas as restantes FSS

Quadro O.3: Resumo da Resposta n.º3 (FSS)

	S ⁴⁸	I ⁴⁹	Resumo dos Argumentos
Questão n.º3 (GNR)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ São muitos, variados, diversos e com regularidade. ✓ Reuniões semanais, isto no passado e actualmente são quinzenal, às vezes mensais, tem muito a ver com o que está a passar e com a ordem do dia. ✓ A GNR todas as semanas envia para o SIS relatórios com o que se passa a nível de todo o dispositivo. ✓ Temos as reuniões do SIS, as reuniões do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS). ✓ A reunião na Unidade Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT), que se realiza todas as 3^{as} na sede da PJ. ✓ Necessário a existência de pessoas com determinado tipo de personalidade para melhorar a permuta de informações. ✓ Existir confiança.
Questão n.º3 (PJ)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grupo das terças-feiras, que reúne de 15 em 15 dias nas instalações do SIS. ✓ Aborda o facto de não existir uma cultura de contactos entre as instituições, a relação é recente. ✓ Defende que o SIS deveria conhecer melhor como trabalha a PJ e vice-versa.
Questão n.º3 (PSP)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existe um canal técnico entre SIS e pessoa ou oficial de ligação. ✓ Um canal com os departamentos do SIS que desenvolvem cooperação externa designadamente com embaixadas e com Serviços congéneres no estrangeiro.
Questão n.º3 (SEF)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ A informação circula de modo oficial entre direcções nacionais. ✓ Frequente o envolvimento da Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação (DCIPAI).
Questão n.º3 (ASAE)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não existem canais pré-estabelecidos

Quadro O.4: Resumo da Resposta n.º4 (FSS)

	S	N ⁵⁰	I	Resumo dos Argumentos
Questão n.º4 (GNR)	×		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A partilha de informação se for baseada na relação pessoal, é rapidíssima e a componente temporal é fantástica quase online. ✓ Se for institucional através de ofícios entre outros, isso demora o seu tempo. ✓ Apela ao recurso e utilização das novas tecnologias. ✓ O potencial dos Media.
Questão n.º4 (PJ)		×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Canais de comunicação são muito rigorosos. ✓ A distribuição da informação pela parte do SIS, corresponde a uma lista de distribuição muito formal. ✓ Reconhece que se perde algum tempo na passagem de informação. ✓ Existem algumas limitações da parte do SIS.

⁴⁸ "S" significa Suficiente.

⁴⁹ "I" significa Insuficiente.

⁵⁰ "N" significa Neutro.

Questão n.º4 (PSP)		X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ As informações nem sempre chegam em tempo útil. ✓ Tem sido melhorado o canal informal (oficioso).
Questão n.º4 (SEF)	X			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não se têm verificado problemas de maior neste processo
Questão n.4 (ASAE)			X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não⁵¹.

Quadro O.5: Resumo da Resposta n.º5 (FSS)

	Existem Meios	Não existem Meios	Resumo dos Argumentos
Questão n.º5 (GNR)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Defende que a escolha da pessoa certa para o desempenho de funções nas áreas das informações, é produtivo ✓ Devemos fazer a junção dos 2 campos, o informal para ser rápido e o formal para dar conhecimento dentro da instituição. ✓ Essencial desenvolver nas pessoas a sensibilidade para as informações, durante a formação, transversal a todos os cursos.
Questão n.º5 (PJ)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ainda não estamos completamente traquejados para trabalharmos em conjunto. ✓ O hábito de se fazerem passagens, de trabalhar em conjunto não está a funcionar. ✓ Esta ideia não está implantada e se calhar nunca foi feita.
Questão n.º5 (PSP)	X		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acima de tudo é defensor da criação de um sistema tecnológico. ✓ Permitir que a informação esteja sempre disponível e online. ✓ A criação de um sistema supra que possa interligar FSS, só para transmissão de dados ✓ Procurar melhorar o sistema (SAFE).
Questão n.º5 (SEF)		X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não se têm verificado problemas de maior neste processo.⁵²
Questão n.5 (ASAE)		X	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não se aplica.

⁵¹ Conforme a resposta obtida na entrevista.

Considerei que a oportunidade temporal é ultrapassada, uma vez que à questão número dois (2), a ASAE assume que existe um excelente elo com todos os demais Forças e Serviços de Segurança no quadro do normativo legal previsto.

⁵² O modelo actual está adequado para SEF.

Quadro O.6: Resumo da Resposta n.º6 (FSS)

	Possível	Impossível	Resumo dos Argumentos
Questão n.º6 (GNR)	×	×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Doutrinariamente falando faz todo o sentido. ✓ Receia que esta estrutura conseguisse funcionar.
Questão n.º6 (PJ)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Se nós cumprirmos a lei, todos nós trabalhamos segmentos de informação diferenciados. ✓ Informação de que precisamos para trabalhar, não é exactamente a informação de que os outros precisam. ✓ A tradição histórica entre as forças, não é de respeito pelas competências de cada qual.
Questão n.º6 (PSP)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Na minha opinião não me parece que seja rentável. ✓ Existe o Sistema de Segurança Interna (SSI) com funções de coordenação operacional, de partilha de experiência, troca de informações. ✓ Colocar todas as informações num patamar superior, não só esvazia um pouco aquilo que é feito nas forças, como seria uma estrutura muito pesada. ✓ Não me parece ser exequível.
Questão n.º6 (SEF)		×	<ul style="list-style-type: none"> ✓ À luz do sistema existente no país, não contemplo como tal seria possível. ✓ No caso concreto da relação entre SEF e SIS, creio que só viria complicar.
Questão n.º6 (ASAE)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Toda a informação policial e operativa devia ser centralizada num organismo único.

Quadro O.7: Resumo da Resposta n.º7 (FSS)

	Se existisse uma estrutura supra	Se não existisse uma estrutura supra	Resumo dos Argumentos
Questão n.º7 (GNR)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Sistema teria que ter a capacidade tecnológica de gerir todas as informações. ✓ Ter a capacidade para analisar os diferentes níveis de informação. ✓ Possuir uma excelente componente tecnológica associada também a uma componente de segurança.
Questão n.º7 (PJ)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve haver o princípio da necessidade de conhecer a informação e o seu respectivo destino. ✓ Defensor da criação de categorias de informação ✓ Os conceitos táticos e estratégicos, não são fáceis, não são pacíficos.
Questão n.º7 (PSP)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sou um defensor do programa SAFE. ✓ Ou a criação de um software com capacidade para fazer uma triagem da informação que fosse depositada.
Questão n.º7 (SEF)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O recurso às novas tecnologias. ✓ Trabalhando em cascata de forma coordenada. ✓ O acesso das informações deveria obedecer a regras bem definidas e em algumas situações ser possível pela internet.
Questão n.º7 (ASAE)	×		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de um sistema de informação com base informática e reuniões jurídicas. ✓ O Sistema devia ser estruturado com regras definidas pelas FSS.

ANEXOS

ANEXO A - EXTRACTO DA LEI N.º 53/2008 DE 29 DE AGOSTO APROVA A LEI DE SEGURANÇA INTERNA

Artigo 1.º

Definição e fins da segurança interna

1- A segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

2- A actividade de segurança interna exerce -se nos termos da Constituição e da lei, designadamente da lei penal e processual penal, da Lei-Quadro da política criminal, das Leis sobre política criminal e das leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança.

Artigo 2.º

Princípios fundamentais

1- A actividade de segurança interna pauta -se pela observância dos princípios do Estado de direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias e das regras gerais de polícia.

2- As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário e obedecendo a exigências de adequação e proporcionalidade.

3- A lei fixa o regime das forças e dos serviços de segurança, sendo a organização de cada um deles única para todo o território nacional.

Artigo 4.º

Âmbito territorial

1- A segurança interna desenvolve -se em todo o espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado Português.

2- No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, as forças e os serviços de segurança podem actuar fora do espaço referido no número anterior, em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faça parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia.

Artigo 6.º

Coordenação e cooperação das forças de segurança

1- As forças e os serviços de segurança exercem a sua actividade de acordo com os princípios, objectivos, prioridades, orientações e medidas da política de segurança interna e no âmbito do respectivo enquadramento orgânico.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, as forças e os serviços de segurança cooperam entre si, designadamente através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objectivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros, salvaguardando os regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.

Artigo 11.º

Órgãos do Sistema de Segurança Interna

Os órgãos do Sistema de Segurança Interna são o Conselho Superior de Segurança Interna, o Secretário-Geral e o Gabinete Coordenador de Segurança.

Artigo 25.º

Forças e serviços de segurança

1- As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidários e concorrem para garantir a segurança interna.

2- Exercem funções de segurança interna:

- a) A Guarda Nacional Republicana;
- b) A Polícia de Segurança Pública;
- c) A Polícia Judiciária;
- d) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- e) O Serviço de Informações de Segurança.

Artigo 35.º

Forças Armadas

As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário -Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado -Maior -General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional.

ANEXO B - EXTRACTO DA LEI N. 9/2007 DE 19 DE FEVEREIRO LEI-QUADRO SIRP

Lei n.º 9/2007 De 19 de Fevereiro de 2007

Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e revoga os Decretos-Leis n.º225/85, de 4 de Julho, e 254/95, de 30 de Setembro.

Artigo 2.º

Natureza

1- Nos termos da Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, adiante designada por Lei-Quadro do SIRP:

- a) O Secretário-Geral é um órgão do SIRP directamente dependente do Primeiro-Ministro e equiparado para todos os efeitos legais, excepto os relativos à sua nomeação e exoneração, a secretário de Estado;
- b) O SIED é um serviço público que se integra no SIRP e depende directamente do Primeiro-Ministro;
- c) O SIS é um serviço público que se integra no SIRP e depende directamente do Primeiro-Ministro;
- d) As estruturas comuns são departamentos administrativos de apoio às actividades operacionais do SIED

1- Nos termos da Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, adiante designada por Lei-Quadro do SIRP:

- a) O Secretário-Geral é um órgão do SIRP directamente dependente do Primeiro-Ministro e equiparado para todos os efeitos legais, excepto os relativos à sua nomeação e exoneração, a secretário de Estado;
- b) O SIED é um serviço público que se integra no SIRP e depende directamente do Primeiro-Ministro;
- c) O SIS é um serviço público que se integra no SIRP e depende directamente do Primeiro-Ministro;
- d) As estruturas comuns são departamentos administrativos de apoio às actividades operacionais do SIED

2- O Secretário-Geral, o SIED e o SIS são dotados de autonomia administrativa e financeira e têm sede em Lisboa.

Artigo 3.º

Órgãos e serviços

1- Ao Secretário-Geral incumbe dirigir superiormente, através dos directores do SIED e do SIS, no respeito da Constituição e da lei, a actividade de produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e dos interesses nacionais e à garantia da segurança externa e interna do Estado Português.

2- O SIED é o único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português.

3- O SIS é o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

4- O SIED e o SIS estão exclusivamente ao serviço do Estado e exercem as respectivas atribuições no respeito da Constituição e da lei, de acordo com as finalidades e objectivos do SIRP.

5- O disposto nos números anteriores não prejudica as actividades de informações levadas a cabo pelas Forças Armadas e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar.

Artigo 6.º

Limites das actividades

1- O Secretário-Geral, os membros do seu Gabinete e os funcionários e agentes do SIED, do SIS e das estruturas comuns não podem desenvolver actividades que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei.

2- Aos membros do Gabinete e aos funcionários e agentes referidos no número anterior é vedado exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito ou da competência específica dos tribunais, do Ministério Público ou das entidades com funções policiais.

3- Aos membros do Gabinete e aos funcionários e agentes referidos nos números anteriores é ainda expressamente proibido proceder à detenção de qualquer pessoa ou instruir inquéritos e processos penais.

4- A infracção ao disposto nos números anteriores constitui violação grave dos deveres funcionais passível de sanção disciplinar, que pode ir até à demissão ou outra medida que implique a cessação de funções, independentemente da responsabilidade civil e criminal que ao caso couber, de harmonia com o disposto na lei geral e na Lei-Quadro do SIRP.

Artigo 10.º

Dever de colaboração

1- Os serviços da Administração Pública, central, regional e local, as associações e os institutos públicos, as empresas públicas ou empresas com capitais públicos e as concessionárias de serviços públicos devem prestar ao Secretário-Geral, ao SIED e ao SIS a colaboração que, justificadamente, lhes for solicitada.

2- O disposto no número anterior aplica-se, com as necessárias adaptações, a entidades privadas que desenvolvam actividade relevante no contexto de relação contratual com o Estado Português no âmbito das atribuições do Secretário-Geral, do SIED e do SIS.

3- Sobre as Forças Armadas e sobre o organismo responsável pela produção de informações militares impende especial dever de colaboração que os obriga, nos termos das orientações definidas pelas entidades competentes, a facultar ao SIED, a pedido deste, as notícias e os elementos de informação de que tenham conhecimento, directa ou indirectamente relacionados com a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português.

4- Sobre as forças e serviços de segurança previstos na legislação de segurança interna impende especial dever de colaboração que os obriga, nos termos das orientações definidas pelas entidades competentes, a facultar ao SIS, a pedido deste, as notícias e os elementos de informação de que tenham conhecimento, directa ou indirectamente relacionados com a segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

Artigo 11.º

Dever de cooperação

1- O Secretário-Geral coopera com as entidades que lhe forem indicadas, nos termos das orientações definidas pelo Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho Superior de Informações.

2- A cooperação do SIED e do SIS com outras entidades exerce-se em cumprimento das instruções e directivas dimanadas do Secretário-Geral, de acordo com as orientações definidas pelo Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho Superior de Informações.

3- No quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português e dentro dos limites das suas atribuições específicas, o SIED e o SIS podem, nas condições referidas no número anterior, cooperar com organismos congéneres estrangeiros, em todos os domínios das respectivas actividades.

Artigo 33.º

Atribuições do SIS

Cabe ao SIS, no âmbito das suas atribuições específicas, promover, por forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas, devendo, nomeadamente:

- a) Accionar os meios técnicos e humanos de que tenha sido dotado para a produção de informações, desenvolvendo a sua actividade de acordo com as orientações fixadas pelo Primeiro-Ministro e no âmbito das instruções e directivas dimanadas do Secretário-Geral;
- b) Elaborar os estudos e preparar os documentos que lhe forem determinados;
- c) Difundir as informações produzidas, de forma pontual e sistemática, às entidades que lhe forem indicadas;

d) Comunicar às entidades competentes para a investigação criminal e para o exercício da acção penal os factos configuráveis como ilícitos criminais, salvaguardado o que na lei se dispõe sobre segredo de Estado;

e) Comunicar às entidades competentes, nos termos da lei, as notícias e informações de que tenha conhecimento e respeitantes à segurança interna e à prevenção e repressão da criminalidade.

ANEXO C - EXTRACTO DA LEI N.º 49/2008 DE 27 DE AGOSTO LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Artigo 1.º

Definição

A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.

Artigo 2.º

Direcção da investigação criminal

1- A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo.

2- A autoridade judiciária é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal.

3- Os órgãos de polícia criminal, logo que tomem conhecimento de qualquer crime, comunicam o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder

10 Dias, sem prejuízo de, no âmbito do despacho de natureza genérica previsto no n.º 4 do artigo 270.º do Código de Processo Penal, deverem iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

4- Os órgãos de polícia criminal actuam no processo sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.

5- As investigações e os actos delegados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos funcionários designados pelas autoridades de polícia criminal para o efeito competentes, no âmbito da autonomia técnica e táctica necessária ao eficaz exercício dessas atribuições.

6- A autonomia técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia táctica consiste na escolha do tempo, lugar e modo

adequados à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal.

7- Os órgãos de polícia criminal impulsionam e desenvolvem, por si, as diligências legalmente admissíveis, sem prejuízo de a autoridade judiciária poder, a todo o tempo, avocar o processo, fiscalizar o seu andamento e legalidade e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer actos.

Artigo 3.º

Órgãos de polícia criminal

1 — São órgãos de polícia criminal de competência genérica:

- a) A Polícia Judiciária;
- b) A Guarda Nacional Republicana;
- c) A Polícia de Segurança Pública.

2- Possuem competência específica todos os restantes órgãos de polícia criminal.

3- A atribuição de competência reservada a um órgão de polícia criminal depende de previsão legal expressa.

4- Compete aos órgãos de polícia criminal:

- a) Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação;
- b) Desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

Artigo 8.º

Competência deferida para a investigação criminal

1- Na fase do inquérito, o Procurador -Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere a investigação de um crime referido no n.º 3 do artigo anterior a outro órgão de polícia criminal desde que tal se afigure, em concreto, mais adequado ao bom andamento da investigação e, designadamente, quando:

- a) Existam provas simples e evidentes, na aceção do Código de Processo Penal;
- b) Estejam verificados os pressupostos das formas especiais de processo, nos termos do Código de Processo Penal;
- c) Se trate de crime sobre o qual incidam orientações sobre a pequena criminalidade, nos termos da Lei de Política Criminal em vigor; ou
- d) A investigação não exija especial mobilidade de actuação ou meios de elevada especialidade técnica.

2- Não é aplicável o disposto no número anterior quando:

a) A investigação assuma especial complexidade por força do carácter plurilocalizado das condutas ou da pluralidade dos agentes ou das vítimas;

b) Os factos tenham sido cometidos de forma altamente organizada ou assumam carácter transnacional ou dimensão internacional; ou

c) A investigação requeira, de modo constante, conhecimentos ou meios de elevada especialidade técnica.

3- Na fase do inquérito, o Procurador -Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere à Polícia Judiciária a investigação de crime não previsto no artigo anterior quando se verificar alguma das circunstâncias referidas nas alíneas do número anterior.

4- O deferimento a que se referem os n.º 1 e 3 pode ser efectuado por despacho de natureza genérica do Procurador--Geral da República que indique os tipos de crimes, as suas concretas circunstâncias ou os limites das penas que lhes forem aplicáveis.

5- Nos casos previstos nos n.º 4 e 5 do artigo anterior, o Procurador -Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere a investigação a órgão de polícia criminal diferente da que a tiver iniciado, de entre os referidos no n.º 4 do mesmo artigo, quando tal se afigurar em concreto mais adequado ao bom andamento da investigação.

6- Por delegação do Procurador -Geral da República, os procuradores -gerais distritais podem, caso a caso, proceder ao deferimento previsto nos n.º 1, 3 e 5.

7- Na fase da instrução, é competente o órgão de polícia criminal que assegurou a investigação na fase de inquérito, salvo quando o juiz entenda que tal não se afigura, em concreto, o mais adequado ao bom andamento da investigação.

Artigo 9.º

Conflitos negativos de competência em matéria

De investigação criminal

Se dois ou mais órgãos de polícia criminal se considerarem incompetentes para a investigação criminal do mesmo crime, o conflito é dirimido pela autoridade judiciária competente em cada fase do processo.

Artigo 10.º

Dever de cooperação

1- Os órgãos de polícia criminal cooperam mutuamente no exercício das suas atribuições.

2- Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, os órgãos de polícia criminal devem comunicar à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas, os factos de que tenham conhecimento relativos à preparação e execução de crimes para cuja

investigação não sejam competentes, apenas podendo praticar, até à sua intervenção, os actos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova.

3- O número único de identificação do processo é atribuído pelo órgão de polícia criminal competente para a investigação.

Artigo 11.º

Sistema integrado de informação criminal

1- O dever de cooperação previsto no artigo anterior é garantido, designadamente, por um sistema integrado de informação criminal que assegure a partilha de informações entre os órgãos de polícia criminal, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, sem prejuízo dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.

2- O acesso à informação através do sistema integrado de informação criminal é regulado por níveis de acesso, no âmbito de cada órgão de polícia criminal.

3- As autoridades judiciais competentes podem, a todo o momento e relativamente aos processos de que sejam titulares, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal.

4- A partilha e o acesso à informação previstos nos números anteriores são regulados por lei.